

IRLANDO ANTONIO GONÇALVES GOMES

**POBREZA E TRABALHO INFANTO-JUVENIL: UM DIAGNÓSTICO ECONÔMICO
E SOCIAL NO ESTADO DO PARÁ SOB A ÓTICA DO PROCESSO DE CAUSAÇÃO
CIRCULAR DE MYRDAL**

Belém
2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

IRLANDO ANTONIO GONÇALVES GOMES

**POBREZA E TRABALHO INFANTO-JUVENIL: UM DIAGNÓSTICO ECONÔMICO
E SOCIAL NO ESTADO DO PARÁ SOB A ÓTICA DO PROCESSO DE CAUSAÇÃO
CIRCULAR DE MYRDAL**

Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado em Economia da Universidade da
Amazônia como parte das exigências para
obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Mario M. Amin

Belém
2006

IRLANDO ANTONIO GONÇALVES GOMES

**POBREZA E TRABALHO INFANTO-JUVENIL: UM DIAGNÓSTICO ECONÔMICO
E SOCIAL NO ESTADO DO PARÁ SOB A ÓTICA DO PROCESSO DE CAUSAÇÃO
CIRCULAR DE MYRDAL**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do grau de Mestre em Economia do Programa de Mestrado em Economia da Universidade da Amazônia.

Belém, _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Mário Miguel Amin
Orientador – UNAMA

Prof. Dr. José Otávio Magno Pires
UNAMA

Profa. Dra Tereza Ximenes
UFPA

Belém
2006

À Edilair Gomes, e aos meus filhos Gabriel e Júlia.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus. Este trabalho é fruto de um esforço pessoal para conquista de objetivos de vida. Mas também é fruto do apoio de muitas pessoas, que direta ou indiretamente contribuíram para o sucesso desta tarefa. Pessoas que contribuíram com críticas e sugestões às versões anteriores, que acreditaram no potencial e incentivaram o caminho até aqui. É fruto também do coleguismo, da amizade e do apoio de pessoas que contribuíram para que esta conquista fosse alcançada.

Algumas dessas pessoas tiveram destaque nesta trajetória – sejam professores, amigos ou família: professor Mário Amin pela paciência e confiança com que me orientou nesse trabalho, à professora Ângela Oliva e ao Cláudio Cruz, pelas críticas e sugestões, aos professores e colegas do mestrado em economia da UNAMA, Alexandre Abati, Carlos Eduardo Costa, Vanusa Santos e Zilda Gama, e aos colegas de trabalho, Cecília Soares, Vera Luce Souza, Eduardo Guimarães, pela amizade e compreensão.

A todas essas pessoas, agradeço sinceramente.

Agradeço especialmente a minha esposa Edilair Gomes, e aos filhos Gabriel e Júlia pelo amor e compreensão, a Fernanda Barros, por participar neste período com todo tipo de questionamentos e contribuições inestimáveis à realização do trabalho, a Gerência de Pessoas do Banco da Amazônia S/A, que incentiva e promove a qualificação dos empregados, a meus pais Marieta e Nazaré Gomes, pelos ensinamentos para a vida, e aos tios Geminiano e Maria Benedita, pelo apoio incondicional.

“É muito complexa essa questão do trabalho infantil. [...] Os riscos do trabalho infantil são evidentes na educação e na saúde. No primeiro, a criança, quando não deixa a escola, tem a aprendizagem comprometida. Na saúde, os problemas decorrem das atividades em sua maioria incompatíveis com a constituição física. [...] Precisamos sair da fragmentação de conhecimento e construir um quadro amplo sobre a criança e o adolescente subsidiando concretamente as ações de mudança e transformação”.

Dirk Oesselmann, pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisa da Infância e Adolescência do Centro Sócio-Econômico da UFPA

RESUMO

O desenvolvimento econômico e social só é alcançado quando, além do crescimento econômico, ocorre a melhoria da qualidade de vida das pessoas, ampliando sua capacidade de construir o próprio futuro, o que requer, entre outros determinantes, maior renda *per capita*, melhor educação, melhor nutrição e oportunidades de emprego mais igualitárias. Assim, se a cada novo ano produtivo, um país consegue elevar seu nível produtivo e repassa esse crescimento para a sociedade através de mais escolas, hospitais, creches, saneamento básico e outros serviços sociais e de infra-estrutura, essa localidade tende a melhorar o padrão de vida das pessoas e suas oportunidades de crescimento e de satisfação individual. Portanto, se o crescimento do produto, no ciclo econômico, de modo geral, se traduz em mais emprego, mais renda e maior consumo, esse país entra num processo de causação circular, descrito por Myrdal, que gera um círculo virtuoso na economia, o qual se perpetua e amplia a capacidade econômica e social do sistema como um todo. Ao contrário, se o crescimento econômico gera concentração de renda, ou seja, melhora a performance econômica, mas não repassa esse crescimento para a sociedade, há concentração de renda e acentuam-se as desigualdades, o que ocasiona a exclusão de grande parte da população do processo produtivo e aumenta a incidência da pobreza, e de suas várias seqüelas, gerando um círculo vicioso que tende a intensificar, cada vez mais, esse quadro. Dentre os vários problemas ocasionados pela pobreza, este estudo analisa o trabalho infante-juvenil, pois a falta de condições sociais e econômicas gera poucas perspectivas à população, criando chances mínimas de se conseguir um emprego bem remunerado que, conseqüentemente, lhe possibilite melhorar de vida e de reverter a incidência do trabalho infante-juvenil. O objeto de análise deste trabalho é o Estado do Pará, no Brasil, que apresenta o melhor PIB da Região Amazônica e possui 51% de sua população pobre, de acordo com os dados do último censo do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), o que aponta um cenário de exclusão social incompatível com a manutenção de uma sociedade sustentável e competitiva que tanto se almeja para a Amazônia.

PALAVRAS-CHAVE: pobreza, trabalho infante-juvenil, Pará, Brasil.

ABSTRACT

The economic and social development is attained, when besides the economic growth, it occurs the improvement of the quality of life of the population, expanding its capacity to build its own future, and requires, among others things, greater *per capita* income, better level of education, better nutrition and equal job opportunities. Thus, if each year, a country gets its productive level increased and shares its growth among the whole society, by means of schools, hospitals, day-care centers, sanitation and other social services and infrastructure, this country tends to improve the standard of living of the people and its opportunity of growth and individual satisfaction. Moreover, if the productive growth, the economic cycle, in general way, increases the job level, income and consumption, the country begins a process of circular causation, as described by Myrdal, which generates a virtuous circle in the economy that perpetuates and extends the economic and social capacity of the system as a whole. In contrast, if the economic growth is not distributed between the whole society, the process generates income concentration, and expansion of the inequalities, that causes the exclusion of great part of the population from the productive process and increases the incidence of poverty, and its consequences, generating a vicious circle which enhances and intensifies the situation day by day. Among some problems caused by poverty, this work analyzes the child work and its inter-relations with poverty, therefore the lack of social and economic conditions generates few perspectives for the population, creating few possibilities to get a well paid job, which consequently, makes possible for them, improve their quality of life, and to revert the incidence of the child work. In order to do that, the object of analysis of this work is the State of Pará, in Brazil, that presents the greater Gross Domestic Product (GDP) of the Amazon Region and where 51% of its population is poor, in accordance with the data of the last census the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), points out a scenario of social exclusion incompatible with the maintenance of a sustainable and competitive society, which is desirable for the Amazon Region.

KEY-WORDS: Poverty, Child work, Pará, Brazil.

LISTA DE SIGLAS

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMC – Organização Mundial do Comércio

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPC – Paridade do Poder de Compra

SEPOF – Secretaria Estadual de Planejamento, Orçamento e Finanças

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução do crescimento real do PIB do Brasil e do estado do Pará – 1995 a 2003 (Ano Base: 1985=100)	56
Gráfico 2: Participação do Valor Adicionado do Estado do Pará por setor 2003	58
Gráfico 3: Evolução dos indicadores da economia paraense – 2002/2003	59
Gráfico 4: Porcentagem da Renda Apropriada por Extratos da População, 1991 e 2000	107
Gráfico 5: Pobreza e Indigência no Estado do Pará, 1991 e 2000	109
Gráfico 6: População urbana e rural do Pará – 1991 a 2004	110
Gráfico 7: População urbana e rural do Pará – 1991 a 2004	110
Gráfico 8: Proporção da população paraense com acesso a serviços básicos de infraestrutura	112
Gráfico 9: Mortalidade geral e infantil - 1996 a 2004	112
Gráfico 10: Número de leitos 2000 a 2003	113
Gráfico 11: Número total de estabelecimento de saúde de 2000 a 2003	114
Gráfico 12: Anos de estudo por grupo de idade - 2004	115
Gráfico 13: Anos de estudo da população acima de 25 anos - 2004	116
Gráfico 14: Média de anos de estudo da população de 25 anos ou mais de idade, por quintos de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> – 2004	117
Gráfico 15: Círculo vicioso da pobreza	119
Gráfico 16: População Economicamente Ativa do Pará - 2004	121

Gráfico 17: População Economicamente Ativa do Pará - 2004	122
Gráfico 18: População Economicamente Ativa por categoria de emprego no Pará - 2004	123
Gráfico 19: Círculo vicioso da pobreza e do trabalho infanto-juvenil	130
Gráfico 20: Domicílios permanentes, por recebimento de dinheiro de programa social do governo no mês de referência - 2004	137
Gráfico 21: Domicílios permanentes, por recebimento de dinheiro de programa social do governo e classes de rendimento mensal domiciliar per capita - 2004	137
Gráfico 22: Investimento em Programas Sociais e de Transferência de Renda no Estado do Pará – mar/2006	138
Gráfico 23: Distribuição percentual do investimento em Programas Sociais e de transferência de Renda	139
Gráfico 24: A quebra do círculo vicioso da pobreza e do trabalho infanto-juvenil	145

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Produto Interno Bruto – Brasil, Amazônia Legal e Região Norte	56
Tabela 2: PIB per capita – Brasil, Amazônia Legal e Região Norte	60
Tabela 3: População residente por situação de domicílio	61
Tabela 4: Taxa de fecundidade, natalidade e esperança de vida ao nascer	62
Tabela 5: Proporção de óbitos de menores de 1 ano de idade	63
Tabela 6: População residente por grupo de idade - 1991	65
Tabela 7: População residente por grupo de idade - 2004	65
Tabela 8: População residente por grupo de idade - 2004	66
Tabela 9: População residente, por situação de domicílio e sexo e Taxa de urbanização – 2004	67
Tabela 10: Taxas de fecundidade por grupo de anos de estudo das mulheres	68
Tabela 11: Proporção de nascidos vivos oriundos de mães adolescentes	70
Tabela 12: Taxa de analfabetismo das pessoas com mais de 15 anos de idade	73
Tabela 13: Taxa de analfabetismo funcional das pessoas com mais de 15 anos de idade	74
Tabela 14: Taxa de frequência bruta a estabelecimento de ensino da população residente, por grupos de idade	76
Tabela 15: Taxa de frequência bruta a estabelecimento de ensino da população residente, por situação de domicílio	76
Tabela 16: Taxa de frequência líquida a estabelecimento de ensino da população residente de 7 a 17 anos de idade, por nível de ensino, grupos de idade e situação do domicílio	77

Tabela 17: Proporção de estudantes em cada série do ensino fundamental com idade superior à recomendada para cada série em até 2 anos - 2004	78
Tabela 18: Taxa média esperada e tempo médio esperado para conclusão da 4ª e 8ª série do ensino fundamental - 2004	79
Tabela 19: Estudantes de 18 a 24 anos de idade, total e sua respectiva distribuição percentual, por nível de ensino freqüentado - 2004	80
Tabela 20: Taxa de freqüência bruta a estabelecimento de ensino dos estudantes, por nível de ensino e rede de ensino freqüentada (%) - 2004	81
Tabela 21: Média de anos de estudo da população, por grupos de idade e por situação de domicílio – 2004	81
Tabela 22: Média de anos de estudo da população, por grupos de idade – 2004	82
Tabela 23: Pessoas de 25 anos ou mais de idade, total e sua respectiva distribuição percentual, por grupos de anos de estudo – 2004	83
Tabela 24: Média de anos de estudo da população de 25 anos ou mais de idade, por quintos de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> – 2004	84
Tabela 25: Domicílios particulares, pessoas e número médio de pessoas, por domicílio, dormitório e situação de domicílio – 2004	86
Tabela 26: Domicílios particulares permanentes urbanos, total e distribuição percentual, por classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> em salário mínimo – 2004	87
Tabela 27: Domicílios particulares permanentes urbanos, total e distribuição percentual, por classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> em salário mínimo – 2004	88
Tabela 28: Domicílios particulares permanentes urbanos, total e proporção dos domicílios, por acesso a alguns serviços e posse de alguns bens duráveis – 2004	90
Tabela 29: Domicílios particulares permanentes urbanos, total e sua respectiva distribuição percentual, por existência de serviço público de esgotamento sanitário – 2004	91

Tabela 30: Domicílios particulares permanentes urbanos, total e sua respectiva distribuição percentual, por forma de serviço público de coleta de lixo – 2004	92
Tabela 31: Domicílios particulares permanentes urbanos, total e proporção com serviços públicos de saneamento, por classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> em salário mínimo – 2004	93
Tabela 32: População Economicamente Ativa por situação de domicílio e sexo – 2004	94
Tabela 33: Taxa de Participação por situação de domicílio e sexo – 2004	95
Tabela 34: Taxa de Participação por sexo e grupo de idade – 2004	96
Tabela 35: Taxa de Participação por anos de estudo e sexo – 2004	97
Tabela 36: Taxa de Participação por anos de estudo e sexo – 2004	98
Tabela 37: Proporção da população ocupada, com rendimento médio mensal familiar <i>per capita</i> de até 1/2 e mais de 2 salários mínimos, por posição na ocupação (%)– 2004	99
Tabela 38: Proporção da população ocupada, por grupamento de atividade – 2004	100
Tabela 39: Rendimento médio mensal de todos os trabalhos da população ocupada, em reais – 2004	100
Tabela 40: Rendimento-hora da população ocupada, em reais, por sexo e grupos de anos de estudo – 2004	102
Tabela 41: Rendimento-hora da população ocupada, em reais, por sexo e grupos de anos de estudo – 2004	103
Tabela 42: Pessoas de 5 a 17 anos de idade, por situação de ocupação e situação do domicílio, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2001	125
Tabela 43: Pessoas de 5 a 17 anos de idade, por situação de ocupação e sexo - 2001	126
Tabela 44: Pessoas de 5 a 17 anos de idade, por frequência à escola e situação de ocupação na semana de referência, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2001	126

Tabela 45 - Pessoas de 5 a 17 anos de idade ocupadas, por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos - 2001	127
Tabela 46 - Pessoas de 5 a 17 anos de idade, ocupadas por classes de rendimento mensal do trabalho principal - 2001	128
Tabela 47: Investimento em Programas Sociais e de Transferência de Renda - Brasil	138

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE TABELAS

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	O PROBLEMA E A SUA IMPORTÂNCIA	20
1.2	OBJETIVOS	23
1.3	Objetivo Geral	23
1.3.1	Objetivos específicos	23
1.4	HIPÓTESE	24
1.5	METODOLOGIA	24
1.6	ESTRUTURA DO TRABALHO	26
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	27
2.1	A CIÊNCIA ECONÔMICA E A HISTÓRIA	27
2.2	MYRDAL E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	31
2.3	A CAUSAÇÃO CIRCULAR DA POBREZA	35
2.4	TRABALHO INFANTO-JUVENIL: RENDA E EDUCAÇÃO	39
2.5	CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO: O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	42
2.6	REVISÃO DE LITERATURA	48
2.6.1	Crescimento e Desenvolvimento	48
2.6.2	Pobreza e Desigualdade	50
2.6.3	Trabalho e Pobreza	51
2.6.4	Trabalho infante-juvenil	52
3	A PERFORMANCE ECONÔMICA E POPULACIONAL DO ESTADO DO PARÁ	55
3.1	PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)	55
3.2	POPULAÇÃO	61
4	UMA ANÁLISE DA QUALIDADE DE VIDA DA SOCIEDADE PARAENSE	72

4.1	EDUCAÇÃO	72
4.2	INFRA-ESTRUTURA E SANEAMENTO BÁSICO	85
4.3	TRABALHO E RENDIMENTO	93
5	POBREZA E O TRABALHO INFANTO-JUVENIL: UM DIAGNÓSTICO DO PROCESSO DE CAUSAÇÃO CIRCULAR NO ESTADO DO PARÁ	104
5.1	O CÍRCULO VIRTUOSO DA ECONOMIA	104
5.2	O CÍRCULO VICIOSO DA POBREZA E DO TRABALHO INFANTO-JUVENIL	106
6	O TRABALHO INFANTO-JUVENIL	121
6.1	DESIGUALDADE COMO CONSEQÜÊNCIA DO TRABALHO	121
6.2	O TRABALHO INFANTO-JUVENIL	124
7	A RUPTURA DO CÍRCULO VICIOSO DA POBREZA E DO TRABALHO INFANTO-JUVENIL	132
7.1	POLÍTICAS PÚBLICAS: PROGRAMAS E INVESTIMENTOS	132
7.2	A BUSCA DE NOVOS CAMINHOS	140
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
	REFERÊNCIAS	149

1 INTRODUÇÃO

O Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH), do ano de 2005, elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU), caracteriza o Brasil como uma das sociedades mais desiguais que hoje existem no mundo civilizado. Prova disso encontra-se em seu crescente quadro de exclusão social. Com efeito, no período de 1999 a 2003 o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* brasileiro percorreu uma linha ascendente de crescimento passando de R\$ 5.771,00, em 1999, para R\$ 8.694,00, em 2003. No entanto, o índice de Gini, que mede o grau da concentração de renda, do Brasil também tem se elevado, comprovando que a renda gerada na economia, cada vez mais, pertence a poucos, acarretando o empobrecimento da sociedade brasileira e o acirramento das desigualdades sociais.

Em decorrência da concentração de renda e das desigualdades sociais, o processo de desenvolvimento fica prejudicado e a esperança de grande parte da população se desfaz ao perceber que todo esforço gerado na perspectiva de que lhe sejam dadas novas oportunidades se esvai e com ela permanece inalterada sua condição de vida, muito pelo contrário, aumenta a incidência da pobreza.

Até bem pouco tempo, a pobreza era entendida em termos de rendimento ou de falta deste. Ser pobre significava não dispor de meios econômicos para pagar uma dieta alimentar ou uma habitação adequada. Mas a pobreza não consiste apenas em rendimentos ou em ração calórica insuficientes. Também tem a ver com a falta de oportunidades e de escolhas que são, de um modo geral, consideradas essenciais para se ter uma existência longa, saudável e criativa e para se gozar de um nível de vida razoável, de liberdade, de dignidade, de auto-estima e do respeito dos outros (SCHWARTZMAN, 2004).

A afirmação de Schwartzman leva a entender que são inúmeras as causas da pobreza, as quais, além de refletirem o processo econômico, também apresentam forte ligação com as condições sociais e econômicas que terminam por estruturar as possibilidades das pessoas.

Geralmente as pessoas que vivem em condições desfavoráveis, não têm grandes oportunidades de melhorar a sua vida. Por isso, a pobreza tem múltiplas dimensões e muitas delas estão inter-relacionadas, dando origem a um ciclo vicioso, que de acordo com Myrdal (1968):

É um processo circular e acumulativo, que exerce pressão contínua de cima para baixo, processo esse no qual um fator negativo é, simultaneamente, causa e efeito de outros fatores negativos.

Do raciocínio de Myrdal (op.cit.) pode-se inferir que, se um homem é chefe de família e com baixo nível de escolaridade, terá poucas oportunidades e escolhas, logo auferirá uma renda insuficiente para suprir suas necessidades e a dos seus familiares. Em consequência, terá uma qualidade de vida inferior e precisará de auxílio financeiro para suprir as necessidades sua família. Para aumentar sua renda, na maioria das vezes, “obriga” os outros membros da família a entrarem no mercado de trabalho. Como parte das famílias é composta por crianças e jovens, estes deixam de frequentar a escola (quando chegam a ingressar no regime escolar) para trabalhar. A criança e o jovem privados de educação serão adultos com baixos níveis de escolaridade e com menores oportunidades na vida e no mercado de trabalho, o que determinará uma baixa remuneração intensificando a pobreza a cada nova geração caso não ocorra nenhuma ação contrária que quebre o ciclo vicioso da pobreza e do trabalho infanto-juvenil.

Como a lógica da pobreza e do trabalho infanto-juvenil compromete a sociedade, este último ganhou proporções de problema mundial, pois, além de prejudicar o desenvolvimento da criança e seu futuro como cidadão, muitas vezes, assume características de um trabalho insalubre e perigoso, que atenta contra o bem-estar das crianças. Com base neste raciocínio, a Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT), realizada em 1989, discutiu os

direitos das crianças. Dentre suas disposições mostrou que o trabalho infanto-juvenil é um problema social intimamente ligado à situação de pobreza e, para tentar minimizá-lo, recomendou que as crianças não desenvolvessem trabalhos que prejudicassem sua saúde física e mental e as oportunidades educacionais sociais ou morais de desenvolvimento (ILAHÍ et all, 2000, p. 1).

Schwartzman (2003, p.10,11), ao tratar sobre o trabalho infanto-juvenil no Brasil, afirma que é clara a relação entre o trabalho das crianças e dos adolescentes e a renda familiar, uma vez que nas classes mais pobres da sociedade o trabalho infanto-juvenil é considerado uma forma de garantir uma contribuição à renda das famílias, por que a baixa renda auferida por seus representantes não é suficiente para suprir as necessidades de seus integrantes. Essa contribuição varia de acordo com a faixa etária da criança. Ilahi (2000) afirma que é grande a incidência do trabalho infanto-juvenil nos países em desenvolvimento segundo esse autor a África concentra 26,2% do trabalho infanto-juvenil mundial, seguida pela Ásia, com 12,8%, e pela América Latina, com 9,8%.

No Brasil, essa questão ganhou dimensão de preocupação social quando o estudo feito por Kassouf (2001) mostrou que crianças de até 5 anos de idade já têm alguma forma de ocupação que as tira do convívio normal familiar e que as impede de freqüentar regularmente a escola. O trabalho, principalmente quando envolve atividades perigosas e em condições inadequadas, provoca a perda da infância e reduz a possibilidade de desenvolvimento pleno dessas crianças e jovens com implicações negativas nos ganhos salariais na fase adulta, uma vez que a criança que trabalha não alcança níveis de escolaridade que possibilitem melhores remunerações no mercado de trabalho.

Jatene (1993), trazendo a discussão para a Amazônia, afirma que:

Um cenário de pobreza, antes confinado às periferias das cidades ou bolsões rurais, representa o triste espetáculo da produção de milhares de pequenos e precoces trabalhadores, que, por absoluta imposição social, agora revelam sua miséria e vêm compor uma paisagem que se generaliza pelas ruas brasileiras, assumindo, de acordo com as especificidades regionais, os tons mais sombrios, que se intensificam pela

crise econômica e as políticas de ajustamento adotadas, para as quais, lamentavelmente, cada homem, mulher ou criança não vem sendo mais que uma simples ocorrência estatística.

Kassouf (2001), além de reconhecer o cenário descrito por Jatene (op. cit.), demonstra que os rendimentos dos trabalhos das crianças e jovens são necessários à sobrevivência de suas famílias, por isso proibir que trabalhem não constitui um passo simples para solucionar o problema. Daí a importância das políticas de transferência de renda ou de políticas assistenciais cujo objetivo é fazer que as famílias tenham uma renda extra sem que precisem submeter suas crianças e jovens ao trabalho.

O Estado do Pará é um exemplo. De acordo com dados do Atlas do Desenvolvimento Humano, do Programa para Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), num universo de 6.192.307 habitantes, considerando o ano de 2000, 2.296.656 paraenses são crianças e jovens menores de 15 anos. Quanto à pobreza, o mesmo relatório mostra que, do montante total da população do Pará, aproximadamente 52% são pobres, sendo que os 20% mais pobres da população auferem apenas 1,5% da renda, enquanto os 20% mais ricos detêm 68,9%, o que demonstra um elevado grau de concentração de renda, percebido pelo índice de Gini, que foi igual a 0,66, para o mesmo ano. Percebe-se que mais da metade da população do Estado é pobre e que 37% da mesma população são habitantes menores de 15 anos; logo, a dimensão da pobreza e do trabalho infanto-juvenil, no Estado, requer atenção especial.

1.1 O PROBLEMA E A SUA IMPORTÂNCIA

O Pará, por conta das políticas implementadas na região Amazônia, foi privado de todo processo de integração ao resto do Brasil e à economia global, por ter sido levado a adotar uma estratégia de desenvolvimento linear, ancorado na extração dos recursos naturais e nas exportações de matérias-primas, sem promover o intercâmbio internacional de bens e serviços, de capital, de tecnologia e de idéias inovadoras. Esse processo aumentou a pressão

sobre os recursos naturais e acentuou as diferenças intra-regionais e interpessoais. No último caso, a melhor demonstração é a concentração de renda, medida pelo índice de Gini, que, para o Estado é superior a 0,66. (IBGE; 2002).

Ao longo das últimas décadas, o Pará experimentou profundas mudanças estruturais na economia e na sociedade, que, no entanto, não foram capazes de unificar o crescimento e o desenvolvimento regional; ao contrário criaram uma diversidade de situações em que a concentração da atividade econômica e o aprofundamento da heterogeneidade social revelam grandes diferenças sociais e econômicas no Estado. Pela vertente econômica verifica-se que, no período de 1999-2002, segundo dados do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), o PIB cresceu nominalmente, em média, 15,27%. Na região Norte e na Amazônia Legal foi o Estado que apresentou o maior PIB e que sozinho, no mesmo período, concentrou 26,49% de todo o PIB da Amazônia Legal. No entanto, quando se analisa sua performance social, verifica-se que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado é 0,723, o que o classifica em 4º lugar na região Norte, 5º na Amazônia Legal e 15º no Brasil.

O IDH do estado do Pará reflete que seu desempenho social fica aquém de seu desempenho econômico. Prova dessa afirmação encontra-se na intensidade da pobreza no Estado, ou seja, enquanto 51% de um total de mais de 6 milhões de habitantes é pobre, os 20% mais ricos detêm, aproximadamente, 70% da renda *per capita* auferida em 2000 (R\$ 168,59), segundo o PNUD.

Se a pobreza conduz à falta de condições e de oportunidades, conseqüentemente, faz os chefes de família terem menores possibilidades de atender as suas necessidades básicas e a de seus dependentes. Ao se estabelecer esta condição, há que se buscar outras maneiras de suprir as necessidades, pois, apesar das famílias quererem sempre o melhor para seus filhos, terminam por inseri-los no mercado de trabalho como forma de incrementar sua baixa renda. No entanto, ao entrar no mercado de trabalho, normalmente a criança deixa de estudar, o que

prejudica seu desenvolvimento e, por conseguinte, aumenta a desigualdade social e econômica do Estado, projetando um intensificado cenário de exclusão social, caso não ocorra nenhuma ação contrária que quebre esse círculo vicioso.

Dessa forma, para combater a incidência da pobreza e do trabalho infanto-juvenil é preciso intervir no processo de causação circular, pois este gera, de acordo com Myrdal (1968), um contínuo no qual uma coisa leva a outra, com mudanças mútuas e sucessivas entre elas tornando difícil distinguir o que é causa e o que é consequência uma da outra, de maneira que as variáveis se misturam e se afetam ao mesmo tempo. Em decorrência dessa causação circular o círculo vicioso torna-se um processo social acumulativo no qual todos os efeitos negativos levam tudo para baixo. De acordo com essa lógica, os chefes de família que têm poucos anos de estudo só conseguirão os piores empregos, com baixa remuneração. Ao receberem os menores salários, pouco terão para investir em alimentação e saúde, logo levarão uma vida limitada, com raras oportunidades e escolhas. Como consequência, ele e sua família terão uma qualidade de vida inferior. Para suprir seu sustento, de modo geral, *empregam* seus filhos de diversas formas, quer em empregos insalubres e/ou perigosos, quer em serviços domésticos, ou ainda, os colocam como responsáveis pela administração do lar.

Assim, combater a pobreza e o trabalho infanto-juvenil deve ser o objetivo maior de qualquer governante, pois só há futuro se há esperança e esta reside na justiça e na equidade social. Por isso, estudos que venham a aprofundar este tema são de extrema relevância, pois podem servir de base para a implementação de políticas públicas que tenham por objetivo minimizar a pobreza e dar condições para que as crianças e os adolescentes permaneçam na escola e, portanto, diminuam as estatísticas de trabalho infanto-juvenil. Além disso, a redução da mortalidade infantil e a educação universal são duas das principais "Metas de Desenvolvimento do Milênio", definidas pela comunidade internacional, que também visam à erradicação da pobreza extrema e da fome até 2015.

Considerando que o Estado do Pará carece deste tipo de estudo, a problemática do presente trabalho pode ser expressa pela pergunta abaixo:

Como o processo de causação circular explica o aumento do trabalho infanto-juvenil no Estado do Pará?

1.2 OBJETIVOS

1.3 Objetivo Geral

Analisar, a partir de um processo de causação circular, as relações existentes entre pobreza e trabalho infanto-juvenil, no Estado do Pará.

1.3.1 Objetivos específicos

- Identificar o processo de causação circular econômico e social do Estado do Pará.
- Avaliar o impacto do crescimento econômico na qualidade de vida da população paraense, bem como suas conseqüências para a pobreza e para o trabalho infanto-juvenil.
- Verificar os entraves e potenciais que o Estado do Pará possui para diminuir a incidência da pobreza e do trabalho infanto-juvenil.

1.4 HIPÓTESE

A pobreza e o trabalho infanto-juvenil tendem a se perpetuar se a renda derivada do crescimento econômico do Estado do Pará não melhorar a qualidade de vida de sua população.

1.5 METODOLOGIA

O tema central do presente trabalho consiste no entendimento da pobreza e de suas inter-relações com o trabalho infanto-juvenil, tendo como universo da pesquisa o Estado do Pará. Para realizar o que se propõe, o método de pesquisa utilizado é o **método dedutivo**, que permite uma construção lógica de raciocínio, em ordem descendente de análise, em que são escolhidas duas proposições, como base de estudo, chamadas premissas, para, a partir delas, retirar uma terceira, nelas logicamente implicada, denominada de conclusão. Assim sendo, o presente trabalho sustenta como premissas básicas de análise:

– Só existe desenvolvimento, se o crescimento econômico se reverte em melhores condições de vida e maiores oportunidades para a população. Dessa forma, se o crescimento econômico só aumenta a concentração de renda e a desigualdade social, maior é a pobreza e a incidência do trabalho infanto-juvenil;

– O prolongamento da concentração de renda e da desigualdade social intensifica a pobreza e, conseqüentemente, o trabalho infanto-juvenil por meio de um processo de causação circular que gera um círculo vicioso que só tende a se quebrar a partir de intervenções externas.

Na pesquisa econômica o método dedutivo nunca é utilizado sozinho, por limitar o alcance dos resultados, por isso, neste trabalho, está conjugado com o **método comparativo** e com o **histórico**, que permitem investigar, ao longo do tempo, o crescimento e

desenvolvimento, a pobreza e o trabalho infanto-juvenil, explicando-os segundo suas semelhanças e suas diferenças.

Sendo esta uma investigação acadêmica que busca explicar a problemática da pobreza e do trabalho infanto-juvenil, elencando suas causas e efeitos a partir da análise de diversos indicadores econômicos e sociais que possibilitem efetuar um diagnóstico sobre o assunto, então, quanto à sua natureza e à abordagem do problema é uma **pesquisa aplicada**, pois objetiva gerar conhecimento sobre pobreza e trabalho infanto-juvenil no Estado do Pará para aplicação prática dirigida à solução desses problemas. Ao mesmo tempo, é uma **investigação qualitativa** por permitir satisfazer duas funções distintas: contextualizar e exemplificar as categorias de análise (pobreza e trabalho infanto-juvenil), estimulando novas intuições que possam esclarecer a natureza das relações existentes entre as categorias atribuídas. Quanto a seus objetivos é uma **pesquisa explicativa** que pretende identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência da pobreza e do trabalho infanto-juvenil, aprofundando o conhecimento da realidade no estado do Pará.

Os procedimentos técnicos utilizados mostram que é uma **pesquisa bibliográfica e documental**, vez que seus dados são procedentes de fontes secundárias, a exemplo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Secretaria Estadual de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEPOF), além de utilizar outras fontes, tais como: livros, revistas, publicações avulsas, imprensa escrita. Como o objetivo do presente trabalho é analisar as inter-relações existentes entre pobreza e trabalho infanto-juvenil, as categorias de análise utilizadas são:

- crescimento econômico, a partir dos indicadores PIB e PIB per capita;
- desenvolvimento social, a partir dos indicadores de renda per capita, população total, população urbana, população rural, escolaridade, acesso à saúde e infra-estrutura;

- trabalho e rendimento, a partir de indicadores de remuneração, pessoas economicamente ativas¹; pessoas ocupadas;

- trabalho infanto-juvenil, a partir dos indicadores da PNAD.

Para tanto, os dados, após levantamento nas fontes, serão parametrizados e tabulados de maneira que possam ser comparados e que permitam inferir as relações existentes entre pobreza e trabalho infanto-juvenil no Estado do Pará.

1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente trabalho está dividido em 8 capítulos. O primeiro capítulo é composto pela presente introdução. O segundo capítulo apresenta o referencial teórico e a revisão de literatura. No terceiro capítulo, faz-se uma análise da performance econômica e populacional do Estado do Pará. O quarto capítulo avalia a qualidade de vida da população paraense. No quinto capítulo, identifica-se o processo de causalidade circular vivenciado pelo Estado do Pará e suas conseqüências para a pobreza e para o trabalho infanto-juvenil. O sexto capítulo analisa o trabalho infanto-juvenil no Estado do Pará. O sétimo capítulo identifica como as políticas públicas estão agindo para reverter a incidência da pobreza e do trabalho infanto-juvenil, bem como apresenta algumas sugestões de como avançar com esse processo. Por último, apresentam-se as conclusões.

¹A Fundação IBGE considera economicamente ativas, para efeitos censitários ou de levantamentos anuais, as pessoas com dez anos ou mais que se encontram ocupadas ou que estão procurando ativamente ocupação. Para efeitos de levantamentos mensais, a idade de corte é quinze anos

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente capítulo tem por objetivo analisar as desigualdades e o desequilíbrio a partir do escopo teórico de Myrdal. Para tanto, pretende-se conceituar o processo de causação circular e suas interfaces (círculo vicioso e virtuoso). Para cumprir o que se propõe, está dividido em seis partes. No primeiro item se promove uma breve análise sobre as relações existentes entre economia e história. O segundo item apresenta a teoria do desenvolvimento regional a partir da ótica de Myrdal. No terceiro item se promove uma avaliação da causação circular da pobreza, como processo econômico dinâmico. No quarto item, mostra-se o círculo vicioso da pobreza e do trabalho infante-juvenil. O quinto item identifica como se pode romper com o ciclo vicioso da pobreza e do trabalho infante-juvenil. No sexto item apresenta-se a revisão de literatura.

2.1 A CIÊNCIA ECONÔMICA E A HISTÓRIA

A história da humanidade é marcada pelo fenômeno das desigualdades. Na atualidade, as desigualdades sociais ocorrem tanto nos países ricos como nos países pobres. Nos primeiros, temos uma espécie de oceano de prosperidade com algumas ilhas de exclusão social. Já nos países pobres, temos vastos oceanos de pobreza pontilhados de pequenas ilhas de prosperidade. Especialmente nas últimas duas décadas, tanto nas sociedades mais ricas (de forma cada vez mais perceptível), quanto nas mais pobres, está se ampliando o fosso que separa os "incluídos" dos "excluídos". A tendência à concentração de renda que leva às desigualdades e exclusão sociais não é fenômeno recente, mas tem seu início no processo de crescimento do modo de produção capitalista, pois se antes os homens eram nômades e viviam em busca de suprir suas necessidades, hoje além de viverem num mundo globalizado,

a evolução da civilização levou-os a, disporem apenas de sua força de trabalho para suprir suas necessidades.

Com a tecnologia e a descoberta da máquina a vapor e do motor de combustão interna, a humanidade vislumbrou ganhos extraordinários de produtividade e passou, cada vez mais, a acreditar na tecnologia para resolver seus problemas, sobretudo os ligados à produção de bens e serviços. Com o uso crescente de máquinas e de energia, deslocou-se muito da importância atribuída ao homem para os equipamentos e para a tecnologia. A energia vinda do homem e do animal passou a ser substituída pela energia do petróleo, do carvão e da eletricidade. O atributo da força física do trabalhador perdeu espaço para a capacidade de aprendizado e gerenciamento. Não sendo suficiente a substituição do homem pela máquina, a partir da segunda metade dos anos oitenta começou a ocorrer, em escala mundial, um novo processo de mudança da base tecnológica, tendo como elementos de suporte para a transformação a informática e a microeletrônica. Essa mudança propiciou ampliar e intensificar o processo de globalização, apoiado na sofisticação dos meios de comunicação e das redes de informação. O foco do poder mudou do trinômio terra-capital-trabalho, passando a se concentrar no conhecimento, na informação e na transmissão de dados.

Os investimentos na produção passaram a concorrer com investimentos nas privatizações, nas incorporações e *joint-ventures* e, principalmente, na especulação financeira. Este processo tornou ainda mais “refinado” o sistema de reprodução do capital, uma vez que as empresas e as grandes corporações passaram a dispor de maneira rápida de um leque de informações necessárias para determinar as suas estratégias de acumulação, com grande efeito sobre a redução e diminuição do papel do Estado e dos sindicatos. Essa mudança, que marca o surgimento de um novo ciclo, trouxe graves problemas sociais, quando o acesso ao emprego passou a ser determinado por critérios de especialização, tornando-se excludente para os trabalhadores mais jovens e particularmente cruel para os mais velhos que, a partir da perda

dos seus postos de trabalho, o chamado desemprego estrutural ou tecnológico, dificilmente encontram uma segunda chance de inserção social pela via do emprego formal.

Esse movimento gerou uma reestruturação do modo de produção capitalista, baseado na inserção de tecnologias modernas no processo produtivo e em novas formas de gestão das relações de produção, fatores que estão articulados com a instauração de um modelo político-econômico e ideológico que o favorece, assumindo, cada vez mais, caráter predatório no que diz respeito à exploração e utilização do trabalho como criador de valor de troca, subjungando permanentemente a parcela da sociedade que tem como única forma de garantir meios para a satisfação de suas necessidades básicas a comercialização de si mesmo, enquanto mercadoria. É sob essas condições que se dá atualmente a exploração do trabalho humano, condição que tem determinado o crescimento do trabalho precário e a crescente marginalização dos trabalhadores no processo produtivo, processo que leva a outro grande problema que hoje os países tentam reverter por meio da implementação de políticas públicas de inclusão social: o trabalho infato-juvenil.

Ser excluído do processo de exploração do trabalho no capitalismo não se torna um privilégio, e sim um fator de inserção em uma condição de privação e de pobreza, ainda maior do que aquela sob a qual continuam submetidos os que sofrem a exploração no trabalho, restando aos deserdados do capital procurar outras formas para garantir a sua sobrevivência, sujeitando-se ao subemprego e à informalidade, assim como, obrigando suas crianças a exercerem alguma forma de trabalho remunerado que aumente a renda familiar. Dessa forma, as transformações geradas pelas novas técnicas, pelas novas políticas de gestão e controle do processo produtivo fazem parte de uma grande transformação que envolve não só o mundo do trabalho, mas, ao redimensionar os papéis dos seus atores, denuncia uma imensa quantidade de mudanças que perpassam e compõem todas as esferas da sociedade, sejam as políticas, sociais, ideológicas, culturais e seus conseqüentes desdobramentos espaciais-territoriais.

As modificações no mercado de trabalho não se resumem a mudanças estruturais, mas vão além do próprio espaço de produção, chegando às esferas políticas e econômicas dos Estados, que, ao se redimensionarem, com maior ou menor presteza, estão contribuindo para um rearranjo amplo na esfera da organização da sociedade para produção pois a flexibilização do processo produtivo se contemplará também com a flexibilidade dos direitos adquiridos historicamente pelos trabalhadores, seja pela sua anulação ou pelo seu relaxamento, permitindo, assim, uma maior agilidade para os empregadores no momento do contrato ou da dispensa, além de um menor gasto com os encargos trabalhistas.

Os elementos característicos desse atual processo - a flexibilização das relações de trabalho -, a implantação em vários países de políticas de cunho neoliberal, que, junto à financeirização da economia, enfatizam e dão importância à esfera especulativa do capital em relação à produção, implicam, como novos elementos determinantes e conseqüentes do atual modelo de acumulação capitalista, a redefinição das relações de produção e, portanto, uma reconfiguração do mundo do trabalho, tendo como maiores resultados a diminuição do número de trabalhadores empregados diretamente na produção, a desqualificação, o aumento do desemprego e o crescimento do trabalho precarizado e todo trabalho infanto-juvenil. Como afirma Antunes (1999, p. 209):

O mundo do trabalho viveu, como resultado das transformações e metamorfoses em curso nas últimas décadas, particularmente nos países capitalistas avançados, com repercussões significativas nos países de Terceiro Mundo dotados de uma industrialização intermediária, um processo múltiplo: de um lado verificou-se uma desproletarização do trabalho industrial, fabril, nos países de capitalismo avançado. (...) Mas, paralelamente, efetivou-se uma significativa subproletarização do trabalho, decorrência das formas diversas de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado, vinculado à economia informal, ao setor de serviços etc, etc. Verificou-se, portanto, uma significativa heterogeneização, complexificação e fragmentação do trabalho.

Com aparecimento de novas formas de trabalho precário, vemos o trabalho infanto-juvenil se expandir nas cidades brasileiras, nas quais passam a exercer seus “ofícios”, visto que suas famílias muitas vezes estão excluídas, pelos mais diversos motivos, do mercado

formal de trabalho. A expansão e a heterogeneização do trabalho infanto-juvenil têm uma raiz direta no processo atual de crescimento da exclusão do mercado formal de trabalho. Este, por sua vez, tem um amplo rol de determinações que, diferentemente combinadas, desenham e caracterizam variadamente o fenômeno do trabalho infanto-juvenil nos diversos lugares onde esse se encontra presente. O que se percebe é o acirramento das atuais condições sociais e econômicas brasileiras que exercem um efeito negativo no mercado de trabalho e, conseqüentemente, nas condições de vida da classe trabalhadora, deixando como única saída para parte crescente dos trabalhadores a busca de uma atividade remunerada para suas crianças. Ao ingressarem na informalidade, os trabalhadores infanto-juvenis, além de perderem seu direito de freqüentar a escola e brincar, ficam excluídos da possibilidade de usufruírem direitos trabalhistas como aposentadoria, seguro-desemprego e outros que são reservados aos trabalhadores legalizados que contribuem com o pagamento de impostos e tributos.

Esse é um fenômeno que tem complexidade histórica gerada a partir de um modelo de desenvolvimento que previa, por um lado, o crescimento gerando concentração de riqueza, luxo e o elitismo; e, por outro lado, a miséria e marginalidade de muitos. Prova disso encontra-se na teoria do desenvolvimento regional de Myrdal, foco de análise do próximo item deste trabalho.

2.2 MYRDAL E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gunnar Myrdal (1960) é um dos autores centrais da formulação do modelo de causação circular cumulativa, cujo foco eram as relações estabelecidas entre espaços desequilibradamente desenvolvidos, que acarretariam uma trajetória de crescente agravamento das disparidades. Analisando comparativamente os níveis de desenvolvimento

econômico entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, Myrdal (op. cit.) constata três situações simultâneas:

- existe um pequeno número de países prósperos e uma grande quantidade de países extremamente pobres;
- os países prósperos encontram-se em processo de desenvolvimento contínuo, enquanto os países pobres defrontam-se com um nível médio e lento de desenvolvimento, quando não estão estagnados ou mesmo em retrocesso;
- em geral, as desigualdades econômicas, entre os dois grupos de países têm aumentado.

Com esse raciocínio, Myrdal (op. cit.) vai de encontro à assertiva liberal de que o equilíbrio estável da economia seria garantido pelos mecanismos de mercado e que nas relações de comércio entre países ou regiões de níveis de desenvolvimento diferentes haveria uma tendência à igualação dos custos e da produtividade dos fatores produtivos, propiciando que ambos os países avançassem em termos de desenvolvimento. Referido autor afirma que as forças de mercado em atuação tendem a aumentar e não a diminuir as desigualdades regionais. A base teórica de sua contestação parte da premissa de que existe um processo de causação circular cumulativo, cujos efeitos surgem de uma mudança social ou econômica primária, que está na essência da explicação do porquê se verificam e se ampliam as desigualdades entre países e regiões prósperas e pobres e, portanto, da disparidade entre seus respectivos níveis de desenvolvimento. Sobre o assunto Myrdal esclarece que:

O [...] poder de atração de um centro econômico se origina principalmente em um fato histórico fortuito, isto é, ter-se iniciado ali com êxito um movimento [...]. Daí por diante, as economias internas e externas sempre crescentes fortaleceram e mantiveram seu crescimento contínuo às expensas de outras localidades e regiões, onde, ao contrário, a estagnação ou a regressão relativa se tornou a norma.

O autor defendia, portanto, que o equilíbrio em um determinado espaço econômico muito improvavelmente seria conseguido por meio dos mecanismos do mercado, pois “existe uma tendência inerente na livre atuação das forças de mercado para criarem

assimetrias regionais, e esta tendência é tanto mais acentuada quanto mais pobre é o país; estas duas leis são das mais importantes para entender o desenvolvimento econômico e o subdesenvolvimento no quadro do *laissez-faire*” (MYRDAL *apud* SANTOS, 2002).

Os argumentos de Myrdal (op.cit.) vêm contrariar o mecanismo do equilíbrio neoclássico, refutando a função corretiva da mobilidade dos fatores de produção, posicionando que essa mobilidade dos fatores conduziria a efeitos perversos de desenvolvimento, provocando impactos desequilibradores cumulativos. Esses efeitos de causação cumulativa, ou desequilíbrios espaciais cumulativos, decorreriam de que, qualquer que fosse a área onde surgisse um investimento novo esse tenderia a auto-alimentar-se por via das economias internas e externas geradas à custa dos recursos das regiões consideradas periféricas, ou com repercussões negativas sobre o desempenho socioeconômico dessas regiões. Explicitando, quando se inicia um processo de industrialização num determinado centro, esse espaço regional se torna capacitado a originar um encadeamento de uma série de efeitos que se repercutem de modo favorável sobre o potencial competitivo dessa região. As regiões mais ricas, centrais, exercem um efeito polarizador sobre as regiões mais pobres, periféricas, correspondendo a acréscimos de remuneração obtidos pelos fatores trabalho e capital nas regiões centrais, que não são compensados pelo movimento de capitais dessas para as regiões periféricas.

Na sua análise, Myrdal (1960) considera que a expansão em uma localidade produz “efeitos regressivos” (*back-wash effects*) em outras, de modo que os movimentos migratórios de mão-de-obra, capital e de bens e serviços não conseguem evitar a tendência à desigualdade regional. Em oposição aos efeitos regressivos, Myrdal também considera a existência de “efeitos propulsores” (*spread effects*) centrífugos, os se quais propagam do centro de expansão para outras localidades, ou seja, “[...] quanto mais alto o nível do desenvolvimento que um país alcançar, tanto mais fortes tenderão a ser os efeitos

propulsores. Um alto nível de desenvolvimento é acompanhado de melhores transportes e comunicações, padrões educacionais mais elevados e uma comunhão mais dinâmica de idéias e valores, todos propensos a robustecer as forças para a difusão centrífuga da expansão econômica ou a remover os obstáculos à sua atuação. A neutralização dos efeitos regressivos, quando um país alcança alto nível de desenvolvimento, no qual os efeitos propulsores são fortes, refletir-se-á no desenvolvimento econômico e se tornará, assim, fator importante do processo acumulativo. Com a extinção, em grande escala, da miséria, ocorre utilização mais completa das potencialidades dos recursos humanos de uma nação” (MYRDAL, 1960).

Ao tratar sobre os efeitos regressos, Myrdal (1960) afirma:

Parte dos males de um baixo nível de desenvolvimento em país subdesenvolvido reside no fato de serem fracos os efeitos propulsores. Isto quer dizer que, em regra, o livre jogo das forças do mercado em um país pobre funcionará mais poderosamente no sentido de criar desigualdades regionais e de ampliar as existentes. O fato de um baixo nível de desenvolvimento econômico ser acompanhado, em geral, por grandes desigualdades econômicas representa, por si mesmo, grande obstáculo ao progresso. Esta é uma das relações interdependentes, por meio das quais, no processo cumulativo, a pobreza se torna sua própria causa.

Portanto, nessa perspectiva, “os designados *spread effects* (significando o impacto positivo da área original sobre a sua periferia) embatem-se por força dos *backwash effects* (significando o impacto negativo) e, em termos de análise espacial, os desequilíbrios tendem-se a agravar-se cumulativa e irreversivelmente” (SANTOS, 2002). Desse modo, o processo de atração originária, “por um lado, uma espiral ascendente de crescimento para as áreas de recepção dos fatores e, por outro, o caráter cumulativo da repulsão, ou refluxo, provocaria uma espiral descendente de crescimento nas áreas de doação” (ALVES, *apud* SANTOS, 2002).

A conclusão de Myrdal é a de que o processo de crescimento econômico é polarizado, beneficiando os setores e as regiões mais dinâmicas. Para corrigir tais desequilíbrios propõe a participação do Estado nas funções alocativa e distributiva, pois argumenta que a

tendência do desenvolvimento econômico é produzir desigualdades entre regiões, e segundo Myrdal, só ações do Governo terão poder para corrigir essa tendência.

2.3 A CAUSAÇÃO CIRCULAR DA POBREZA

Myrdal (1960), ao tratar sobre crescimento econômico e desigualdade regionais, como visto anteriormente, afirma que o atraso econômico de algumas regiões pode ser pensado como um processo de causação circular acumulativo. Essa análise consiste em refutar a hipótese de equilíbrio estável à realidade social, ou seja, não existe uma tendência automática em direção à auto-estabilização. O equilíbrio estável fundamenta-se na idéia de que o processo social tende a uma posição que se permite descrever como estado de equilíbrio de forças. Contudo, para o autor, o sistema não se move espontaneamente em direção a alguma forma de equilíbrio entre as forças, mas, ao contrário, está sempre se afastando desse equilíbrio.

Neste sentido, Myrdal (op. cit.) mostra que o círculo vicioso da pobreza é um processo circular de forças que agem interdependentemente, no qual uma coisa leva a outra de tal forma que faz que um país pobre fique mais pobre e desencadeie um estado de pobreza contínuo. São os efeitos regressivos ou efeitos em cadeia para trás, ou seja, toda a região está situada em torno de um ponto central de declínio. Há uma desigualdade crescente com pressões contínuas para baixo. Myrdal (1960), ao trazer o assunto para o campo individual, afirma:

[..] Um homem pobre talvez não tenha o bastante para comer, sendo subnutrido, sua saúde será fraca, sendo fraco, sua capacidade de trabalho será baixa, o que significa que será pobre, o que, por sua vez, implica dizer que não terá o suficiente para comer, e assim por diante.....um país é pobre porque é pobre”.

O círculo virtuoso tem o efeito contrário do círculo vicioso, ou seja, são efeitos propulsores, efeitos em cadeia para frente, logo toda a região situada em torno de um ponto de expansão se beneficia dos mercados crescentes. Portanto, boas políticas sociais e outros

mecanismos de valoração social geram externalidades positivas, no mesmo sentido de que uma coisa leva a outra, o que contribuirá para o processo de desenvolvimento.

O princípio da causação circular e acumulativa explica o que é um círculo vicioso e um círculo virtuoso e o porquê de ocorrerem. A causação circular é um processo no qual uma coisa leva a outra e as mudanças entre elas são mútuas e sucessivas, tornando difícil distinguir o que é causa e o que é consequência uma da outra, pois as variáveis se misturam e se afetam ao mesmo tempo. Em virtude dessa causação circular o processo social é um processo associativo, uma “constelação circular de forças”, em que todos os efeitos negativos levam tudo para baixo, num processo em descensão, ou um conjunto de coisas positivas leva tudo para cima, num processo em ascensão.

Nesse sentido, os trabalhadores encontram-se encurralados e pressionados pelas condições sociais e econômicas geradas no atual contexto do movimento de reprodução do capital, que em sua própria reprodução cria armadilhas, as quais geram problemas que acabam por ser transferidos para os trabalhadores. Assim, os que são a base sob a qual se dá a sustentação e a reprodução de todo o sistema passam a ser encarados como causadores dos problemas, portanto, são os que devem arcar com as consequências.

De acordo com a ideologia liberal dominante, que procura dar explicações naturais para o fenômeno do desemprego, o fundamento elucidativo para o problema está na reversão do desequilíbrio entre a oferta e a demanda por força de trabalho, causada muitas vezes pelo excesso dessa última, ou ainda pela falta de uma formação técnica dos trabalhadores. De acordo com essas interpretações mesmo com a expansão do desemprego, as práticas excludentes do modelo econômico capitalista não são colocadas em questão, pois para esse viés ideológico interpretativo dominante todo o problema pode ser solucionado com a retomada do crescimento econômico, que derruba os entraves econômicos e políticos, possibilitando um movimento livre dos fatores que compõem o mercado. Nesse processo está

implícita a tendência de flexibilização do trabalho, o que, como resultado, faz crescer, também o número de crianças que exercem algum tipo de atividade remunerada.

Essa situação resulta da diminuição do número de postos de trabalho e da superqualificação de algumas atividades, especialmente a partir da expropriação do saber operário e sua incorporação nas *máquinas inteligentes* (computadores e robôs) à custa da racionalização do trabalho (desemprego) e em várias circunstâncias, da superexploração, com a intensificação da jornada. Por outro lado, assiste-se também à desqualificação acelerada que sofre o trabalhador diante das novas tecnologias e das novas formas de gestão impostas pela reestruturação produtiva. Essa dualidade permite pensar uma noção ampliada de trabalho. Assim, grande parte dos trabalhadores, sobretudo os operários são dispensados sem permitir-lhes que sejam posteriormente reaproveitados como força de trabalho útil, já que, na maioria das vezes, as funções anteriormente desempenhadas são extintas, sem a recriação de vagas em outras atividades/setores na mesma proporção (THOMAZ JR., 2000).

É por meio da precarização das condições de existência de grande parte daqueles que vivem da venda da força de trabalho, seja pela falta de comprador dessa mercadoria ou pelo abandono das práticas políticas e sociais do Estado voltadas para o amparo dos trabalhadores, que os países estão vendo surgir e crescer, com o desemprego, o trabalho infanto-juvenil e as atividades informais. Os efeitos desse processo de precarização do trabalho não podem ser entendidos como sendo de retração do desenvolvimento, e sim como efeitos de uma crise que surge intrinsecamente às novas transformações do processo produtivo capitalista. Tais efeitos sacrificam aqueles que, pela lógica de funcionamento da sociedade capitalista, não têm outra forma de garantir a sua sobrevivência que não seja a comercialização de suas potencialidades. Diante dessa geografia do mundo do trabalho se pode apreender o desenho mais caótico do modo capitalista de produção que, com os avanços tecnológicos conseguidos através da aplicação da ciência no processo produtivo, consegue produzir cada vez mais mercadorias

com a utilização de um menor número de trabalhadores ligados diretamente à produção, atingindo dessa forma o máximo possível de exploração do trabalho.

A nova organização do capital, que permite uma maior produção com a exploração de um menor número de trabalhadores, produz a maior contradição da sociedade capitalista, que é a de que, apesar de estabelecer para grande parte da sociedade a venda da força de trabalho como única forma de garantir o seu acesso às mercadorias que satisfaçam as suas necessidades, não permite que parte considerável dos que se encontram aptos e à disposição possam, então, fazê-lo. Ao mesmo tempo, o domínio do capital se torna tão intenso que estar na condição de poder sofrer a exploração do trabalho no sistema produtor de mercadorias é considerado por muitos uma dádiva, já que aqueles que não se encontram em condições de serem espoliados não têm o direito de satisfazer as suas necessidades mais básicas.

As transformações no processo produtivo capitalista são parte de uma reestruturação produtiva que engloba toda a sociedade de forma a determinar e também ser determinada nesse movimento, que aponta para uma mudança no padrão de acumulação capitalista, com desdobramentos marcantes para a dinâmica espacial e territorial do trabalho. E é no que diz respeito à relação *capital X trabalho* que se percebe a complexidade das atuais transformações produtivas, que não colocam em questão logicamente a hegemonia que exerce o capital sobre o trabalho, mas redimensionam em vários níveis, tanto técnico quanto territorialmente, as maneiras de exploração e utilização da força de trabalho na esfera da produção e da reprodução capitalista, com implicações intensas e de grande magnitude à subjetividade do trabalho, às suas formas de organização/representação, enfim, ao movimento operário de modo geral.

Assim, o que se verifica diante da atual reestruturação do processo produtivo capitalista é uma gama de modificações que atinge toda a sociedade e que influi diretamente nas formas

de organização espacial e territorial tanto do capital como da força de trabalho. De acordo com Moreira (2000):

Cada era do trabalho implica numa forma determinada de arrumação do espaço que o regula. A técnica é o elemento dinâmico dessa mudança. Toda vez que o período técnico muda, correlatamente muda a forma da regulação espacial, e assim o mundo do trabalho. Tem sido essa espécie de lei espacial a norma da organização do espaço da sociedade e do mundo do trabalho na história do capitalismo.

Ao mesmo tempo em que o homem é expropriado de seu meio de sobrevivência, em consequência do avanço tecnológico, percebe-se que o trabalho infanto-juvenil apresenta duas facetas divergentes e complementares. Numa, as crianças ingressam no mercado de trabalho para aumentar a renda familiar daqueles trabalhadores que recebem salários baixos, ou vivem na informalidade ou exploram a mão-de-obra infanto-juvenil. Por outro lado, as empresas/empreendedores que exploram esse tipo de empregados visam a aumentar seus ganhos por usarem uma força de trabalho de baixa capacidade e conhecimento, o que lhes garante o direito de pagar salários bem abaixo do mercado e, por serem informais, não terem que pagar impostos e contribuições. Portanto, perde-se por todos os lados, as crianças deixam de estudar e de garantir um futuro melhor, o governo deixa de arrecadar e de investir e o país vê seu futuro comprometido. Dessa forma, a manutenção desse *status quo* cria um círculo vicioso que tende cada vez mais a intensificar o desequilíbrio intra e inter-regional, a partir da queda da renda, da baixa escolaridade e da baixa qualidade de vida.

2.4 TRABALHO INFANTO-JUVENIL: RENDA E EDUCAÇÃO

A literatura sobre pobreza e mercado no Brasil é bastante nova. Somente na última década os estudos e projetos de combate à pobreza focados no mercado começaram a ganhar espaço (ARBACHE, 2003 p.16). De modo geral, estudos que relacionem a pobreza e o mercado são escassos, dada a visão de que a solução da pobreza viria do crescimento econômico. Mas, como visto anteriormente, o crescimento não implica, necessariamente,

incorporação dos pobres no mercado de trabalho nem a redução sustentada da pobreza, pois, se o crescimento não se reverter em desenvolvimento, gerará apenas o aumento na concentração da renda. Por esse raciocínio, Barros (2000) afirma que por muitas décadas predominou nos círculos acadêmicos e governamentais a idéia de que a principal causa da pobreza no Brasil eram as débeis taxas de crescimento do PIB. O diagnóstico assumia que a redução da pobreza era um subproduto do crescimento e que a mais eficaz forma de redução da pobreza seria a promoção do crescimento. Ricardo Paes de Barros, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), tem levantado a questão de que a pobreza deriva-se, sobretudo, da extrema desigualdade de distribuição de renda e de oportunidades prevalecente no Brasil, e que mesmo taxas elevadas de crescimento teriam efeitos limitados sobre a redução da pobreza.

Barros (op. cit.) defende que as políticas de redução da pobreza não devem basear-se apenas no crescimento e argumenta que a erradicação da pobreza requer o desenho de políticas que priorizem a redução da desigualdade. A implicação desse diagnóstico é a de que haveria a necessidade de se implementar políticas de distribuição de renda e riqueza como meios para se reduzir a pobreza, independentemente do crescimento do produto.

Partindo do conceito de pobreza como insuficiência de renda para a satisfação das necessidades básicas, Barros (op. cit.) investigou as causas da pobreza no país e encontrou que a fonte fundamental do fenômeno é a má distribuição de renda. A partir de micro-simulações, os resultados de Barros et al.(2001) mostram que:

- (i) se fosse possível uma perfeita identificação dos indigentes e pobres no Brasil, poder-se-ia reduzir a indigência com cerca de 6 bilhões de reais por ano apenas, revelando o baixo custo da erradicação da miserabilidade no país; e
- (ii) os níveis de pobreza são muito mais sensíveis às alterações no grau de desigualdade do que às alterações do crescimento econômico.

Barros (2001) investigou as fontes da redução da pobreza nos últimos 20 anos a partir da decomposição dos efeitos do crescimento e da redução da desigualdade de renda. Os resultados mostram que o crescimento econômico responde por 84% da queda da pobreza

observada entre os anos selecionados das décadas de 1970 a 1990. O autor afirma que a elevada pobreza mantém-se no país devido à estratégia utilizada para combatê-la, qual seja, o crescimento econômico, que, por sua vez, tem sido bastante baixo, levando a um modesto impacto sobre a pobreza. Conclui que a erradicação da pobreza será mais lenta se ela basear-se apenas no crescimento do PIB, e que uma combinação de crescimento e distribuição de renda levaria a uma mais rápida e eficaz solução para a pobreza.

As implicações desses resultados são extremamente importantes, pois sugerem que a erradicação da pobreza deve passar por estratégias voltadas à redução da desigualdade. De outra forma, políticas ativas de transferência de renda teriam um papel fundamental nas transformações dos indicadores de pobreza. Nesse contexto, a preocupação central de Barros é de desenhar políticas de transferências que atinjam de forma mais direta os mais pobres e necessitados, e avaliar as políticas de tal forma a aumentar sua eficácia. O problema então é a focalização da eficácia.

O Brasil tem sido “ranqueado” consistentemente como um dos países com mais elevada desigualdade de renda do mundo (PSACHAROPOULOS, 1991). A principal causa dessa desigualdade é o perfil da distribuição da educação juntamente com as suas elevadas taxas de retornos (BARROS E MENDONÇA, 1995). De fato, os estudos têm mostrado que a educação é o mais importante fator para explicar a determinação de salários e a desigualdade no Brasil. Sozinha, ela explica 48% da desigualdade de salários e cerca de 26% da desigualdade de renda. A taxa de retorno por ano adicional de educação chega a 16%, a qual está entre as mais elevadas do planeta (ARBACHE, 2003).

Esses resultados acerca do papel da educação na distribuição de renda no Brasil têm influenciado vários autores a concluir que o mais indicado investimento para resolver o problema da carência de estoques de riqueza e da renda dos pobres é a educação (BARROS, 2000).

Embora a educação seja um poderoso ativo para evitar a pobreza, ela não explica toda a história. A elevada variância dos salários identificada entre indivíduos com baixa escolaridade sugere que outros fatores estão agindo para explicar o fenômeno. De fato, Barros (1997) mostra que a inserção ocupacional tem poderoso papel para explicar os salários no Brasil. Encontrou-se que, uma vez controlando a educação e outras variáveis, a desigualdade de salários entre trabalhadores de baixa escolaridade é muito parecida com a desigualdade entre todos os trabalhadores, e o principal fator é a inserção ocupacional.

Assim, reverter o quadro do trabalho infanto-juvenil é essencial para o crescimento e desenvolvimento do país e esses, com certeza, se viabilizam por meio da educação. No entanto, uma das maiores barreiras para a permanência de crianças na escola é a competição da alocação do tempo entre estudo e trabalho. Em áreas com relativamente boas oportunidades de remuneração, a frequência a escola é menor que em áreas com oportunidades ruins. Uma razão para a criança estar trabalhando é o estado de pobreza e a falta de acesso ao mercado de crédito. Se o mercado para investimento em educação é bom, os pais deveriam buscá-lo no mercado de crédito. Logo, as famílias pobres e sem créditos são levadas a deixar os seus filhos fora da escola. Essa falha de mercado tende a manter criança de famílias pobres na pobreza quando adultas (BARROS 2000 e 2001). Dessa forma, como reverter esse quadro, do crescimento da pobreza e do trabalho infanto-juvenil é o objeto de análise do próximo item.

2.5 CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO: O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Myrdal (1960), ciente da existência de perigos inerentes ao surgimento de um processo de desenvolvimento acarretador de disparidades regionais crescentes, devido aos *backwash effects*, defende a criação de políticas públicas de intervenção que possam reverter esses

efeitos negativos potenciais sobre as regiões menos desenvolvidas [...]. (SANTOS, 2002). Para tanto, Myrdal (1960) destaca a importância de políticas que minimizem as disparidades regionais. Tais políticas devem propor reformas que melhorem a capacidade de produção, aumentem a produtividade, proporcionem recursos necessários para que se tornem viáveis economicamente e que possibilite também uma reforma social. Ademais, a interferência estatal deve criar meios de fortalecer os “efeitos propulsores” e diminuir as desigualdades.

Uma das formas pelas quais se pode contrariar os efeitos negativos é por meio da melhoria do clima de vida, ou seja, do grau de ordem, previsibilidade, segurança e confiabilidade nos indivíduos e instituições em dada sociedade. Quanto melhor o clima ou contexto da vida social, maior será o respeito às garantias sociais e pessoais à vida, à liberdade, à propriedade, às contratações. A deterioração desse clima social acarreta perturbações, problemas sociais, naquilo que Myrdal chamaria causação circular cumulativa, ou seja, quanto maior a deterioração, maiores os problemas e vice-versa. Outra forma de incrementar a capacidade individual ou grupal de somar fatores favoráveis a seu ideal de vida é melhorar a qualidade de vida, ou seja, as benesses naturais e culturais, a variedade e qualidade dos bens e serviços postos à disposição dos membros de uma dada sociedade. Assim, a qualidade de vida emerge como um novo valor e, por sua vez, a discussão do conceito de valor deságua no vasto estuário da qualidade de vida.

Nesse sentido, “a busca pelo crescimento econômico torna-se infrutífera, pois não basta incrementar a produtividade e o produto, é necessário que esse incremento se reverta em mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas. Por essa ótica o desenvolvimento se caracteriza pela transformação de uma economia arcaica em uma economia moderna, eficiente, juntamente com a melhoria do nível de vida do conjunto de toda população e isso implica mudanças de estruturas econômicas,

sociais, políticas e institucionais com melhoria da produtividade e da renda média dos agentes econômicos envolvidos no processo produtivo” (NICÁCIO, 2002).

Desenvolvimento define-se, por essa ótica, pela “existência de crescimento econômico contínuo em ritmo superior ao crescimento demográfico, envolvendo mudanças de estruturas e melhoria de indicadores econômicos e sociais. Compreende um fenômeno de longo prazo, implicando o fortalecimento da economia nacional, a ampliação da economia de mercado e a elevação geral da produtividade. Com o desenvolvimento a economia adquire maior estabilidade e diversificação e o progresso tecnológico e a formação de capital tornam-se gradativamente fatores endógenos, isto é, gerados predominantemente no interior do país” (SOUZA, 2000).

Portanto, desenvolvimento não pode ser confundido com crescimento, pois, mesmo que a economia cresça a taxas positivas, “se não o fizer a taxas superiores às verificadas para o crescimento demográfico, não há como se reverter o processo de concentração da renda e da riqueza”. As estruturas econômicas permanecem inadequadas à adoção de inovações tecnológicas e ao crescimento econômico sistemático. “A economia caracteriza-se pela instabilidade e dependência econômica, tecnológica e financeira. A base exportadora apresenta-se instável e insuficiente e nem sempre consegue causar impacto significativo na economia. A formação de capital mostra-se insuficiente, devido ao baixo nível da renda e aos entraves políticos e econômicos que culminam por gerar insuficiência do crescimento econômico, pontos de estrangulamento e a pobreza da grande maioria da população. Para reverter esse quadro é preciso coordenar o desenvolvimento e procurar vencer os estrangulamentos e, para isso, necessita-se regular o crédito, a implantação de infra-estrutura que aumentem a oferta de serviços econômicos e sociais à população, a fim de melhorar os indicadores de desenvolvimento” (SOUZA, 2000).

Sen (2000) afirma que “o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. Apesar de aumentos sem precedentes da opulência global, o mundo atual nega liberdades elementares a um grande número de pessoas – talvez mesmo à maioria”.

O desenvolvimento diz respeito à melhoria da qualidade de vida das pessoas, ampliando sua capacidade de construir o próprio futuro. De modo geral, isso requer maior renda *per capita*, melhor educação, oportunidades de emprego mais igualitárias, maior igualdade entre os sexos, mais saúde, melhor nutrição, meio ambiente mais limpo e sustentável, sistema jurídico e judiciário mais imparcial, liberdades civis e políticas mais amplas e uma vida cultural mais rica. Por conta disso, Pearce *et al* (1990), ao tratar sobre desenvolvimento sustentável, afirmam que:

Desenvolvimento poderia ser definido como um vetor (D) de objetivos sociais desejáveis que uma sociedade persegue ao longo do tempo. As componentes desse vetor desejável incluíam os seguintes elementos: crescimento da renda real *per capita*; incremento do *status* nutricional, padrões elevados de educação; acesso aos recursos; uma justa distribuição de renda; incremento nos padrões de liberdades básicas; entre outros elementos. [...] Desenvolvimento econômico sustentável pode ser definido como uma situação em que o vetor de desenvolvimento “D” não decresce ao longo do tempo.

À medida que aumenta a renda *per capita*, muitos dos aspectos registrados por Pearce (op. cit.) melhoram; outros, contudo, não obtêm tais resultados. Narayan (*apud* Banco Mundial, 2006) demonstra que elevar níveis de renda é um dos fatores capazes de diminuir a pobreza. Maior segurança de vida e um meio ambiente mais sustentável são outros fatores para se atingir este objetivo. De fato, tem-se associado crescimento econômico à redução da pobreza de maneira positiva. A redução na incidência de pobreza associada ao crescimento apresenta enormes variações, ocorrendo o mesmo com o progresso social e ganhos em termos de bem-estar social, sejam tais variações relacionadas à educação e saúde ou à liberdade de

expressão e participação. Assim sendo, Pearce *et all* (1990) definem desenvolvimento econômico sustentável como:

Uma estratégia de desenvolvimento que maneja de forma conveniente todos os ativos, recursos naturais e recursos humanos, bem como os ativos físicos e financeiros, para incrementar tanto a riqueza como os níveis de bem-estar de longo prazo. Desenvolvimento sustentável como objetivo rejeita políticas e práticas que mantenham os padrões de vida alcançados pela depredação da base produtiva.

O Desenvolvimento enquanto processo multifacetado de intensa transformação estrutural resulta de variadas e complexas interações sociais que buscam o alargamento do horizonte de possibilidades de determinada sociedade. Esse processo deve promover a ativação de recursos materiais e simbólicos e a mobilização de sujeitos sociais e políticos, buscando ampliar o campo de ação da coletividade, aumentando sua autodeterminação e liberdade de decisão. Nesse sentido, o verdadeiro desenvolvimento exige envolvimento e legitimação de ações de rupturas e emancipatórias, envolvendo, portanto, tensão, eleição de alternativas e construção de trajetórias históricas, com horizontes temporais de curto, médio e longo prazos. Essa construção social e política, de trajetórias sustentadas, que seja dotada de durabilidade orgânica, deve ser permanentemente inclusiva de parcelas crescentes das populações marginalizadas dos frutos do progresso técnico, endogeneizadora de centros de decisão, e ter sustentabilidade ambiental. Esse processo transformador deve ser promovido simultaneamente em várias dimensões (produtiva, social, tecnológica) e em várias escalas espaciais (local, regional, nacional, global etc.). As políticas de desenvolvimento precisam agir sobre a totalidade do tecido socioprodutivo, pensar o conjunto territorial como um todo sistêmico, promovendo ações concentradas naquele espaço geográfico, buscando reduzir disparidades inter-regionais, combatendo o fosso entre as regiões e ampliando a autodeterminação daquela comunidade (BRANDÃO, 2004).

O grande desafio é construir simultaneamente e dar unidade, entre outros, aos seguintes pares, que por vezes são antagônicos:

- eficiência/equidade;

- especialização/diversificação produtivas;
- crescer/redistribuir renda e riqueza.

Com isso, pretende-se construir permanentemente integração e coesão produtiva, social, política, cultural, econômica e territorial. Porém, é imperativo que haja consciência social cidadã e legitimação política para a implementação permanente de transferência de renda e riqueza intra e inter-regionais, ou seja, é preciso, por um lado, explorar de forma mais criativa as externalidades positivas e as vantagens distintivas e, por outro, promover ações compensatórias, horizontais ou pontuais, sobretudo em áreas em estagnação ou retardo.

No campo do trabalho infanto-juvenil também devem ser adotadas estratégias de reversão e essas, só serão viáveis com o alinhamento das políticas públicas que visem à redução da pobreza e do trabalho infanto-juvenil. Hoje, o que se verifica no Brasil é que as políticas sociais, os programas e as ações na área da assistência social são voltados, em especial, para os estratos mais desfavorecidos da população: famílias mais pobres, idosos e crianças em condição de risco social (abandono, maus-tratos, exploração, trabalho infanto-juvenil), indivíduos portadores de alguma deficiência ou incapazes, moradores de rua, indivíduos com carência alimentar. Entretanto essas ações ainda não são suficientes para a redução da pobreza e do trabalho infanto-juvenil.

Programas assistenciais voltados para as crianças e os adolescentes, como o bolsa-escola tenta quebrar esse círculo vicioso criando acesso a recursos para as famílias sem que elas tenham que pagar o que lhes foi dado, ou seja, é um investimento coletivo na educação individual das crianças das famílias pobres. O bolsa-escola é, ao mesmo tempo, um programa de distribuição de renda, assim como outros programas compensatórios, mas, também, um programa com efeitos potenciais para a saída sustentável da pobreza, pois estabelece uma relação explícita entre a distribuição dos recursos para as famílias e a formação de capital humano. O princípio é de que a manutenção da criança na escola aumenta o desempenho

potencial no mercado de trabalho. O incentivo do projeto inverte a relação causal entre renda e escola, no sentido de que é a frequência à escola que vai garantir a renda, e não o contrário. O programa bolsa-escola tem forte apelo ao combate do trabalho infante-juvenil e ao abandono precoce da escola, fenômenos extremamente comuns no Brasil.

2.6 REVISÃO DE LITERATURA

O presente item tem por objetivo apresentar alguns textos que discutem os temas abordados na fundamentação teórica exposta neste capítulo. Para tanto, está dividido em alguns eixos centrais da discussão.

2.6.1 Crescimento e Desenvolvimento

Rattner (2002), em artigo intitulado “crescimento ou desenvolvimento? Crescimento para quem?”, afirma que nos últimos anos a recessão vem se alastrando, resultando aumento do desemprego, da miséria e da violência. O autor alega que estes problemas decorrem da implementação de políticas neoliberais que visam ao equilíbrio fiscal, o superávit nas contas externas e o controle da inflação, que, em contrapartida, deflagram o empobrecimento da maioria da população. Sobre o assunto escreve:

A doutrina convencional afirma que o crescimento da taxa do PIB (Produto Interno Bruto) seria o único caminho para o progresso e o bem-estar. A realidade contradiz o discurso otimista do governo, dos empresários e da academia. O PIB reflete somente uma parcela da realidade, distorcida pelos economistas, ou seja, a parte envolvida em transações monetárias. Funções econômicas desenvolvidas nos lares e atividades de voluntários acabam sendo ignoradas e excluídas da contabilidade nacional. Em consequência, a taxa do PIB oculta não somente a crise da estrutura social, mas também a destruição do habitat natural – base da economia e da própria vida humana.

Continuando seu raciocínio, Rattner afirma que o crescimento pode conter em seu bojo sintomas de anomalia social, pois, embora o crescimento do PIB seja, de modo geral, constante, vários negócios nele contabilizados, como os realizados pelas companhias de

seguro, aumentando seu montante, não estão interligados com a esfera produtiva e, por isso, refletem a fragilidade social. Algo semelhante ocorre com o ecossistema natural, pois, quanto mais degradados são os recursos naturais, maior o crescimento do PIB, contrariando princípios básicos da contabilidade, que considera o produto da depredação como renda corrente. Essa contabilidade ignora a distribuição da renda, ao apresentar os ganhos auferidos no topo da pirâmide social como ganhos coletivos, ao mesmo tempo em que lazer e convívio com a família são considerados sem valor monetário.

O autor pergunta: Como medir ou avaliar o “progresso” de uma sociedade? Ao mesmo tempo, responde: ao avaliar o estado da sociedade devemos considerar a economia, além da produção e do consumo de bens e serviços, como a atividade destinada a resgatar o sentido do trabalho e da vida, refletindo o grau de cooperação e solidariedade alcançado pelos membros da sociedade. Nesse sentido, é preciso conhecer e atacar diretamente a pobreza e suas conseqüências para que efetivamente haja progresso humano rumo à sociedade sustentável.

Alcançar uma sociedade sustentável é equiparar economia com ecologia e sociedade. A base material do processo de desenvolvimento é fundamental, mas deve ser considerada como um meio e não como um fim em si. O crescimento econômico não pode ser associado automaticamente ao desenvolvimento social e cultural. O desafio de nossa sociedade é formular políticas que permitam, além do crescimento da economia, a distribuição mais eqüitativa da renda e o pleno funcionamento da democracia. Os índices de desenvolvimento humano (IDH) levantados e calculados nos últimos anos revelam aspectos além da capacidade produtiva, ao postular a melhoria da qualidade de vida em comum, a confiança das pessoas nos outros e no futuro da sociedade. Destaca as possibilidades de as pessoas levarem adiante iniciativas e inovações que lhes permitam concretizar seu potencial criativo e contribuir efetivamente para a vida coletiva. Seguindo esse raciocínio, é preciso transformar o

crescimento econômico, destruidor das relações sociais, em processo de formação de capital social ou em desenvolvimento como liberdade.

2.6.2 Pobreza e Desigualdade

"O Brasil não é um país pobre, mas um país extremamente injusto e desigual, com muitos pobres", é o que diz o estudo "A Estabilidade Inaceitável: Desigualdade e Pobreza no Brasil", do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) do ano de 2001. Segundo dados da pesquisa, em 1999 havia 14,5% da população brasileira vivendo em famílias com renda inferior à linha de indigência e 34,1%, com renda inferior à linha da pobreza. Isso corresponde a 22 e 53 milhões de pessoas respectivamente. Comparado ao ano anterior, houve um pequeno aumento: em 1998 havia 21,7 milhões de indigentes e 50,3 milhões de pobres.

Ao comparar a renda *per capita* do Brasil com a de outros países, não podemos considerá-lo um país pobre: a comparação internacional quanto à renda *per capita* coloca o Brasil entre o terço mais rico dos países do mundo. Apenas 36% dos países do mundo possuem renda *per capita* superior à do Brasil mas o seu grau de pobreza é significativamente superior à média dos países com renda *per capita* similar à brasileira. A população pobre do Brasil representa 30% de sua população total, enquanto em países com renda *per capita* similares esse número é de 10%. De acordo com essa comparação, o Brasil deveria ter apenas 8% de sua população na linha da pobreza.

Esses dados demonstram que a origem da pobreza do Brasil não está na falta de recursos mas na má distribuição dos recursos existentes. Poucos detêm muito e muitos não detêm quase nada. A renda média dos 10% mais ricos do país é 28 vezes maior do que a renda média dos 40% mais pobres. Nos EUA, por exemplo, a proporção é de 5 vezes; na Argentina, 10 vezes e na Colômbia, 15 vezes.

O trabalho apresenta duas conclusões básicas:

- o enorme grau de desigualdade na distribuição de renda, praticamente estável nas duas últimas décadas, constitui-se como o principal determinante da pobreza no país;

- as políticas de combate à pobreza, adotadas pelo Governo, não são eficazes porque visam apenas ao crescimento econômico. Uma estratégia adequada seria unir políticas de estímulo ao crescimento econômico, ao crescimento da renda *per capita* e à melhor distribuição da renda.

2.6.3 Trabalho e Pobreza

Schwartzman (2004) em seu livro denominado *as causas da pobreza*, afirma que, segundo a PNAD 2001, haveria no Brasil cerca de 25 milhões de pessoas vivendo com uma renda familiar mensal *per capita* de cerca de 40 reais ou menos (pouco mais de um dólar por dia), e outras 16 milhões vivendo com até 60 reais mensais (dois dólares). No total, cerca de 55 milhões vivem com meio salário mínimo mensal ou menos. Os indicadores sobre as condições de vida e padrões de consumo das famílias brasileiras, que podem servir de indicação indireta sobre condições de vida, sugerem que a informação sobre a renda monetária *per capita* das famílias não se constitui em uma boa indicação sobre situações de indigência, que seriam incompatíveis com as condições de moradia e consumo. Uma outra informação relevante é que todos os indicadores de condição de vida melhoraram ao longo da década de 90, o que permite concluir: sem diminuir a importância dos problemas de pobreza e de privação que existem e afetam importantes segmentos, o Brasil está longe de uma situação de indigência e miserabilidade generalizadas. Além do mais, o Brasil não tem problemas de falta de produção de alimentos ou de desabastecimento que pudessem justificar políticas de envio de alimentos, exceto em situações extremas e excepcionais. Existem boas razões para se preocupar com as situações de pobreza extrema e desenvolver políticas assistenciais e compensatórias que possam socorrer às pessoas em situações de maior privação. Mas a

prioridade deve estar em melhorar a qualificação e as oportunidades de trabalho e geração de renda das pessoas.

No entanto, a criação de postos de trabalho em qualidade e quantidade suficientes para alterar as condições de vida da população brasileira depende de políticas macroeconômicas, mas depende, também, de uma série de políticas de nível micro, que podem afetar, de um lado, a qualificação dos trabalhadores, e, de outro, a organização do mercado de trabalho, criando condições de geração de renda e fazendo com que os ganhos do trabalho aumentem sua importância relativa, em relação aos ganhos do capital.

O autor deixa claro também que é necessário aumentar cada vez mais a qualificação profissional dos trabalhadores, por meio da educação em suas diversas formas; ainda que a exigência de níveis de educação formal cada vez mais altos pelos empregadores possa levar, simplesmente, a uma valorização crescente das credenciais educativas, sem impacto efetivo na produtividade, resultando em discriminação ainda maior no mercado de trabalho.

2.6.4 Trabalho infante-juvenil

Basu (1999), no estudo intitulado *Child Labor: Cause, Consequence, and Cure, With remarks on International Labor Standard*, procura traçar as principais idéias teóricas sobre o trabalho infante-juvenil, bem como encorajar não apenas futuras pesquisas mas também trabalhos empíricos, os quais serão, em termos analíticos mais bem fundamentados. A pesquisa de Basu deixou evidente que não existe uma receita única para se tratar o trabalho infante-juvenil. Ele afirma que para bani-lo é preciso impor, por meio da Organização Mundial do Comércio (OMC), sanções comerciais sobre os países onde há incidência de trabalho infante-juvenil, ou que, deve haver uma idade mínima legal para os pais mandarem seus filhos trabalharem, dependendo do contexto.

Kassouf (2000), utilizando os dados da PNAD de 1995 e 1999, realizada pelo IBGE, mostrou os aspectos socioeconômicos do trabalho infanto-juvenil no Brasil. Nesse trabalho, ficou demonstrado que os rendimentos ganhos pela maioria das crianças são baixos, com mais de 60% recebendo meio salário mínimo ou menos por mês. Entretanto, a renda gerada pelo trabalho infanto-juvenil, em muitos casos, é crucial para a sobrevivência das famílias, e, a não ser que essas famílias estejam amparadas, eliminar o trabalho infanto-juvenil pode exacerbar a pobreza no Brasil. Nessa pesquisa, Kassouf estimou equações de trabalho e frequência à escola de crianças de 7 a 14 anos, baseadas na PNAD 1995, utilizando modelos próbite. A conclusão foi que a escolaridade dos pais afetou positivamente a escolaridade das crianças e negativamente o trabalho delas. Estimaram-se também modelos *lógite multinomiais*, considerando-se as seguintes alternativas: “somente estudar”, “somente trabalhar”, “trabalhar e estudar” e “não trabalhar e nem estudar”. Os resultados obtidos foram semelhantes aos dos modelos próbite.

Ilahi et alli (2000), exploraram a relação entre o trabalho infanto-juvenil e os ganhos futuros na fase adulta desses indivíduos. Ele concluiu que a entrada no mercado de trabalho antes dos 13 anos de idade resulta numa redução de 13 a 17%, e um aumento na probabilidade de estar na mais baixa faixa de renda. Os resultados encontrados sugerem que as políticas que retardam a entrada no mercado de trabalho, podem ter impactos significantes na incidência de pobreza na fase adulta. Soma-se a isso o fato de que o trabalho infanto-juvenil reduz a produtividade da escolaridade. O efeito líquido de um ano adicional de escolaridade na fase adulta é positivo, ainda que o trabalho infanto-juvenil ocorra simultaneamente à frequência na escola.

Ferro (2003) fez uma avaliação do impacto dos programas de bolsa-escola sobre o trabalho infanto-juvenil, utilizando os dados da PNAD de 2001. A amostra foi composta por crianças de seis a quinze anos de idade pertencentes a famílias com renda *per capita* mensal

igual ou inferior a noventa reais, que correspondia a meio salário mínimo em 2001. As estratégias usadas foram: 1) verificar o percentual de crianças que trabalham, por faixa etária, incluindo uma indicação da participação ou não de programas de renda mínima vinculada à educação, e 2) estimar o total de horas trabalhadas das crianças que trabalham. Os resultados mostraram que quanto mais nova é a criança, ou quanto mais novos forem os pais, ou quanto maior o salário estimado dos adultos, menor será a probabilidade de as crianças trabalharem e a jornada mensal de trabalho. Meninas trabalham menos que os meninos, assim como crianças da área urbana em relação às da área rural. As estimativas encontradas mostraram também que os salários dos pais influenciam mais no trabalho da criança do que das mães quando se trata da probabilidade de a criança ingressar no mercado de trabalho. Os resultados encontrados para a variável de maior interesse, que é a participação em programas de Bolsa Escola, foram pouco conclusivos, entretanto esses programas reduziram o número de horas trabalhadas por semana em cerca de 3,4 horas a menos no meio urbano e 2,7 horas no meio rural.

3 A PERFORMANCE ECONÔMICA E POPULACIONAL DO ESTADO DO PARÁ

Considerando que o desenvolvimento econômico e social deve ser atrelado ao crescimento econômico, conforme demonstrado no capítulo dois desta pesquisa, o presente capítulo tem por objetivo analisar a performance econômica e populacional do Pará para que se possa conhecer qual é o processo de causação circular que ocorre na economia do Estado e qual é sua influência sobre a população paraense.

3.1 PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

Com objetivo de conter a conjuntura econômica nacional inflacionária, verificada no ano de 2002 (constatada pela taxa acumulada do IPCA², que foi de 12,59% naquele ano), o Governo Federal adotou, no ano de 2003, uma política monetária contracionista, por meio da elevação da taxa média de Juros SELIC³ (passando-a de 19,10% em 2002, para 23,32% em 2003). A política adotada pelo Governo, embora tenha atingido seu objetivo principal (conter a inflação), reprimiu o nível da atividade econômica, com reflexos no desempenho da economia do país, determinando que o PIB brasileiro auferisse um crescimento ínfimo de 0,5%, no ano de 2003.

Ao contrário do comportamento da economia nacional, a economia paraense, no ano de 2003, em relação ao ano de 2002, apresentou desempenho superior, pois o Produto Interno Bruto (PIB) do Estado do Pará, no ano de 2003 (R\$ 29,215 bilhões), sofreu uma variação nominal positiva de 14,43% em relação ao montante apurado no ano de 2002 (R\$ 25,530

² Índice de Preço do Consumidor Amplo

³ SELIC.

bilhões), mostrando que o Estado vem mantendo um ciclo virtuoso de crescimento, desde 1999, conforme se verifica na Tabela 1.

Tabela 1: Produto Interno Bruto – Brasil, Amazônia Legal e Região Norte

Região / Estado	1999	2000	2001	2002	2003
Brasil	973.845.470	1.101.254.907	1.198.736.188	1.346.027.826	1.556.181.873
Norte	43.316.596	50.649.598	57.026.173	67.789.523	77.436.187
Amazônia Legal	62.936.230	73.284.733	81.771.954	97.097.588	114.035.122
Pará	16.673.915	18.913.684	21.747.997	25.530.347	29.215.268
Amazonas	15.554.778	18.872.885	20.736.037	25.030.340	28.062.624
Mato Grosso	11.701.250	13.428.290	14.452.678	17.888.416	22.615.132
Maranhão	7.918.384	9.206.845	10.293.103	11.419.649	13.983.802
Rondônia	5.023.344	5.624.964	6.082.841	7.283.941	8.491.977
Tocantins	2.106.171	2.450.498	3.066.502	3.545.315	4.189.864
Amapá	1.584.001	1.968.365	2.253.041	2.652.438	3.083.013
Acre	1.557.195	1.702.621	1.920.769	2.259.133	2.716.123
Roraima	817.192	1.116.581	1.218.984	1.488.010	1.677.318

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

A Tabela 1 permite verificar também que, em média, o PIB do Estado do Pará representa 1,80% do PIB brasileiro, 26,16% do PIB da Amazônia Legal e 37,87% do PIB da Região Norte, sendo que tanto em relação à Amazônia Legal quanto em relação à Região Norte, o Pará é o Estado que apresenta maior participação relativa no PIB, seguido do Amazonas, Mato Grosso, Maranhão, Rondônia, Tocantins, Amapá, Acre e Roraima.

A boa performance do PIB paraense também pode ser comprovada pela taxa de crescimento real, mostrada no Gráfico 1.

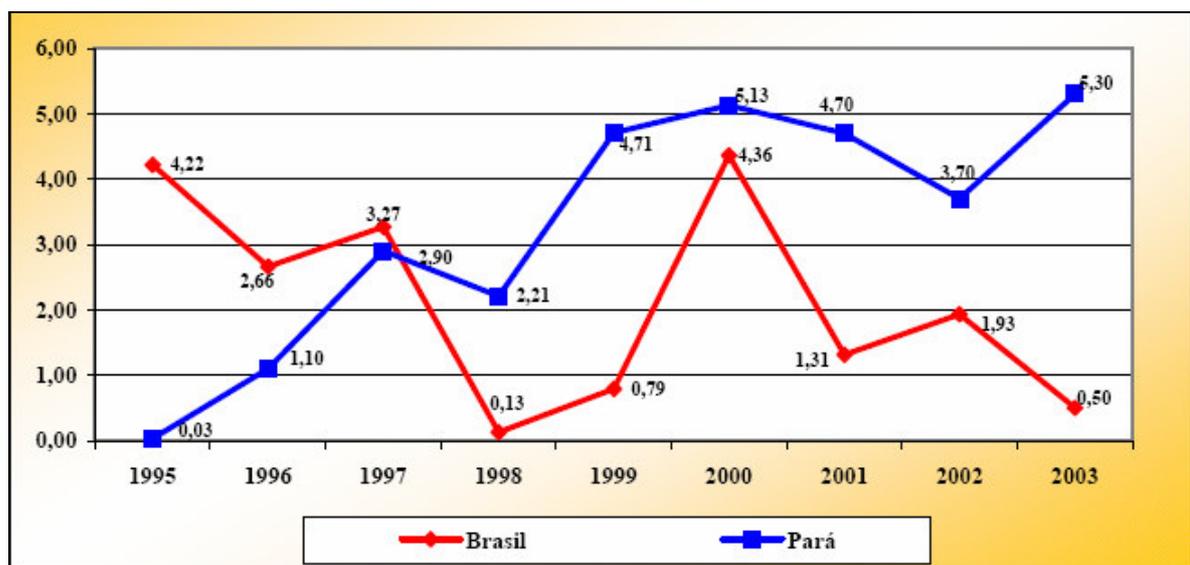


Gráfico 1: Evolução do crescimento real do PIB do Brasil e do estado do Pará – 1995 a 2003 (Ano Base: 1985=100)

Fonte:SEPOF/IBGE

O Gráfico 1 permite inferir que até 1997 a taxa de crescimento real do PIB brasileiro era superior à do Estado, no entanto, a partir de 1998, o Pará vem auferindo taxas reais de crescimento superiores as nacionais. Essa performance demonstra que a economia paraense vem gradativamente tornando-se dinâmica em consequência de um novo perfil econômico que o Governo Estadual vem tentando imprimir no Pará por meio de investimentos em infraestrutura (a exemplo da linha de transmissão do Tramoeste e da construção da Alça Viária), bem como pela manutenção de uma política de incentivos fiscais estaduais à produção. Tais ações possibilitaram um ambiente favorável à econômica local, viabilizando o fortalecimento e surgimento de novas atividades econômicas no Estado do Pará. Por conta dessas atitudes, o desempenho da economia do Pará, medido pelo PIB, de acordo com a SEPOF (2005):

[...] vem apresentando evoluções positivas, maiores, inclusive, que as taxas do País. O PIB da Região Norte totalizou R\$ 77,436 bilhões e registrou taxa de 5,4%. No ranking da Região, o valor do PIB paraense ocupa o 1º lugar, com uma participação de 37,66%, e entre as Unidades da Federação é a 11ª maior economia do País.

Outro fator que tem contribuído para a bom resultado da economia paraense é a pauta de exportações do Estado que também tem sinalizado a tendência de mudança do seu perfil econômico. De acordo com a SEPOF (2005), o Pará, aos poucos, vem alterando sua função de exportador de matéria-prima para incluir em sua pauta de exportações produtos com maior valor agregado (a exemplo de móveis de madeira para cozinha, couro, sapatos, janelas, caixilhos e sucos de frutas), que ainda apresentam reduzido volume do total exportado, mas que podem ser tomados como indicativo da industrialização em processo no Estado do Pará.

Assim sendo, embora a economia paraense apresente como principal setor econômico o de comércio e serviços, conforme se verifica no Gráfico 2, de acordo com a SEPOF (2005), o melhor desempenho foi constatado na Indústria, com evolução real de 7,78%, seguido pelo setor Agropecuário com 4,95% e o de Serviços com 3,30%. Ressalte-se que a participação da Indústria vem crescendo, pois em 2002 representava 33%, e em 2003 passou para 35%,

seguida pelo setor Agropecuário, que sofreu um declínio, passando de 26%, em 2002, para 24% em 2003.

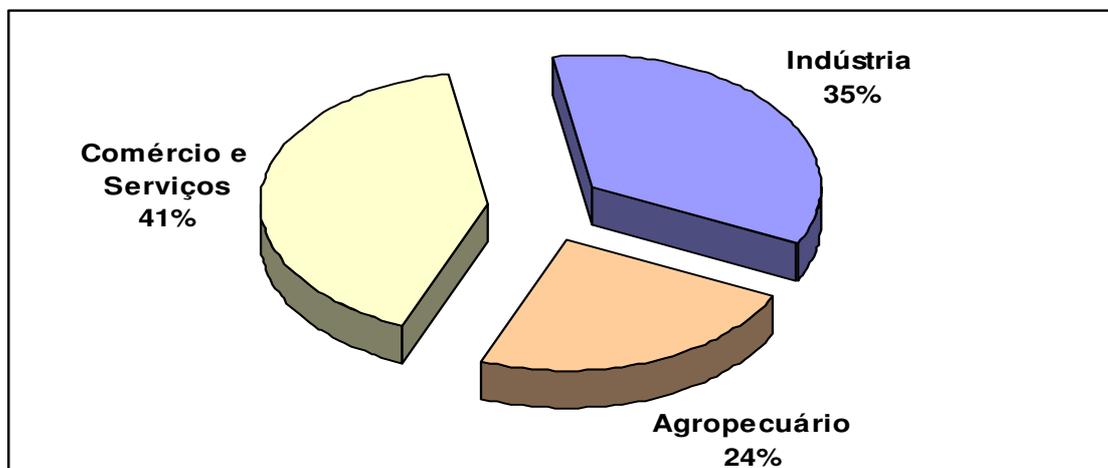


Gráfico 2: Participação do Valor Adicionado do Estado do Pará por setor 2003
Fonte:SEPOF/IBGE.

Cabe ressaltar que a evolução do PIB, independentemente do setor, vem atrelada ao desempenho de outros indicadores, tais como o número de empresas no mercado, o estoque de emprego, a renda e o volume das exportações, conforme demonstra o Gráfico 3, que apresenta a evolução destes indicadores, no ano de 2003, em relação ao ano de 2002. No referido Gráfico percebe-se que todos os indicadores foram impactados positivamente, em 2003. As exportações sofreram um incremento de 18,12%, o número de estabelecimento cresceu 6,23%, o emprego cresceu 4,82% e a remuneração média obteve incremento de 2,29%.

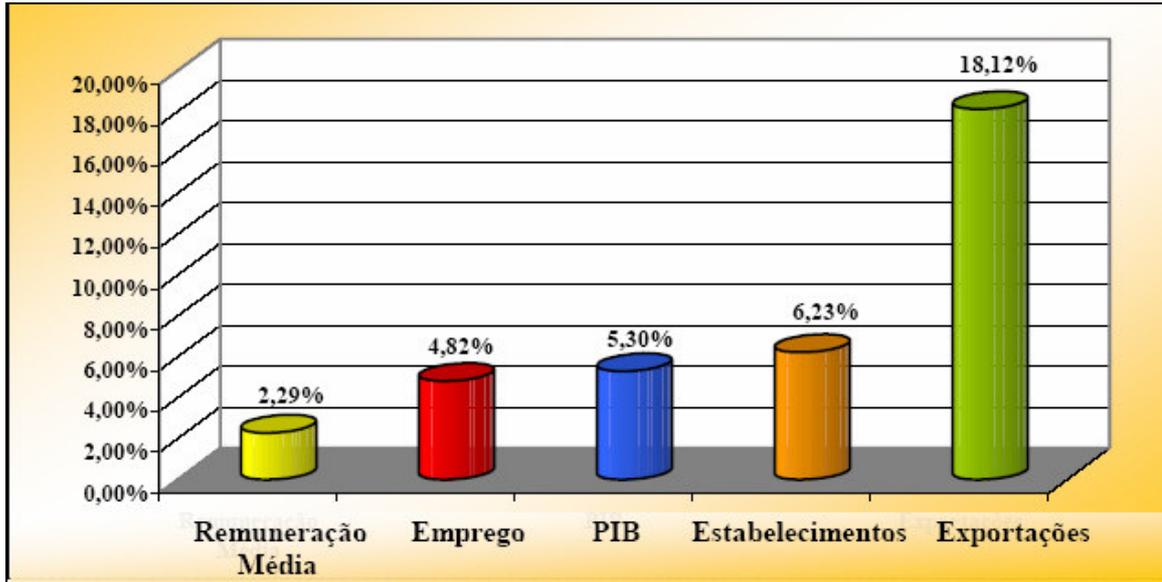


Gráfico 3: Evolução dos indicadores da economia paraense – 2002/2003

Fonte:SEPOF/IBGE

Sobre a evolução dos indicadores apresentados no Gráfico 3, esclarece a SEPOF (2005):

[...] o estoque de emprego formal passou de 546.251, em 2002, para 572.579, em 2003, obtendo um incremento de 4,82% (Ministério do Trabalho e Emprego - MTE/RAIS); a elevação do valor das exportações de US\$ 2.677.521(mil), em 2002, versus US\$ 2.266.833 (mil), em 2003, representa uma variação positiva de 18,12% (Ministério de Desenvolvimento da Indústria e Comércio - Sistema Alice). [...] Outro indicador que ratifica essa evolução é o número total de estabelecimentos formais que em 2003 foi de 73.560, maior do que o constatado em 2002 de 69.248, representando assim uma variação percentual de 6,23% (MTE/RAIS).

Pelos resultados que vem auferindo, o Governo do Pará, acredita que nos próximos anos consolidará a economia paraense por meio de uma melhor espacialização, motivada pelo setor agropecuário e pela indústria de transformação, o que deverá trazer, como conseqüência a sustentabilidade da expansão econômica do Estado do Pará. Assim, para o ano de 2004 a SEPOF projeta que:

O resultado do PIB de 2004 também deverá registrar evolução da economia paraense. Os indicadores referentes ao desempenho da economia, já calculados, demonstram a continuidade da trajetória da expansão econômica iniciada em 1996. [...] Os dados de emprego também compõem os indicadores favoráveis da economia Paraense em 2004. O saldo de emprego formal celetista foi de 38.204, contra um saldo de 13.970 do ano de 2003 (CAGED-MTE). [...] No ranking nacional do emprego com carteira assinada o Pará ocupou a 8ª posição no ano de 2004, com o saldo de 38.204 empregos. Em termos de participação no total de empregos gerados na Região Norte, o Estado do Pará ficou em 1º, contribuindo com cerca de 49% do saldo total entre admitidos e desligados da Região Norte. Esse conjunto de indicadores observados e oficiais comprovam o desempenho positivo da economia paraense em 2004.

No entanto, se considerarmos isoladamente o PIB *per capita* do Estado, verifica-se que o bom desempenho da economia do Pará não mantém a mesma trajetória, conforme demonstrado na Tabela 2.

Tabela 2: PIB per capita – Brasil, Amazônia Legal e Região Norte

Região / Estado	1999	2000	2001	2002	2003
Brasil	5.771	6.430	6.896	7.631	8.694
Norte	3.392	3.870	4.254	4.939	5.512
Amazônia Legal	3.015	3.437	3.747	4.369	5.027
Amazonas	5.646	6.625	7.086	8.331	9.100
Mato Grosso	4.713	5.297	5.584	6.772	8.391
Rondônia	3.541	4.030	4.123	5.021	5.743
Amapá	3.542	4.024	4.418	4.996	5.584
Roraima	2.540	3.370	3.553	4.191	4.569
Pará	2.710	3.015	3.393	3.898	4.367
Acre	2.865	2.955	3.241	3.707	4.338
Tocantins	1.861	2.090	2.558	2.894	3.346
Maranhão	1.409	1.616	1.781	1.949	2.354

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

A Tabela 2 revela que o Amazonas embora detenha a 2ª economia da Amazônia Legal e da Região Norte, no período de 1999-2003, apresentou o melhor PIB *per capita*, superior, inclusive, ao do Brasil, à exceção do ano de 1999. O mesmo ocorre, por exemplo, com Rondônia que mesmo apresentando a 5ª economia regional, ficou, em média, na segunda posição no tocante ao PIB *per capita*. Ao contrário desses Estados, o Pará embora detenha a 1ª economia da região, apresenta um PIB *per capita* que lhe faz ocupar a 6ª posição em relação a esse indicador, o que demonstra que o crescimento demográfico, no Pará, tem sido superior ao crescimento econômico do Estado, logo, esse indicador leva a inferir que o crescimento econômico do Pará não esteja se revertendo em desenvolvimento social. Para constatar a veracidade dessa afirmação, o próximo item fará uma análise da população do Estado do Pará.

3.2 POPULAÇÃO

No ano de 2004, de acordo com o IBGE, 65,4% da população brasileira habitava as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Apenas o Sudeste brasileiro concentrava 77 milhões de residentes, o que demonstra que a população do Brasil ainda se encontra nas regiões de maior desenvolvimento socioeconômico do país. No entanto, considerando a Tabela 3 verifica-se que a população da Amazônia Legal e da região Norte, bem como a do Estado do Pará, apresentaram crescimento percentual superior ao do Brasil. Analisando somente a população paraense, constata-se que o crescimento populacional nominal foi de 25,09% no ano de 2000 em relação ao ano de 1991 e de 10,73% no ano de 2004 em relação a 2000, percentuais esses superiores aos do Brasil que foram de 15,66% e de 7,22% no mesmo período de tempo. No período de 1991 a 2004, o crescimento foi de 38,52% no Pará, enquanto no Brasil foi de aproximadamente 24%.

Tabela 3: População residente por situação de domicílio

Brasil, Região Norte e Amazônia Legal	1991			2000			2004		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Brasil	146.825.475	110.990.990	35.834.485	169.799.170	137.953.959	31.845.211	182.060.108	151.124.470	30.935.638
Norte	10.030.556	5.922.574	4.107.982	12.900.704	9.014.365	3.886.339	14.434.109	10.612.240	3.821.869
Amazônia Legal	16.988.040	21.056.532	25.235.901	21.056.532	14.366.161	6.690.371	25.235.901	18.800.568	6.435.333
Acre	417.718	258.520	159.198	557.526	370.267	187.259	632.174	432.581	199.593
Amapá	289.397	234.131	55.266	477.032	424.683	52.349	577.274	530.937	46.337
Amazonas	2.103.243	1.502.754	600.489	2.812.557	2.107.222	705.335	3.191.287	2.444.279	747.008
Pará	4.950.060	2.596.388	2.353.672	6.192.307	4.120.693	2.071.614	6.856.713	4.970.684	1.886.029
Rondônia	1.132.692	659.327	473.365	1.379.787	884.523	495.264	1.511.433	1.010.097	501.336
Roraima	217.583	140.818	76.765	324.397	247.016	77.381	381.447	306.236	75.211
Tocantins	919.863	530.636	389.227	1.157.098	859.961	297.137	1.283.781	917.426	366.355
Maranhão	4.930.253	1.972.421	2.957.832	5.651.475	3.364.070	2.287.405	6.036.607	4.111.010	1.925.597
Mato Grosso	2.027.231	1.485.110	542.121	2.504.353	1.987.726	516.627	2.759.134	2.119.328	639.806

Fonte: IBGE, 2005.

O crescimento populacional mais acelerado da Amazônia Legal, da região Norte e do Pará é determinado, pelas taxas de natalidade e de fecundidade. Conforme Tabela 4, entre 1991 e 2004, a taxa bruta de natalidade⁴ passou de 56,8%, em 1991, para 20,6%, em 2004, no

⁴ Mede o número de nascidos vivos por mil habitantes, em determinado ano.

Brasil. No Pará a taxa apurada (23,3%) foi superior à brasileira e classificada como a 5ª pior da Amazônia Legal. A taxa de fecundidade total⁵ do Brasil, por sua vez, declinou de 4,2, em 1991, para 2,3 filhos, no ano de 2004. No mesmo período a taxa paraense declinou de 4,2 para 2,5, mantendo tendência da taxa de natalidade, ou seja, superior a brasileira e numa situação intermediária na Amazônia Legal. Nesse caso, é interessante perceber que em 1991 a taxa de natalidade brasileira (56,8) era superior à paraense, mas em 2004 o decréscimo é mais acentuado no Brasil, passando para 20,6. No que tange à esperança de vida ao nascer, tanto o Brasil quanto o Pará apresentaram comportamento semelhante, isto é, elevaram a expectativa de vida da população em aproximadamente 9 anos no período de 1991 a 2004.

Tabela 4: Taxa de fecundidade, natalidade e esperança de vida ao nascer

País Unidades da Federação	Taxa de fecundidade total			Taxa bruta de natalidade			Esperança de vida ao nascer		
	1991	2000	2004	1991 ¹	2000 ¹	2004 ²	1991	2000	2004
Brasil	4,2	3,5	2,3	56,8	50,8	20,6	62,6	66,4	71,7
Norte	4,3	3,2	2,6	49,1	34,5	24,0	62,9	66,6	70,7
Amazônia Legal	4,2	3,1	2,7	51,0	36,0	25,0	62,5	66,4	70,0
Acre	4,9	3,4	3,0	41,9	30,4	27,1	63,7	66,7	70,5
Amapá	4,7	3,6	3,2	43,7	31,6	30,3	65,1	67,7	69,4
Amazonas	4,5	3,5	2,6	50,4	38,0	24,7	63,7	66,5	70,7
Pará	4,2	3,2	2,5	52,5	33,0	23,3	62,0	67,3	71,1
Rondônia	3,6	2,8	2,3	42,4	30,4	21,6	63,1	66,3	70,3
Roraima	4,0	3,2	3,4	49,3	33,8	30,9	62,7	66,5	69,0
Tocantins	4,0	3,0	2,4	63,6	44,2	22,4	60,3	65,2	70,4
Maranhão	4,7	3,2	2,6	82,0	55,4	24,3	58,0	61,7	66,4
Mato Grosso	3,1	2,5	2,2	33,6	27,5	20,1	64,2	69,4	72,3

Fonte: IBGE, 2005.

Os indicadores de fecundidade e natalidade, analisados na Tabela 4 mostram que, embora no período de 1991 a 2004 todos tenham declinado, no Pará eles ainda apresentam valores superiores aos nacionais, o que explica o fato de a população paraense estar crescendo a taxas superiores às nacionais. Contudo, paralela a essa variável há que se destacar a queda da mortalidade infantil, de acordo com a Tabela 5.

⁵ Número médio de filhos que uma mulher teria ao final do seu período fértil.

Tabela 5: Proporção de óbitos de menores de 1 ano de idade

Unidades da Federação	Proporção de óbitos de menores de 1 ano de idade no total de óbitos ocorridos e registrados no ano (%)	
	1991	2004
Brasil	10,3	4,2
Rondônia	19,1	8,7
Acre	11,6	12,3
Amazonas	22,0	11,8
Roraima	21,0	8,0
Pará	14,6	7,2
Amapá	19,7	15,7
Tocantins	11,6	6,5
Maranhão	6,1	2,6
Mato Grosso	11,9	5,9

Fonte: IBGE, 2005.

A Tabela 5 mostra que a proporção de óbito nos menores de 1 ano de idade está declinando, mas, enquanto no Brasil esse percentual caiu de 10,3%, em 1991, para 4,2 %, em 2004, no Pará sofreu um incremento negativo, passando de 14,6%, em 1991, para 7,2%, em 2004, aproximadamente o dobro da taxa brasileira. Sobre a mortalidade, o IBGE (2005) esclarece que:

Outro aspecto que merece ser destacado por ser extremamente preocupante é o continuado aumento das mortes de jovens e adultos jovens, sobretudo do sexo masculino por causas externas. Este fenômeno e, em especial seus efeitos, vem adquirindo importância não somente desde a ótica demográfica, mas principalmente por suas implicações sociais e econômicas. A faixa etária de maior vulnerabilidade é a que vai dos 15 aos 30 ou 35 anos de idade. Sobre mortalidade masculina, que é o quociente entre as taxas de mortalidade por idade de homens e mulheres, geralmente apresenta seu valor máximo no grupo de 20 a 24 anos de idade. No caso brasileiro, a incidência da mortalidade masculina neste intervalo de idade chega a ser quase 4,1 vezes superior à feminina, em 2004. Ao examinar o conjunto de taxas de mortalidade por sexo, segundo a natureza do óbito, natural ou por causas externas, no grupo etário de 20 a 24 anos verifica-se que, enquanto no grupo feminino a incidência de mortes por causas externas manteve-se praticamente inalterada ao longo do período de 1980-2004, com um mínimo de 18 e um máximo de 22 óbitos para cada 100 000 habitantes, no sexo masculino o comportamento das taxas foi ascendente até 2003, partindo de 121, em 1980, e alcançando 184 óbitos para cada 100 000 jovens de 20 a 24 anos de idade. Em 2004, verifica-se uma pequena redução na taxa que retorna ao nível verificado em 1995. Mas em 2004 a taxa de mortalidade masculina por causas externas, nesta faixa etária, chega a ser quase 10 vezes maior que a correspondente feminina. Vale apontar que, em 1980, a taxa masculina por causas externas era até inferior à calculada com as mortes classificadas como naturais, atestando que os incrementos das mortes por causas externas, particularmente as associadas à violência, foram aumentando cada vez mais a partir de meados da década de 1980.

O efeito combinado da taxa de natalidade e fecundidade, bem como a queda da mortalidade e o incremento positivo na população acima de 65 anos, aliada à involução da população de menos de 14 anos, constante das Tabelas 6 e 7, traz duas conseqüências:

- aumento absoluto e relativo da população idosa, com maior reflexo sobre a população brasileira do que sobre a paraense, visto que no Pará esses indicadores apresentam a mesma tendência, mas têm evolução diversa. Tal fato determina o alargamento do topo da pirâmide etária, de maneira que, em 2004, esse estrato populacional representava 6,7% do total de habitantes brasileiros, caracterizando um processo de envelhecimento da população brasileira, conforme se comprova nas Tabelas 5 e 6. No caso do Pará a população acima de 65 anos representava 3,1% da população total do Estado, em 1991, atingindo, em 2004, 4,5%, percentual da população do ano de 1991 do Brasil (4,1%); e

- O estreitamento na base da pirâmide, o que aponta para a redução do contingente de crianças e adolescentes de até 14 anos de idade, pois enquanto em 1991, o percentual de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos na população total era de 34,7%, em 2004, esta participação, no Brasil, diminui para 27,1%, de acordo com as Tabelas 5 e 6. No caso específico do Pará, esse percentual caiu de 42,5%, em 1991, para 34,1%, em 2004, patamar que, praticamente, se iguala ao percentual de 1991 do Brasil.

Tabela 6: População residente por grupo de idade - 1991

Estado	População até 1 ano de idade	Pop 1 a 4 anos	pop 5 e 6 anos	População de 7 a 9 anos de idade	População de 10 a 14 anos de idade	População de 15 a 17 anos de idade	População de 18 a 22 anos de idade	População de 23 a 24 anos de idade	População de 25 anos ou mais de idade	População de 65 anos ou mais de idade
Brasil	3.200.814	13.320.300	6.855.738	10.564.421	17.047.159	9.229.657	14.075.677	5.277.016	67.254.693	7.085.847
Norte	278.718	1.151.833	588.453	876.654	1.371.503	713.653	1.010.318	348.710	3.690.714	301.657
Acre	12.568	49.082	25.048	37.973	59.596	29.725	41.516	14.195	148.015	13.163
Amapá	9.204	36.338	18.322	26.848	40.641	21.066	29.097	9.913	97.968	7.508
Amazonas	55.413	245.561	129.646	189.989	299.677	152.633	212.782	71.140	746.402	57.377
Pará	139.816	572.974	288.636	432.242	671.261	351.442	499.629	170.291	1.823.769	159.016
Rondônia	31.095	123.837	61.955	92.992	147.942	78.735	116.939	43.083	436.114	25.253
Roraima	5.821	23.900	12.145	17.608	25.489	13.431	22.598	9.225	87.366	4.550
Tocantins	24.801	100.141	52.701	79.002	126.897	66.621	87.757	30.863	351.080	34.790
Maranhão	143.043	586.811	303.149	453.719	687.104	339.786	458.967	152.774	1.804.900	207.163
Mato Grosso	50.859	203.504	103.237	155.983	250.948	138.251	211.038	78.758	834.653	54.402

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, PNUD – 2000.

Tabela 7: População residente por grupo de idade - 2004

País Unidades da Federação	População residente														
	Total (1)	Grupos de idade													
		Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 e 6 anos	7 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 64 anos	65 a 69 anos	70 anos e mais
Brasil	182.060.108	2.807.123	12.170.100	6.738.010	10.585.078	17.043.986	10.742.044	7.020.958	17.051.360	14.848.400	49.811.060	15.567.921	5.546.577	4.383.096	7.733.042
Norte	14.434.109	301.254	1.280.966	700.245	1.004.790	1.647.018	951.191	627.926	1.445.702	1.210.840	3.493.540	876.460	285.560	241.271	366.323
Rondônia	1.511.433	27.650	108.742	60.398	90.770	163.413	99.702	67.126	143.208	121.156	431.108	108.450	30.237	22.211	37.025
Acre	632.174	14.046	60.322	34.540	50.592	80.039	40.410	26.222	62.364	54.678	134.490	37.697	12.687	9.414	14.673
Amazonas	3.191.287	72.806	297.212	172.726	241.342	362.560	208.126	132.361	309.208	265.226	782.997	179.594	55.049	49.792	62.288
Roraima	381.447	8.136	39.034	19.075	26.410	45.304	27.066	16.682	42.626	32.738	89.667	17.660	7.910	3.894	5.245
Pará	6.856.713	143.532	614.662	326.072	466.730	785.734	454.118	308.992	700.422	574.878	1.621.508	408.635	139.302	122.605	188.737
Amapá	577.274	11.729	60.551	33.938	41.629	67.184	39.020	26.762	58.388	52.130	126.366	31.197	9.152	6.069	13.159
Tocantins	1.283.781	23.355	100.443	53.496	87.317	142.784	82.749	49.781	129.486	110.034	307.404	93.227	31.223	27.286	45.196
Maranhão	6.036.607	143.463	502.125	272.579	439.152	675.874	437.560	276.566	621.670	459.081	1.331.023	397.712	164.187	119.550	194.471
Mato Grosso	2.759.134	50.152	202.266	100.965	176.199	278.811	166.963	114.171	265.613	254.393	759.251	209.201	59.723	56.092	65.334

Fonte: IBGE, 2005.

As Tabelas 6 e 7 mostram que, no Brasil, as maiores reduções de participação relativa da população ocorreram nos grupos etários de 0 a 4, 5 e 6 e no de 10 a 14, enquanto isso, no Pará, essas faixas etárias mostram crescimento, confirmando a influência da queda, no Brasil, e do crescimento, no Pará. Outro ponto que merece destaque é o aumento da população potencialmente ativa ou apta a exercer alguma atividade produtiva sob a ótica demográfica (15 a 64 anos) e naturalmente da população idosa (65 anos ou mais). Assim, a Tabela 8 apresenta os dados necessários para se analisar a razão de dependência⁶ da população brasileira e paraense.

Tabela 8: População residente por grupo de idade - 2004

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Razão de dependência total		Índice de envelhecimento		Idade mediana	
	1991	2004	1991	2004	1991	2004
Brasil	65,4	51,0	13,9	24,6	21,7	26,2
Norte	83,7	62,3	7,1	12,3	17,2	21,4
Rondônia	74,4	51,0	5,5	13,1	18,2	23,8
Acre	89,6	71,5	7,1	10,1	16,4	19,7
Amazonas	86,9	65,1	6,2	9,8	16,6	20,7
Roraima	69,9	62,8	5,4	6,6	19,4	19,9
Pará	84,3	62,9	7,6	13,3	17,2	21,4
Amapá	92,2	68,3	5,7	8,9	15,9	19,6
Tocantins	83,4	59,7	9,1	17,8	17,5	23,0
Maranhão	93,4	63,6	9,5	15,4	16,5	21,0
Mato Grosso	67,8	50,8	7,1	15,0	19,6	24,4

Fonte: IBGE, 2005.

Em 1991, a razão de dependência no Brasil era de 65,4 crianças e idosos para cada 100 pessoas em idade ativa, passando para 51% em 2004. O mesmo indicador mostra que, no Pará, no ano de 1991 a razão de dependência era de 84,3 crianças e idosos para cada 100 pessoas em idade ativa, passando para 62,9% em 2004. Tal redução aponta para um maior peso relativo da população potencialmente envolvida em atividades produtivas e, mais uma vez, reflete as quedas das taxas de fecundidade e natalidade verificadas nas últimas décadas no Brasil. Em termos regionais, a Região Norte, em 2004, apresentou indicadores superiores à média nacional: 62,3%, muito próximo ao verificado para o Estado do Pará, mostrando, mais

⁶ Expressa a proporção entre as pessoas potencialmente inativas (crianças de 0 a 14 anos e idosos de 65 anos ou mais de idade) e as potencialmente ativas (com idades entre 15 e 64 anos) ou disponíveis para as atividades

uma vez, que, embora as taxas paraenses estejam declinando, somente agora, de modo geral, estão alcançando os patamares brasileiros, atingidos em 1991.

A introdução da distribuição demográfica por sexo, nas análises da fecundidade e da mortalidade infantil, permite aprofundar o diagnóstico social do Brasil e do Pará. A Tabela 9 permite inferir que em relação à distribuição por sexo, no Pará, a situação é diversa à brasileira, enquanto 51% dos habitantes do Brasil são mulheres, este mesmo percentual representa a proporção de homens na população total paraense. No entanto, ao se considerar a proporção de homens e mulheres, tanto na área urbana, quanto na área rural, ambos os percentuais, do Brasil e do Pará, se assemelham, mostrando que, embora a maior parte da população se concentre na área urbana, a taxa de urbanização do Pará (73%) só perde para a do Estado de Tocantins.

Tabela 9: População residente, por situação de domicílio e sexo e Taxa de urbanização – 2004

País Unidades da Federação	População residente, por situação do domicílio e sexo (%)									Taxa de urbanização (%)
	Total			Urbana			Rural			
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	
Brasil	182 060 108	48,71	51,29	151 124 470	48,01	51,99	30 935 638	52,13	47,87	83,0
Norte	14 434 109	50,36	49,64	10 612 240	49,14	50,86	3 821 869	53,75	46,25	73,5
Amazônia Legal	23 229 850	49,99	50,01	16 842 578	48,75	51,25	6 387 272	53,28	46,72	72,5
Rondônia	1 511 433	51,12	48,88	1 010 097	50,08	49,92	501 336	53,21	46,79	66,8
Acre	632 174	49,98	50,02	432 581	48,52	51,48	199 593	53,14	46,86	68,4
Amazonas	3 191 287	50,27	49,73	2 444 279	49,24	50,76	747 008	53,66	46,34	76,6
Roraima	381 447	49,77	50,23	306 236	49,03	50,97	75 211	52,80	47,20	80,3
Pará	6 856 713	50,43	49,57	4 970 684	49,03	50,97	1 886 029	54,11	45,89	72,5
Amapá	577 274	48,54	51,46	530 937	48,25	51,75	46 337	51,76	48,24	92,0
Tocantins	1 283 781	50,46	49,54	917 426	49,21	50,79	366 355	53,58	46,42	71,5
Maranhão	6 036 607	49,12	50,88	4 111 010	47,87	52,13	1 925 597	51,78	48,22	68,1
Mato Grosso	2 759 134	50,00	50,00	2 119 328	48,50	51,50	639 806	54,98	45,02	76,8

Fonte: IBGE 2005.

Considerando a proporção de mulheres existentes no Brasil e no Pará, cabe observar qual é o comportamento das mulheres em idade fértil (de 15 a 49 anos de idade), classificando-as segundo os anos de estudo (até 3, 4 a 7 e 8 anos ou mais de estudo) e rendimentos. A Tabela 10 permite observar que, no Brasil, quanto maior for a escolaridade

econômicas.

das mulheres e o rendimento das famílias, menor é a taxa de fecundidade. Especificamente, ao se comparar os anos de 1991 e 2000, percebe-se que queda na faixa de mulheres que têm renda familiar superior a 5 salários mínimos, enquanto na faixa de até 1 salário a taxa aumentou, mostrando haver uma relação direta entre taxa de fecundidade, escolaridade e rendimento.

Tabela 10: Taxas de fecundidade por grupo de anos de estudo das mulheres

Renda familiar total (em salários mínimos) (1)	Taxas de fecundidade total, por grupos de anos de estudo das mulheres			
	Total (2)	Até 3 anos (3)	4 a 7 anos	8 anos ou mais
1991				
Total (2)	2,9	4,6	3,0	1,8
Até 1 (4)	4,0	5,1	3,4	2,6
Mais de 1 a 3	2,5	3,8	2,9	1,9
Mais de 3 a 5	1,8	1,7	1,6	1,9
Mais de 5	2,5	3,7	2,9	1,6
2000				
Total (2)	2,4	3,8	3,0	1,6
Até 1 (4)	3,7	4,4	3,7	3,0
Mais de 1 a 3	2,9	3,8	3,2	2,2
Mais de 3 a 5	2,4	3,2	3,0	1,8
Mais de 5	1,6	2,4	2,6	1,4
2004				
Total (2)	2,1	3,9	3,1	1,5
Até 1 (4)	4,1	4,1	4,2	3,2
Mais de 1 a 3	2,7	4,4	3,4	1,9
Mais de 3 a 5	2,3	4,5	3,7	1,8
Mais de 5	1,5	4,3	2,7	1,4

Fonte: IBGE, 2005.

OBS. (1) Exclusive os pensionistas, empregados domésticos e parente do empregado doméstico. (2) Inclusive sem declaração. (3) Inclusive sem instrução e menos de 1 ano de estudo. (4) Inclusive sem rendimento.

Em 1991, as mulheres em idade de procriar com 8 anos ou mais de estudo correspondiam a 35,1% do total de mulheres na faixa etária de 15 a 49 anos. Os resultados da PNAD 2004 mostraram que este percentual alcançou 58,5%, contrastando com os 14,7% de mulheres com até 3 anos de estudo. Nesse caso, tanto os indicadores de fecundidade quanto os de mortalidade, médios para o País ou Regiões, refletiram essa situação de maior escolaridade (IBGE, 2005).

É importante frisar que o aumento dos anos de estudo é um estimulador dos indivíduos para novos valores e níveis de aspiração e, particularmente no caso das mulheres, assegura tons próprios ao comportamento reprodutivo. Ao tratar o assunto, cita o IBGE (2005):

A experiência universal tem mostrado que os aumentos na escolaridade feminina guardam estreita relação com reduções nas taxas de fecundidade e de mortalidade infantil, de forma a se situarem em patamares muito próximos, independentemente da região fisiográfica de residência. [...] A distância que separa a fecundidade das mulheres menos instruídas das Regiões Norte e Nordeste da fecundidade das que possuem alta escolaridade do Sudeste e Sul é de mais de 3 filhos. Mesmo dentro de uma mesma região, as mulheres com até 3 anos de estudo chegam a ter, em média, mais que o dobro do número de filhos das mulheres com 8 anos ou mais de estudo. Os diferenciais dentro de uma mesma região não se apresentam tão marcados, porém destaca-se que a fecundidade das mulheres brancas das Regiões Sudeste e Sul já se encontrava abaixo do nível de reposição, em 2004, (1,8 e 1,7 filhos por mulher, respectivamente), enquanto a correspondente às mulheres pretas e pardas da Região Norte foi estimada em 3,0 filhos por mulher.

A introdução do rendimento familiar total como variável de controle revela que, independentemente do nível de rendimento das famílias a que pertencem, as mulheres com baixa instrução (até 3 anos de estudo) tendem a ter uma fecundidade acima da média. “No Brasil, em 2004, a probabilidade de uma mulher com 8 anos ou mais de estudo, com dois filhos, vir a ter o terceiro era de pouco mais de 50%, ao passo que a mesma probabilidade associada a uma mulher com até 3 anos de estudo era de 90%. Uma vez tido o terceiro filho, as probabilidades correspondentes a ambos os grupos situaram-se em 40% e 80%, respectivamente. Por estes motivos é de extrema importância a identificação dos grupos específicos que ainda carecem dos benefícios que permitam a regulação consciente e desejada da fecundidade, que assegurem a prática sexual saudável, garantindo os direitos reprodutivos individuais” (IBGE, 2005).

Todavia, a questão que mais tem chamado a atenção de estudiosos, autoridades governamentais e da sociedade em geral é o aumento da proporção de nascimentos oriundos de mães com idades menores que 20 anos, conforme atesta a Tabela 11.

Tabela 11: Proporção de nascidos vivos oriundos de mães adolescentes

Unidades da Federação de residência da mãe	Proporção de nascidos vivos oriundos de mães adolescentes com idade entre 15 e 19 anos (%)	
	1991	2004
Brasil	16,0	19,9
Rondônia	21,8	24,6
Acre	20,1	25,1
Amazonas	13,9	20,7
Roraima	20,1	24,0
Pará	18,8	25,5
Amapá	20,2	24,4
Tocantins	20,3	26,1
Maranhão	20,3	27,5
Mato Grosso	21,2	23,8

Fonte: IBGE, 2005.

A Tabela 11 mostra que no Brasil, em 1991, 16% dos nascidos vivos tinham por origem mães adolescentes, passando para 19,9% em 2004. No Pará o crescimento foi ainda maior, passou de 18,8%, em 1991, para 25,5%, em 2004. Esse fenômeno constitui um motivo de preocupação para diversos segmentos sociais devido às características desse grupo. Há que se considerar a vulnerabilidade em termos biológicos e em relação à sobrevivência das crianças, uma vez ser reconhecido que a gravidez em idade muito jovem eleva os riscos de mortalidade para a mulher e seus filhos. De acordo com os dados do Registro Civil 2004 (*apud* IBGE, 2005), 19,9% das crianças que nasceram naquele ano originaram-se de mães adolescentes, proporção esta que se mostrou mais elevada na Região Norte, com destaque para Unidades da Federação do Tocantins, Pará e Acre.

De acordo com todo o exposto sobre a população brasileira e sua composição etária, informa o IBGE (2005):

O exame da composição etária da população e a observação de sua provável trajetória permite mostrar, inclusive, se o País ingressou ou o provável momento de passagem pela chamada *janela demográfica*. As sociedades que se passam pela janela demográfica têm, proporcionalmente, um elevado contingente de pessoas em idade ativa e uma razão de dependência relativamente baixa, configurando um bônus demográfico favorável ao crescimento econômico. [...] o Brasil passa justamente por este momento: o número máximo de jovens em idade de completarem seus estudos e de ingressarem no mercado de trabalho (15 a 24 anos de idade), vem girando em torno de 35 milhões desde o ano 2000, efetivo que só será verificado novamente no período de 2030-2035, se as hipóteses acerca do comportamento da fecundidade e da mortalidade no modelo de projeção da população se cumprirem. Paralelamente, o número de pessoas com idades potencialmente ativas está em franco processo de

ascensão, e a razão de dependência total da população vem declinando em consequência da diminuição do peso das crianças de 0 a 14 anos sobre a população de 15 a 64 anos de idade.

É verdade que a situação brasileira reflete a situação paraense, no entanto, no caso específico do Pará, embora os indicadores estejam declinando, ainda são relativamente altos, configurando que o Estado ainda não ingressou pela janela demográfica, pois o contingente populacional das crianças e de idosos continua crescendo, fato que mantém elevada a razão de dependência. Assim, a evolução da estrutura etária brasileira, em contrapartida da evolução do PIB, permite inferir que esse indicador econômico não está sendo distribuído proporcionalmente pela população e nem está crescendo no mesmo percentual da população, pois, conforme se verificou, enquanto o PIB do Pará é o primeiro da Amazônia Legal, o PIB *per capita* ocupa a 6ª posição. Isso demonstra que estes indicadores não podem ser analisados isoladamente. Deve-se observar como se encontra o acesso à educação, aos serviços de saúde, de saneamento e de infra-estrutura, bem como os rendimentos, vez que é esse conjunto de indicadores que permite auferir se a população tem acesso a melhores condições de vida que permitam afirmar que o crescimento econômico está se revertendo em desenvolvimento social. Este é o assunto abordado no próximo capítulo.

4 UMA ANÁLISE DA QUALIDADE DE VIDA DA SOCIEDADE PARAENSE

O presente capítulo tem por objetivo analisar os indicadores sociais, relacionados com a educação, saúde, infra-estrutura e saneamento, bem como os relativos a trabalho e rendimento, para averiguar se o Estado do Pará, ao longo do tempo, vem melhorando a qualidade de vida de seus habitantes.

4.1 EDUCAÇÃO

De acordo com os dados da PNAD de 2004, o Brasil possui ainda uma proporção de 11,4% da sua população de 15 anos ou mais de idade que declara não saber ler ou escrever. Essa taxa de analfabetismo é similar à apresentada por países como Jordânia (10,1%), Peru (12,3%) e Bolívia (13,5%), porém ainda acima de países em desenvolvimento como o México (9,7%), China (9,1%), Chile (4,3%), Argentina (2,8%) e Cuba (0,2%). Entretanto, vale destacar que muitos dos países citados apresentam um elevado diferencial entre as taxas de analfabetismo de homens e mulheres. Na Jordânia, no Peru e na Bolívia, por exemplo, a taxa feminina de analfabetismo ultrapassa os 10 pontos percentuais em relação à masculina, sendo o Brasil um dos poucos países onde a taxa de analfabetismo entre as mulheres é inferior à dos homens (IBGE, 2005).

Tabela 12: Taxa de analfabetismo das pessoas com mais de 15 anos de idade

Brasil e Unidades da Federação	1991	2000	2004				
			Total	Sexo		Situação do domicílio	
				Homens	Mulheres	Urbana	Rural
Norte	26,2	16,5	12,7	13,6	11,9	9,7	22,2
Acre	34,8	23,7	18,1	19,9	16,4	12,1	32,8
Amapá	19,2	11,7	8,3	7,0	9,6	7,9	13,6
Amazonas	23,8	15,1	9,0	9,9	8,1	5,9	20,8
Pará	24,4	16,1	14,1	15,1	13,1	11,0	23,2
Rondônia	20,3	12,4	10,6	10,4	10,8	8,7	14,7
Roraima	20,6	12,7	10,3	11,8	8,8	8,5	17,9
Tocantins	31,4	17,9	17,2	18,3	16,1	13,5	27,1
Maranhão	41,4	27,1	23,1	26,4	20,1	17,5	36,5
Mato Grosso	19,5	11,6	10,1	10,5	9,7	8,2	16,7

Fonte: IBGE, 2005.

Por outro lado, a disparidade entre as taxas de analfabetismo dos estados brasileiros é bastante significativa. Na Amazônia Legal, as taxas mais elevadas, em 2004, foram encontradas no Maranhão (23,1%), seguido do Acre (18,1%) e de Tocantins (17,2%). O Estado do Pará, nesse contexto, apresentava, em 1991, uma taxa de 24,4%, passando para 14,1% em 2004, taxa essa que está declinando mas ainda se apresenta superior à brasileira e que se classifica como a 4^a pior taxa da Amazônia Legal. Quanto ao analfabetismo, na mesma faixa etária e em relação ao sexo, percebe-se que tanto a região Norte quanto o Pará apresentam mais homens analfabetos do que mulheres, situação semelhante nos demais Estados da região, à exceção do Amapá, que apresenta mais mulheres do que homens analfabetos com mais de 15 anos de idade. Outro fator determinante na condição de alfabetização da população se refere à situação de domicílio. Embora a média da taxa de analfabetismo brasileira tenha ficado em torno de 11%, nas áreas urbanas essa taxa foi de 8,7%, enquanto nas áreas rurais pouco mais de ¼ da população se declarou analfabeta, uma diferença de cerca de 17 pontos percentuais, situação semelhante à da região Norte. De modo geral, todos os estados da Amazônia Legal apresentam a taxa de analfabetismo da população rural em dobro do valor percentual da urbana, a exemplo do Pará, que nessa esfera de observação apresentou, em 2004, 11% de sua população acima de 15 anos de idade analfabeta, enquanto a mesma faixa etária, na área rural foi de 23,2%.

A análise do que se convencionou chamar de analfabetos funcionais⁷, constante da Tabela 13, mostra-se mais preocupante. No Brasil, quase ¼ da população na referida faixa etária encontrava-se nessa condição. Nas Regiões Norte, esse percentual alcança 29,1%, em 2004. Dentre os Estado da Amazônia Legal, chama atenção a elevada proporção de analfabetos funcionais no Maranhão (40%), no Acre (36,2%), no Tocantins (32,7%) e no Pará (32,3%).

Tabela 13: Taxa de analfabetismo funcional das pessoas com mais de 15 anos de idade

País, Região Norte	Total	Sexo		Situação do domicílio	
		Homens	Mulheres	Urbana	Rural
Brasil	24,4	25,0	23,9	20,1	47,5
Norte	29,1	31,2	26,9	23,0	47,4
Rondônia	27,2	27,4	26,9	22,3	37,4
Acre	36,2	39,1	33,3	26,9	58,8
Amazonas	22,1	23,6	20,7	16,2	44,6
Roraima	23,9	26,3	21,3	20,2	39,0
Pará	32,3	35,2	29,5	26,0	50,8
Amapá	20,1	20,1	20,0	19,0	34,0
Tocantins	32,7	35,1	30,2	26,7	48,5
Maranhão	40,0	44,4	36,0	31,2	61,1
Mato Grosso	24,3	25,1	23,5	20,3	37,9

Fonte: IBGE, 2005.

No que se refere à taxa de analfabetismo funcional, por sexo e por situação de domicílio, a mesma Tabela 13, reflete os dados do analfabetismo, ou seja, à exceção do Amapá, os demais estados da Amazônia Legal apresentam maior parcela de homens, da população acima de 15 anos de idade, que assumem serem analfabetos funcionais. O mesmo se verifica quanto às áreas urbana e rural, as quais, a taxa rural é praticamente o dobro da urbana, em todos os Estados da Amazônia Legal.

Quanto ao acesso ao sistema de ensino, este pode ser avaliado por meio das taxas de frequência escolar bruta e líquida⁸. A taxa bruta de frequência escolar para o grupo etário de 7

⁷ Pessoas alfabetizadas, mas não suficientemente familiarizadas com as bases da leitura, escrita e operações elementares.

⁸ A taxa bruta de frequência escolar representa a proporção de pessoas em determinada faixa etária que frequentam estabelecimento de ensino. A taxa de frequência escolar líquida considera a adequação série-idade do sistema educacional brasileiro, isto é, se as pessoas de determinado grupo etário estão frequentando a série de ensino recomendada à sua idade, o que faz com que esta taxa também seja um importante indicador de fluxo escolar e qualidade do ensino.

a 14 anos já há alguns anos apresenta uma tendência de universalização, com 97% das crianças freqüentando escola. Essa taxa não apresenta grandes diferenciações em termos regionais, ou segundo a situação urbana ou rural do domicílio ou mesmo em função do sexo, de acordo com as Tabelas 14 e 15.

A Tabela 14 mostra que, em 2004, a taxa bruta de freqüência à escola, no Estado do Pará (34,9%), é superior à do Brasil (31,6%). Ao mesmo tempo permite verificar que a faixa etária que mais tem freqüência aos estabelecimentos de ensino é a dos 7 aos 14 anos, com valores que se aproximam dos 100%. Nesse caso específico, vale observar que a taxa paraense cai em relação à brasileira. Essa tendência se deve, em grande parte, à obrigatoriedade legal da oferta do ensino fundamental (nível correspondente a esse grupo etário) na rede pública municipal de ensino, apoiada por meio de diversos mecanismos, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Em contrapartida, nos níveis de ensino onde não se observa tal obrigatoriedade, existem diferenças significativas de acesso. Do total de crianças de 0 a 3 anos no País, pouco mais de 13% freqüentavam creches. No Pará, esse percentual foi de apenas 7,2%. A freqüência escolar se mostrou mais significativa para o grupo de 4 a 6 anos de idade, tanto no Brasil quanto no Pará, “refletindo, em grande medida, a entrada precoce desse grupo na primeira série do ensino fundamental, seja pela ausência de estabelecimentos pré-escolares na região ou pela busca por parte dos municípios de maior participação no FUNDEF” (IBGE, 2005).

Tabela 14: Taxa de frequência bruta a estabelecimento de ensino da população residente, por grupos de idade

País, Região Norte	Total	Grupos de idade						
		0 e 6 anos			7 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 anos e mais
		Total	0 a 3	4 a 6				
Brasil	31,6	40,2	13,4	70,5	97,1	81,9	32,2	5,6
Norte	35,2	29,8	5,7	57,9	94,9	78,6	32,4	7,2
Rondônia	31,1	23,7	4,0	44,7	94,3	76,4	27,2	6,7
Acre	39,0	28,0	3,1	54,9	92,7	75,9	36,6	12,1
Amazonas	36,2	26,7	3,4	52,9	95,3	83,7	33,5	8,1
Roraima	38,8	36,4	15,4	63,9	97,5	81,3	29,7	9,2
Pará	34,9	32,9	7,2	64,3	94,5	76,0	31,7	6,0
Amapá	38,8	26,7	2,4	53,9	96,7	84,9	38,9	10,2
Tocantins	34,8	27,6	4,6	53,8	96,6	80,5	35,4	7,4
Maranhão	37,2	37,7	8,0	75,8	95,8	78,1	35,5	6,5
Mato Grosso	31,1	30,0	7,6	59,3	96,2	75,7	27,6	5,9

Fonte: IBGE, 2005.

A Tabela 15 mostra a mesma situação da Tabela 14, porém insere a variável situação de domicílio, permitindo verificar que, embora a taxa bruta de frequência e escola, na área urbana seja superior à da rural, as taxas não apresentam grandes variações. No entanto, pode-se perceber que os percentuais totais apurados são elevados em função da área urbana que tem uma performance melhor que a rural.

Tabela 15: Taxa de frequência bruta a estabelecimento de ensino da população residente, por situação de domicílio

País, Região Norte	Total	Urbana					Total	Rural				
		0 e 6 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 anos e mais		0 e 6 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 anos e mais
Brasil	31,8	43,2	97,5	84,2	33,5	5,9	30,8	27,9	95,5	71,8	25,5	3,9
Norte	36,0	33,0	95,8	81,8	35,5	7,8	33,0	22,5	93,0	69,6	22,9	5,2
Rondônia	33,3	29,3	97,5	82,9	30,5	7,9	26,8	12,4	88,8	61,8	20,4	4,3
Acre	39,6	33,2	95,3	81,5	41,2	10,6	37,5	18,9	87,8	64,9	26,2	15,9
Amazonas	36,3	29,9	95,8	84,6	34,2	8,2	36,0	19,0	94,1	81,0	30,3	7,7
Roraima	39,6	38,6	96,9	84,1	30,1	10,0	35,8	27,9	100,0	71,1	27,9	5,8
Pará	35,5	35,7	95,1	80,0	35,9	6,7	33,2	26,9	93,2	65,1	20,6	4,0
Amapá	39,6	27,8	97,1	87,1	40,3	10,8	30,2	16,6	92,1	63,5	22,4	1,6
Tocantins	36,2	31,6	96,7	79,8	38,3	9,2	31,3	18,6	96,4	82,2	25,3	3,1
Maranhão	38,8	43,3	96,3	83,5	39,8	7,4	34,0	28,8	94,8	65,0	25,8	4,2
Mato Grosso	32,6	33,4	96,8	77,2	30,2	6,6	26,3	20,4	94,1	69,6	17,8	3,8

Fonte: IBGE, 2005.

Uma outra questão importante a considerar na análise das taxas brutas de frequência escolar para os adolescentes de 15 a 17 anos é a defasagem escolar dos estudantes, uma vez que boa parte desses encontrava-se ainda freqüentando o ensino fundamental. De fato, a

proporção de adolescentes de 15 a 17 anos freqüentando o ensino médio era de apenas 44,4%, caindo para 22% nas áreas rurais, no país. Esse mesmo indicador mostra que no Pará apenas 22,5% dos jovens dessa faixa etária estão no ensino médio, sendo que na área rural a situação é bem pior; apenas 8,9% estão no ensino médio. Cabe ressaltar que nesse item, adolescentes de 15 a 17 anos freqüentando o ensino médio da área rural, o Pará só perde para o Maranhão que apresentou a pior taxa desse indicador na Amazônia Legal. No entanto, no tocante a área urbana, o Pará apresentou o pior indicador dos Estados observados na Tabela 16, , na mesma faixa etária. Por conta disso, o Estado do Pará, na Amazônia Legal, apresentou a pior performance, ou seja, é o Estado que na faixa etária dos 15 aos 17 anos apresentou o maior atraso escolar.

Tabela 16: Taxa de freqüência líquida a estabelecimento de ensino da população residente de 7 a 17 anos de idade, por nível de ensino, grupos de idade e situação do domicílio

País e Amazônia Legal	Fundamental			Médio		
	7 a 14 anos			15 a 17 anos		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Brasil	93,8	94,4	91,6	44,4	49,4	22,0
Norte	92,1	92,8	90,6	27,5	32,6	13,5
Rondônia	92,8	95,5	88,3	35,6	41,8	21,8
Acre	90,4	92,7	86,0	27,7	35,8	11,7
Amazonas	93,7	94,1	92,5	28,2	32,8	13,4
Roraima	95,3	94,7	97,6	38,3	40,9	28,9
Pará	91,0	91,3	90,5	22,5	27,6	8,9
Amapá	94,4	94,8	90,3	41,7	44,7	12,3
Tocantins	92,2	92,4	91,9	33,5	37,1	24,3
Maranhão	88,6	91,3	83,6	25,5	32,9	7,5
Mato Grosso	92,7	93,2	90,9	43,7	48,8	23,5

Fonte: IBGE, 2005.

Em função da maior extensão do ensino fundamental, a defasagem escolar para o grupo etário de 7 a 14 anos pode ser mais bem observada por meio da proporção de estudantes que freqüentavam cada uma das oito séries com idade superior à recomendada em até 2 anos, constante da Tabela 17.

Tabela 17: Proporção de estudantes em cada série do ensino fundamental com idade superior à recomendada para cada série em até 2 anos - 2004

País e Amazônia Legal	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série
Brasil	16,7	22,4	23,2	29,4	33,9	33,9	31,8	38,2
Norte	24,7	39,8	35,9	41,1	46,8	45,3	44,4	54,9
Rondônia	9,9	17,8	21,9	23,9	40,3	40,8	41,5	53,2
Acre	31,8	28,3	32,0	37,6	48,7	40,0	37,9	45,2
Amazonas	18,5	29,9	30,0	42,6	45,6	47,5	55,0	54,6
Roraima	11,0	16,8	17,8	29,5	22,4	37,0	33,8	38,3
Pará	31,3	52,2	44,0	47,7	52,5	47,4	43,3	59,1
Amapá	12,3	17,9	29,9	26,3	33,4	34,8	37,0	35,8
Tocantins	17,9	29,0	29,1	35,3	42,9	44,8	40,2	54,8
Maranhão	29,8	38,5	37,0	49,2	52,5	51,9	47,6	57,1
Mato Grosso	16,4	15,6	17,1	20,2	30,5	29,2	32,4	37,2

Fonte: IBGE, 2005.

De acordo com o IBGE (2005), foram consideradas defasadas as crianças com 9 anos ou mais de idade freqüentando a 1ª série; com 10 anos ou mais de idade freqüentando a 2ª série; com 11 anos ou mais de idade freqüentando a 3ª série; com 12 anos ou mais de idade freqüentando a 4ª série; com 13 anos ou mais de idade freqüentando a 5ª série; com 14 anos ou mais de idade freqüentando a 6ª série; com 15 anos ou mais de idade freqüentando a 7ª série; e com 16 anos ou mais de idade freqüentando a 8ª série. Nesse sentido, a defasagem escolar se agravou conforme se avançou no fluxo escolar, constante da Tabela 17. Na primeira série do ensino fundamental, quase 17% tinham 9 anos ou mais de idade, no Brasil, enquanto no Pará era de 31,3%, em 2004. Já na oitava série, cerca de 38% dos estudantes tinham 16 anos ou mais de idade, sendo que na região Norte esse percentual atinge mais da metade dos alunos, e no Pará aproxima-se dos 60%.

Uma outra forma de avaliar a questão é por meio do indicador tempo médio esperado para conclusão de determinado segmento escolar, constante na Tabela 18. Considerando que o ensino fundamental é dividido em oito séries/anos (com dois segmentos de quatro séries/anos cada), a Tabela 18 mostra que no Brasil, o aluno leva em média 5 anos para concluir o primeiro segmento e 9,9 anos para concluir o ensino fundamental, ou seja, praticamente dois anos a mais que o previsto. Esse mesmo indicador no Estado do Pará mostra que, em média, o

aluno leva 6,2 anos para concluir a 4ª série e 11 anos para o ensino fundamental, superando em 3 anos o previsto.

Tabela 18: Taxa média esperada e tempo médio esperado para conclusão da 4ª e 8ª série do ensino fundamental - 2004

País e Amazônia Legal	Série do ensino fundamental			
	4ª série		8ª série	
	Taxa média esperada de conclusão (%)	Tempo médio esperado para conclusão (anos)	Taxa média esperada de Conclusão (%)	Tempo médio esperado para conclusão (anos)
Brasil	87,7	5,0	54,0	9,9
Norte	80,8	5,8	38,5	10,7
Rondônia	89,2	5,0	46,8	10,1
Acre	87,0	5,4	57,0	10,2
Amazonas	81,6	5,7	42,0	10,9
Roraima	90,4	4,8	65,0	9,4
Pará	77,0	6,2	32,9	11,0
Amapá	93,3	5,4	55,9	10,1
Tocantins	80,5	5,2	38,4	10,0
Maranhão	76,9	5,5	37,6	10,3
Mato Grosso	84,8	4,8	49,5	10,1

Fonte: IBGE, 2005.

A defasagem escolar também é verificada na análise da distribuição dos estudantes de 18 a 24 anos de idade pelos níveis de ensino, considerando que, pelo sistema educacional brasileiro vigente, estes deveriam estar cursando o ensino superior. No Brasil, de acordo com a Tabela 19, do total de estudantes na referida faixa etária, cerca de 1/3 cursava ensino superior em 2004 e mais da metade estavam defasados (38,8% no ensino médio e 15,7% no fundamental). Na região Norte, a proporção de jovens no ensino superior é de apenas 17,6%, e de 46% no ensino médio, em 2004. No Pará, o percentual de estudantes no ensino superior (14,1%) só perde para o Maranhão, no mesmo período. Enquanto isso, 23,3% dos estudantes paraenses nessa faixa etária ainda estão no ensino fundamental e 47% no ensino médio.

Tabela 19: Estudantes de 18 a 24 anos de idade, total e sua respectiva distribuição percentual, por nível de ensino freqüentado - 2004

País e Amazônia Legal	Estudantes de 18 a 24 anos				
	Total	Nível de ensino freqüentado (%)			
		Fundamental	Médio	Superior (1)	Outros (2)
Brasil	7 744 859	15,7	38,8	33,0	12,5
Norte	671 651	22,6	46,2	17,6	13,6
Rondônia	57 167	21,0	31,5	28,5	19,0
Acre	32 383	23,8	37,8	16,7	21,7
Amazonas	147 927	27,3	50,5	15,9	6,2
Roraima	17 599	9,2	53,2	16,5	21,1
Pará	319 877	23,3	47,0	14,1	15,7
Amapá	33 157	9,7	44,7	21,7	23,9
Tocantins	63 541	19,9	48,1	28,5	3,4
Maranhão	318 809	26,8	48,0	13,7	11,5
Mato Grosso	104 928	19,5	41,5	29,6	9,4

OBS.: (1) Inclui mestrado e doutorado. (2) Pré-vestibular, supletivo e alfabetização de adultos.

Fonte: IBGE, 2005.

Para análise da situação da educação brasileira e paraense, é também importante verificar a distribuição dos estudantes pela rede de ensino freqüentada. Dada a obrigatoriedade da oferta do ensino fundamental na rede pública municipal regulamentada pela legislação brasileira, quase 90% dos estudantes deste nível de ensino freqüentavam escolas públicas. Considerando também a responsabilidade das Unidades da Federação pela oferta do ensino médio, observa-se a mesma tendência de predominância de freqüência na rede pública para esse nível de ensino. Todavia, a situação se inverte para o nível superior, em que 75% dos estudantes freqüentavam estabelecimentos privados de ensino. É interessante notar que enquanto mais de 88% dos estudantes no ensino fundamental freqüentavam escolas públicas, apenas 24,7% dos estudantes no ensino superior estão na rede pública. Esse fato pode estar relacionado tanto à grande expansão da rede particular de ensino superior observada nos últimos anos, quanto à menor demanda por ensino superior. No caso do Pará, é interessante notar que no ensino fundamental mais de 90% dos alunos freqüenta escolas públicas, caindo para 88% no ensino médio e quase tornando-se igual no ensino superior, no qual quase 46% freqüentam escolas públicas e 54% particulares, conforme demonstram os dados da Tabela 20.

Tabela 20: Taxa de frequência bruta a estabelecimento de ensino dos estudantes, por nível de ensino e rede de ensino freqüentada (%) - 2004

País e Amazônia Legal	Fundamental		Médio		Superior	
	Pública	Particular	Pública	Particular	Pública	Particular
Brasil	88,8	11,2	85,0	15,0	24,7	75,3
Norte	92,7	7,3	91,0	9,0	45,8	54,2
Rondônia	91,1	8,9	89,5	10,5	30,9	69,1
Acre	94,1	5,9	91,0	9,0	48,1	51,9
Amazonas	95,0	5,0	95,4	4,6	59,1	40,9
Roraima	99,1	0,9	97,7	2,3	58,7	41,3
Pará	90,9	9,1	88,0	12,0	45,9	54,1
Amapá	96,0	3,9	95,2	4,8	45,7	54,3
Tocantins	93,8	6,2	91,6	8,4	32,9	67,1
Maranhão	92,6	7,4	83,8	16,2	36,8	63,2
Mato Grosso	90,9	9,1	86,3	13,7	37,9	62,1

Fonte: IBGE, 2005.

De uma forma geral, a escolaridade média da população pode ser resumida pelo indicador média de anos de estudo, constante da Tabela 21. No Brasil, a população de 15 anos ou mais de idade tinha em média 6,8 anos de estudo em 2004, enquanto as mulheres dessa mesma faixa etária apresentam 7 anos de estudo. No Pará, a média foi de apenas 5,9 anos e, como no Brasil, as mulheres superaram a média de anos de estudo dos homens. Vale destacar que a média paraense ficou entre as piores da Amazônia Legal, só ganhando do Acre (5,7) e do Maranhão (5,3).

Tabela 21: Média de anos de estudo da população, por grupos de idade e por situação de domicílio – 2004

País e Amazônia Legal	10 anos ou mais						15 anos ou mais					
	Sexo			Situação do domicílio			Sexo			Situação do domicílio		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Urbana	Rural	Total	Homens	Mulheres	Total	Urbana	Rural
Brasil	6,5	6,4	6,7	6,5	7,0	3,9	6,8	6,7	7,0	6,8	7,4	4,0
Norte	5,8	5,5	6,1	5,8	6,5	3,9	6,2	5,9	6,5	6,2	7,0	4,1
Rondônia	5,9	5,7	6,1	5,9	6,6	4,4	6,2	5,9	6,4	6,2	7,0	4,5
Acre	5,4	5	5,7	5,4	6,3	3,1	5,7	5,4	6,1	5,7	6,8	3,2
Amazonas	6,4	6,2	6,6	6,4	7,1	4,0	7,0	6,8	7,1	7,0	7,7	4,3
Roraima	6,5	6,2	6,8	6,5	6,9	4,8	6,9	6,6	7,3	6,9	7,4	5,0
Pará	5,5	5,2	5,8	5,5	6,2	3,7	5,9	5,6	6,2	5,9	6,6	3,9
Amapá	6,7	6,6	6,8	6,7	6,9	4,7	7,3	7,1	7,4	7,3	7,4	5,0
Tocantins	5,7	5,4	6,1	5,7	6,4	3,9	6,1	5,7	6,4	6,1	6,8	4,0
Maranhão	5,0	4,5	5,5	5,0	5,9	3,0	5,3	4,8	5,7	5,3	6,2	3,1
Mato Grosso	6,4	6,1	6,7	6,4	7,0	4,4	6,7	6,4	7	6,7	7,3	4,5

Fonte: IBGE, 2005.

Analisando-se, a partir dos dados da Tabela 21, a média de anos de estudo por situação de domicílio, verifica-se que no Brasil a população urbana apresenta mais anos de estudo do que a rural, o que se repete na região Norte e no Estado do Pará. No caso específico da média de anos de estudo por situação de domicílio, o Pará não altera sua performance, ou seja, apresenta um dos piores indicadores, só perdendo para o Acre e para o Maranhão na Amazônia Legal. Situação igual se percebe nas áreas urbanas e rurais.

O indicador para cada idade, constante na Tabela 22, permite observar que no Brasil apenas aos 18 anos de idade a população passa a ter, em média, a escolaridade mínima de 8 anos considerada obrigatória por lei. Por outro lado, pela média de 3,5 anos de estudo, o conjunto dos idosos brasileiros pode ser considerado analfabeto funcional. No Estado do Pará, vale destacar que até a faixa etária dos 11 anos a média de anos de estudo é a pior dentre os Estados da Amazônia Legal, igualando-se com a do Maranhão, no grupo dos 12 e 13 anos. Dos 14 aos 16 a média de anos de estudos da população paraense volta a ser a pior da Amazônia Legal, posição essa que mantém na faixa etária dos 18 a 19 anos. Observe-se que, diferentemente do Brasil, em nenhuma faixa etária o Pará atinge os 8 anos médios de estudo.

Tabela 22: Média de anos de estudo da população, por grupos de idade – 2004

País e Amazônia Legal	10 anos	11 anos	12 anos	13 anos	14 anos	15 anos	16 anos	17 anos	18 anos	19 anos	20 a 24 anos	25 a 59 anos	60 anos ou mais
Brasil	2,5	3,3	4,1	4,9	5,6	6,3	7,1	7,6	8,1	8,5	8,7	7,0	3,5
Norte	2,2	2,8	3,6	4,3	4,9	5,5	6,3	6,7	7,2	7,4	7,7	6,4	2,5
Rondônia	2,8	3,3	4,4	4,9	5,4	6,4	6,6	7,8	7,8	7,8	8,0	6,0	2,1
Acre	2,3	3,2	3,5	4,3	5,1	5,5	6,2	6,2	6,5	7,0	7,2	5,7	2,4
Amazonas	2,2	3,0	3,5	4,4	5,0	5,7	6,4	6,8	7,8	7,9	8,3	7,2	3,1
Roraima	2,7	3,5	4,2	5,4	5,6	6,2	7,3	7,5	8,9	8,9	8,4	6,8	2,0
Pará	1,9	2,4	3,3	4,0	4,6	5,0	5,9	6,4	6,6	6,9	7,2	6,1	2,5
Amapá	2,6	3,1	4,2	4,8	5,4	6,3	6,5	7,6	7,6	8,3	9,0	7,3	3,4
Tocantins	2,2	3,1	4,0	4,8	5,4	6,1	6,7	7,0	7,7	8,4	8,3	6,1	1,6
Maranhão	2,0	3,0	3,3	4,0	4,8	5,1	5,8	6,4	6,8	7,2	7,1	5,3	1,4
Mato Grosso	2,7	3,7	4,4	5,2	5,9	6,6	7,4	7,8	8,3	8,7	8,6	6,6	2,5

Fonte: IBGE, 2005.

A análise da escolaridade da população adulta brasileira (25 anos ou mais de idade) mostrou que, em média, cerca de 30% dos adultos eram considerados analfabetos funcionais,

mais de 40% tinham o ensino fundamental incompleto, 9% haviam estudado somente até a conclusão do ensino fundamental, e 18% concluíram o ensino médio e apenas 8% possuíam ensino superior completo. No Estado do Pará, a análise da Tabela 23 mostra que, em média, aproximadamente 26% da população adulta tem até 7 anos de estudo, ou seja, não tem o ensino fundamental completo. Somente 7,2% completaram 8 anos de estudo, apenas 1,7% têm de 12 a 14 anos de estudo e 4,2% tem mais de 15 anos de estudo, significando que uma ínfima parte da população adulta paraense conclui o ensino superior.

Tabela 23: Pessoas de 25 anos ou mais de idade, total e sua respectiva distribuição percentual, por grupos de anos de estudo – 2004

País e Amazônia Legal	Total	Grupos de anos de estudo (%)							
		Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 anos	9 a 10 anos	11 anos	12 a 14 anos	15 anos ou mais
Brasil	97 890 096	15,7	14,0	27,7	9,0	3,9	18,0	3,5	7,8
Norte	6 473 994	18,6	17,1	25,9	7,5	4,6	18,9	2,3	4,6
Rondônia	750 187	19,0	16,0	30,2	7,9	4,5	14,2	2,5	5,0
Acre	263 639	31,3	12,2	20,4	5,8	2,8	14,7	4,4	5,9
Amazonas	1 394 946	15,0	12,0	26,8	8,3	3,8	26,1	2,1	5,3
Roraima	157 114	19,4	12,7	23,2	7,8	3,3	27,3	2,9	2,8
Pará	3 055 665	18,1	20,7	25,9	7,2	5,3	16,7	1,7	4,2
Amapá	238 073	16,8	9,5	22,1	10,9	5,2	25,5	4,6	4,4
Tocantins	614 370	23,8	18,4	23,2	6,0	3,9	16,1	3,7	4,6
Maranhão	2 666 024	32,2	17,5	20,1	6,7	3,0	14,7	2,9	2,7
Mato Grosso	1 403 994	15,2	16,1	30,1	8,1	3,9	16,1	3,4	6,7

Fonte: IBGE, 2005.

A Tabela 23 mostra que, tanto no Brasil quanto no Pará, à medida que aumenta a média de anos de estudo da população adulta, diminui o percentual da população. Esse quadro leva a inferir haver uma relação direta entre anos de estudo e rendimento. A tendência de crescimento da média de anos de estudo conforme o crescimento do rendimento familiar *per capita* (que passou de 3,9 anos de estudo no primeiro quinto da distribuição para 10,4 anos no último quinto) revela que o rendimento familiar é fator preponderante para o aumento da escolaridade da população brasileira e paraense, conforme se constata na Tabela 24.

Tabela 24: Média de anos de estudo da população de 25 anos ou mais de idade, por quintos de rendimento mensal familiar *per capita* – 2004

País e Amazônia Legal	Total	Quintos de rendimento mensal familiar <i>per capita</i>				
		1º quinto	2º quinto	3º quinto	4º quinto	5º quinto
Brasil	6,4	3,9	4,8	5,4	7,2	10,4
Norte	5,8	4,0	5,2	5,9	7,6	10,5
Rondônia	5,6	3,9	4,6	5,1	7,3	10,0
Acre	5,2	3,0	4,1	4,4	6,7	10,7
Amazonas	6,7	4,7	6,4	7,1	8,2	11,2
Roraima	6,3	4,7	5,8	6,1	7,8	9,9
Pará	5,5	3,7	5,2	5,9	7,5	10,3
Amapá	6,8	5,1	5,0	6,6	8,3	10,4
Tocantins	5,3	3,5	4,2	4,7	7,4	10,4
Maranhão	4,6	3,3	3,8	4,4	7,5	10,1
Mato Grosso	6,1	4,0	4,4	5,1	7,0	10,4

Fonte: IBGE, 2005.

Os resultados obtidos a partir da distribuição dos estudantes por quintos de rendimento familiar, constantes da Tabela 24, por sua vez, também contribuem para o entendimento da situação dos alunos nos ensinos médio e superior em função da rede de ensino freqüentada. Como já seria de se esperar, é muito baixa a proporção de estudantes dos quintos inferiores de rendimento na rede particular do ensino médio (apenas 2,5% e 5% dos estudantes nos 10 e 20 quintos respectivamente). Em contrapartida, mais da metade dos estudantes da rede particular desse nível de ensino encontravam-se no último quinto da distribuição de rendimento. Essa proporção cai para 12,3% na rede pública, sendo que nesta observa-se uma participação mais uniforme dos quintos intermediários (entre 22 e 25%, aproximadamente). Chama atenção o fato de que, mesmo na rede pública de ensino, o percentual de estudantes do primeiro quinto é pouco expressivo (cerca de 15%), denotando ainda baixo acesso desses estudantes ao nível médio de ensino. A mesma análise pode ser desenvolvida para o nível superior, no qual, diferentemente do verificado para o nível médio, os alunos pertencentes ao último quinto da distribuição predominam nas universidades e faculdades brasileiras, sejam elas públicas ou particulares. Ou seja, do total de estudantes da rede pública de ensino superior, 58% pertenciam ao quinto mais rico e do total de estudantes da rede privada, 70% pertenciam a este quinto. Além da própria questão referente à demanda dos estudantes mais pobres ao nível

superior, dado que muitos deles sequer conseguem terminar os níveis de ensino anteriores, o que se observa é que se por um lado o nível de rendimento familiar funciona como uma barreira ao acesso desses estudantes às universidades e faculdades privadas, por outro, dada a sua precariedade atual, a rede pública de escolas de nível médio e fundamental não vem preparando adequadamente seus alunos de forma a concorrer em condições de igualdade com os estudantes formados pelas escolas particulares às vagas existentes na rede pública de ensino superior (IBGE, 2005).

Essa situação, entre outras conseqüências, acarreta uma diferenciação de qualificação para o trabalho e de padrão de vida, afetando diretamente a qualidade de vida da população paraense.

4.2 INFRA-ESTRUTURA E SANEAMENTO BÁSICO

Nesse item, o que se pretende avaliar é a capacidade que o poder público tem de acompanhar a velocidade com que os assentamentos humanos se instalam no Brasil e no Pará para uma melhor formulação das políticas públicas. Por conta disso, a Tabela 25 mostra que, em 2004, no Brasil o número médio de pessoas por domicílios particulares permanentes é praticamente igual na área urbana e rural, assim como por dormitórios. O Estado do Pará também apresenta esses indicadores muito próximos, no entanto, em valores superiores aos brasileiros, mas semelhantes ao apresentado pela região Norte.

Tabela 25: Domicílios particulares, pessoas e número médio de pessoas, por domicílio, dormitório e situação de domicílio – 2004

País e Amazônia Legal	Total		Número médio de pessoas					
	Domicílios particulares	Pessoas	Por domicílio			Por dormitório (1)		
			Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Brasil	51 802 121	181 987 599	3,5	3,4	3,9	1,8	1,8	2,0
Norte	3 566 735	14 427 865	4,0	4,0	4,3	2,1	2,1	2,3
Rondônia	426 613	1 511 433	3,5	3,5	3,7	1,8	1,8	1,9
Acre	159 671	632 174	4,0	3,8	4,4	2,2	2,1	2,6
Amazonas	747 786	3 191 287	4,3	4,2	4,6	2,3	2,2	2,7
Roraima	96 173	381 447	4,0	4,0	3,8	2,3	2,3	2,4
Pará	1 668 834	6 850 469	4,1	4,0	4,4	2,1	2,1	2,3
Amapá	120 949	577 274	4,8	4,8	5,0	2,4	2,4	2,8
Tocantins	346 709	1 283 781	3,7	3,6	3,8	1,9	1,9	2,0
Maranhão	1 416 303	6 028 637	4,3	4,2	4,5	2,1	2,0	2,3
Mato Grosso	793 889	2 754 845	3,5	3,5	3,5	1,9	1,8	1,9

(1) Exclui-se os domicílios sem declaração de número de dormitórios.

Fonte: IBGE, 2005.

Há que se notar, entretanto, que o rendimento mensal influencia os domicílios, por isso, no Brasil, quase 20% dos domicílios urbanos auferiam rendimento médio mensal *per capita* de até ½ salário mínimo. Na região Norte, esta mesma classe representava 28,9% dos domicílios urbanos e no Pará 31,2%. Ampliando a análise para contemplar outras classes de rendimento a avaliação mostra que no Brasil 25,7% dos domicílios urbanos têm rendimento médio de mais de ½ a 1 salário mínimo. Na região Norte, essa classe representava 31,2% e no Pará era de quase 32%. Destaque-se que dentre os domicílios urbanos apenas 7,8% auferem mais de 5 salários mínimos, no Brasil, 4,1% na Região Norte e 3,6% no Pará, conforme Tabela 26.

Tabela 26: Domicílios particulares permanentes urbanos, total e distribuição percentual, por classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* em salário mínimo – 2004

País e Amazônia Legal	Domicílios particulares permanentes urbanos						
	Total (1)	Classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> em salário mínimo (%)					
		Até 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5
Brasil	43 794 566	19,4	25,7	25,4	10,0	8,1	7,8
Norte	2 670 162	28,9	31,2	21,4	6,9	5,3	4,1
Rondônia	291 242	20,3	31,6	27,5	7,5	6,8	4,9
Acre	114 153	31,6	27,3	19,0	7,1	7,1	6,5
Amazonas	583 246	27,6	31,3	22,2	7,6	5,4	4,2
Roraima	75 155	36,4	24,2	19,1	7,3	4,5	3,2
Pará	1 243 972	31,2	31,9	20,1	6,1	4,8	3,6
Amapá	111 532	33,3	26,2	21,1	8,4	4,1	2,6
Tocantins	250 862	25,5	32,8	21,1	7,3	6,0	4,8
Maranhão	987 510	45,1	27,2	14,4	4,0	2,7	3,4
Mato Grosso	603 498	15,4	28,7	27,9	10,0	8,6	7,5

(1) Inclusive os domicílios sem declaração de rendimento e sem rendimento.

Fonte: IBGE, 2005.

A distribuição dos domicílios particulares permanentes urbanos, que consta da Tabela 27, mostra que tanto no Brasil quanto na região Norte e no Estado do Pará o tipo de domicílio apresenta as casas como principal tipo de moradia dos domicílios urbanos permanentes. Mas há que se considerar que, mesmo morando em casas, essas são muito pequenas, pois a quantidade de cômodos em qualquer dos Estados da Amazônia Legal não supera 4. Outro fator que merece destaque é o de que, de modo geral, menos de 80% dos domicílios urbanos permanentes têm propriedade do terreno.

Tabela 27: Domicílios particulares permanentes urbanos, total e distribuição percentual, por classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* em salário mínimo – 2004

País e Amazônia Legal	Domicílios particulares permanentes urbanos				
	Total	Tipo de domicílio (%)			Propriedade do terreno
		Casa	Apartamento	Cômodo	
Brasil	43 794 566	87,6	11,8	0,5	69,5
Norte	2 419 300	94,1	3,8	2,0	75,0
Rondônia	291 242	95,3	4,1	0,6	74,1
Acre	114 153	92,5	3,8	3,7	81,1
Amazonas	583 246	91,2	5,1	3,7	72,4
Roraima	75 155	92,5	5,1	2,4	73,7
Pará	1 243 972	95,4	3,1	1,6	75,9
Amapá	111 532	95,3	3,9	0,7	75,5
Tocantins	250 862	95,3	1,8	2,9	71,3
Maranhão	987 510	95,6	3,6	0,8	74,6
Mato Grosso	603 498	95,1	3,8	1,0	70,6

Fonte: IBGE, 2005.

Os domicílios urbanos, na sua quase totalidade, estão servidos de energia elétrica, embora não haja a indicação clara de que estes serviços estejam sendo integralmente fornecidos pelo poder público. As informações referentes aos serviços de telefonia fixa revelam ainda a insuficiência deste segmento na região Norte, na qual 36,1% dos domicílios informaram ter acesso a este serviço em 2004, enquanto “nas regiões Sudeste e Sul o acesso foi de 65,3% e 63,8%, respectivamente” (IBGE, 2005). O Estado no Pará, no segmento de iluminação pública, atinge quase 100%, no entanto o acesso aos servidos de telefonia fixa, ainda é muito baixo com apenas 30%. O pequeno acesso à telefonia em conjunto com o percentual de domicílios que têm computador (7,6%) faz com que o acesso à internet também seja ínfimo (4,5%). Cabe ressaltar ainda que dentre os Estados da Amazônia Legal o Pará apresentou a 2ª pior taxa de acesso a energia, a pior taxa de acesso a telefone fixo e a 2ª pior taxa de acesso a internet.

Quanto à posse de bens duráveis, constante da Tabela 28, verifica-se que, em média, todos os indicadores do Pará são inferiores aos brasileiros e aos da região Norte e se classificam dentre os piores indicadores de posse de computadores, geladeira e televisão em cores. Os percentuais apresentados são explicados pelo IBGE (2005):

há que se considerar a diferença entre aqueles bens que já estão mais difundidos pela população, e aqueles cuja produção ainda é cara e, portanto, ainda não estão ao alcance de todos. Assim é que geladeira e TV em cores, que são bens que já estão no mercado há vários anos, apresentam percentuais mais elevados que freezer e computadores. A máquina de lavar, embora esteja no mercado há bastante tempo, sofreu uma redefinição tecnológica que a tornou um produto mais caro, razão pela qual apresentou uma resposta tão abaixo dos outros bens duráveis com o seu grau de difusão. Uma outra hipótese pode estar ligada ao fato de a máquina de lavar estar associada ao trabalho feminino, tornando-se uma prioridade menor de aquisição desses bens.

Os serviços públicos de abastecimento de água por rede geral de abastecimento e canalização interna atendem a 90,4% dos domicílios urbanos brasileiros, 59,8% da região Norte e apenas 47,7% dos paraenses. Contudo, 10,2% dos domicílios paraenses fazem uso de poços, nascentes ou outras formas de abastecimento, enquanto apenas 2,2% dos domicílios brasileiros e 7,5% dos da região Norte fazem uso desse tipo de fonte. No entanto, no Estado do Pará ainda há 42% de domicílios urbanos sem serviço de acesso, situação que só piora em Rondônia, dentre os Estados da Amazônia Legal. Os domicílios urbanos dos Estados do Acre (42,6%), de Rondônia (46,8%) e do Pará (42,6%) destacam-se entre os que detêm os menores índices de cobertura pelos serviços públicos de abastecimento de água por rede geral com canalização interna. Na Região Norte, os estados com os maiores índices de cobertura deste serviço são Roraima (95,9%) e Tocantins (86,8%). “Trata-se, portanto, de um cenário onde as consequências para a saúde pública tornam-se imprevisíveis, diante da ausência deste serviço público, e mais grave ainda, quando associadas às informações sobre os escoadouros sanitários, onde os domicílios urbanos utilizam escoadouro sanitário não-assépticos, ou seja, fossas ligadas a sumidouros com infiltração para o solo (65,6%) e/ou outras formas (7,5%) (vala, direto para o rio, lago ou mar, etc.)” (IBGE, 2005).

Tabela 28: Domicílios particulares permanentes urbanos, total e proporção dos domicílios, por acesso a alguns serviços e posse de alguns bens duráveis – 2004

País e Amazônia Legal	Domicílios particulares permanentes urbanos									Total	Forma de serviço público de abastecimento de água (%)		
	Total	Por acesso a alguns serviços (%)			Por posse de bens duráveis (%)						Com serviço		Sem serviço (1)
		Iluminação elétrica	Telefone fixo	Internet	Computador	Geladeira	Freezer	TV a cores	Máquina de lavar		Rede geral com canalização interna	Rede geral sem canalização interna	
Brasil	43 794 566	99,6	56,1	14,3	18,9	92,1	17,1	91,5	38,8	43 794 566	90,4	2,2	7,5
Norte	2 670 162	98,9	36,1	5,5	8,9	85,7	14,3	86,6	20,9	2 670 162	59,8	7,5	32,6
Rondônia	291 242	99,8	42,3	7,5	11,6	94,5	16,3	88,1	24,9	291 242	46,8	1,4	51,7
Acre	114 153	99,6	47,2	6,4	9,1	89,6	11,3	85,1	17,9	114 153	42,6	19,4	37,3
Amazonas	583 246	99,5	42,8	6,2	10,0	93,0	17,8	92,1	35,5	583 246	77,5	4,4	18,1
Roraima	75 155	100,0	35,1	5,6	8,4	92,9	10,7	86,9	30,2	75 155	95,9	1,9	2,1
Pará	1 243 972	98,4	30,1	4,5	7,6	80,0	11,7	84,2	14,4	1 243 972	47,7	10,2	42,0
Amapá	111 532	99,8	36,3	5,8	9,7	82,8	32,5	91,2	32,5	111 532	67,8	1,9	30,4
Tocantins	250 862	97,4	38,1	5,7	8,8	84,1	10,9	82,1	8,1	250 862	86,8	6,8	6,4
Maranhão	987 510	98,9	30,3	3,7	5,5	80,6	7,7	81,7	8,2	987 510	59,2	18,2	22,6
Mato Grosso	603 498	99,1	47,7	8,9	12,4	92,7	21,0	87,6	26,2	603 498	78,7	4,8	16,6

Fonte: IBGE, 2005.

A Tabela 29 comprova os dados citados pelo IBGE no tocante aos serviços públicos de esgotamento sanitário, pois mostra que o acesso por rede geral (rede coletora de esgotamento sanitário e/ou pluvial e fossa séptica ligada à rede de esgoto) cobre aproximadamente 2/3 dos domicílios urbanos brasileiros (65,9%), enquanto as fossas⁹ (28,8%) e as outras formas¹⁰ (5,3%) constituem o restante das alternativas. A região Norte detém apenas 11,7% e desses quase 80% são viabilizados através de fossas. O Pará, nesse indicador, só perdeu para os Estados de Rondônia (5,9%), Amapá (6%) e Tocantins (7,6%), dentre os 9 Estados da Amazônia Legal.

⁹ Fossa Séptica não ligada à rede e Fossa Rudimentares.

¹⁰ Valas, Direto para o rio, lago ou mar, e outras formas.

Tabela 29: Domicílios particulares permanentes urbanos, total e sua respectiva distribuição percentual, por existência de serviço público de esgotamento sanitário – 2004

País e Amazônia Legal	Domicílios particulares permanentes urbanos			
	Total	Existência de serviço público de esgotamento sanitário		
		Com serviço de rede coletora de esgotamento sanitário e/ou pluvial (1)	Sem serviço	
			Fossa (2)	Outras formas (3)
Brasil	43 794 566	65,9	28,8	5,3
Norte	2 670 162	11,7	79,7	8,6
Rondônia	291 242	5,9	89,0	5,1
Acre	114 153	34,7	41,5	23,7
Amazonas	583 246	12,2	76,4	11,3
Roraima	75 155	19,5	77,7	2,8
Pará	1 243 972	11,6	81,7	6,7
Amapá	111 532	6,0	72,9	21,2
Tocantins	250 862	7,6	87,7	4,7
Maranhão	987 510	17,2	64,6	18,2
Mato Grosso	603 498	21,4	75,8	2,9

OBS.:(1) Inclui rede coletora e fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial. (2) Inclui fossa séptica não-ligada à rede coletora de pluvial. (3) Inclui as formas de escoadouro: vala, direto para o rio, lago ou mar e outras.

Fonte: IBGE, 2005.

“Os domicílios urbanos atendidos pelos serviços públicos de coleta de lixo diretamente no domicílio têm se mantido estável no país. Em 2003, 88,6% dos domicílios urbanos brasileiros dispunham de serviço público de coleta de lixo diretamente no domicílio, passando para 88,3%, em 2004” (IBGE, 2005).

A Tabela 30 retrata a situação de coleta de lixo, mostrando que a região Norte permanece abaixo da média nacional, 78,5%, bem como o Pará, que tem apenas 75,8% dos domicílios paraenses com coleta de lixo, sendo que 14,7% não tem acesso ao serviço, no qual vale destacar que apresentou mais que o triplo do percentual percebido pelo país (3,7%). “Quando considerados no Brasil, o conjunto de serviços públicos de saneamento¹¹, 60,3% domicílios urbanos brasileiros dispõem destes serviços. O destaque fica para a Região Sudeste com 82,8% dos domicílios urbanos atendidos, cabendo às demais regiões percentuais bem

¹¹ Aqueles com acesso simultâneo aos serviços públicos de saneamento, rede geral de abastecimento de água com canalização interna, ligados à rede geral de esgotamento sanitário e/ou rede pluvial e atendidos com serviço de coleta de lixo diretamente no domicílio.

inferiores, Norte (9,1%), Nordeste (34,9%), Centro-Oeste (34,4%) e Sul (57,7%)” (IBGE,2005).

Tabela 30: Domicílios particulares permanentes urbanos, total e sua respectiva distribuição percentual, por forma de serviço público de coleta de lixo – 2004

País e Amazônia Legal	Domicílios particulares permanentes urbanos			
	Total	Forma de serviço público de coleta de lixo (%)		
		Com serviço		Sem serviço (1)
		Coletado diretamente	Coletado indiretamente	
Brasil	43 794 566	88,3	8,0	3,7
Norte	2 670 162	78,5	10,5	11,0
Rondônia	291 242	81,7	7,3	11,0
Acre	114 153	73,3	13,4	13,3
Amazonas	583 246	75,1	16,9	8,1
Roraima	75 155	73,9	20,1	6,0
Pará	1 243 972	75,8	9,5	14,7
Amapá	111 532	88,4	8,0	3,6
Tocantins	250 862	95,7	0,8	3,5
Maranhão	987 510	61,8	13,2	25,1
Mato Grosso	603 498	89,4	4,8	5,8

OBS.:(1) Inclui queimado ou enterrado, jogado em rio, lago ou mar e outros.

Fonte: IBGE, 2005.

Em relação aos domicílios com renda domiciliar *per capita*, a Tabela 31 mostra que os que apresentam renda de até 1/2 salário mínimo têm 38,5% de acesso ao conjunto de serviços de saneamento no Brasil, enquanto os com renda domiciliar de mais de 5 salários mínimos chegam a 79%. As diferenças regionais se evidenciam e se acentuam ainda mais quando enfocadas a partir da distribuição do rendimento domiciliar. Na Região Norte, apenas 5,4% dos domicílios com rendimento domiciliar *per capita* de até 1/2 salário mínimo dispõem de saneamento, enquanto para os da faixa acima de 5 salários mínimos, 21,5% têm acesso a serviço semelhante.

Tabela 31: Domicílios particulares permanentes urbanos, total e proporção com serviços públicos de saneamento, por classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* em salário mínimo – 2004

País e Amazônia Legal	Domicílios particulares permanentes urbanos							
	Total (1)	Com serviços públicos de saneamento (2)						
		Total (%)	Classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> em salário mínimo (%)					
			Até 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5
Brasil	43 794 566	60,3	38,5	54,1	66,1	73,7	76,6	79,0
Norte	2 670 162	9,1	5,4	7,3	10,4	13,6	18,6	21,5
Rondônia	291 242	4,3	1,2	2,6	3,5	4,3	11,9	21,3
Acre	114 153	20,1	9,0	19,9	24,3	28,8	36,5	35,4
Amazonas	583 246	10,8	6,1	10,4	12,3	21,4	17,5	13,6
Roraima	75 155	12,4	8,8	11,5	12,3	14,7	23,8	33,3
Pará	1 243 972	8,8	5,4	6,3	11,2	11,7	19,4	21,3
Amapá	111 532	5,4	4,5	4,3	6,2	6,7	0,0	14,3
Tocantins	250 862	8,4	4,4	5,8	8,3	10,7	21,8	29,1
Maranhão	987 510	15,3	6,8	12,8	25,3	24,5	44,1	71,4
Mato Grosso	603 498	18,4	8,5	14,3	19,4	25,8	27,2	29,7

OBS.: (1) Inclusive os sem declaração e sem rendimento. (2) Condições simultâneas de abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede geral e lixo coletado diretamente.

Fonte: IBGE, 2005.

De acordo com a Tabela 31, o Estado do Pará apresenta apenas 8,8% de seus domicílios com acesso a saneamento, sendo que desses, 5,4% auferem renda de até ½ salário-mínimo, 6,3% até 1 salário, 11,2% até 2 salários e 21,3% mais de 5 salários. Os percentuais do Pará mostram que, na Amazônia Legal, no tocante a domicílios com acesso a saneamento, só Rondônia apresenta situação pior que a paraense; quanto ao acesso por faixa de renda, na faixa até 1 salário, novamente só ganha de Rondônia, fato que se repete nas demais faixas de renda.

4.3 TRABALHO E RENDIMENTO

Em 2004, a distribuição percentual da População Economicamente Ativa (PEA) por sexo, no Brasil, era de 56,9% para os homens e 43,1% para as mulheres. Enquanto isso, a participação feminina no mercado de trabalho na região Norte era de 40,1% e no Estado do Pará era de 39,6%. À exceção de Roraima, que apresentou participação feminina de 36,8%, o

Pará foi o Estado com a menor quota de mulheres no mercado de trabalho. Quanto à PEA por situação de domicílio, tanto no Brasil quanto na região Norte e no Pará, a maior parte encontra-se na área urbana, no entanto, há uma distribuição mais equitativa na região Norte e no Pará. Nesse segmento, a participação masculina na área rural é preponderante. Com a cobertura do Norte rural, observou-se que o menor percentual da atividade feminina estava em Roraima (22,2%) e o maior em Rondônia (40,5%), de acordo com dados da Tabela 32.

Tabela 32: População Economicamente Ativa por situação de domicílio e sexo – 2004

País e Amazônia Legal	Total			Urbana			Rural		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Brasil	92 860 128	52 832 703	40 027 425	75 741 787	42 270 231	33 471 556	17 118 341	10 562 472	6 555 869
Norte	6 928 229	4 149 624	2 778 605	4 897 374	2 840 085	2 057 289	2 030 855	1 309 539	721 316
Rondônia	805 526	473 259	332 267	494 734	288 389	206 345	310 792	184 870	125 922
Acre	302 171	179 254	122 917	198 245	113 070	85 175	103 926	66 184	37 742
Amazonas	1 433 793	854 829	578 964	1 082 752	617 196	465 556	351 041	237 633	113 408
Roraima	161 549	102 094	59 455	127 936	75 956	51 980	33 613	26 138	7 475
Pará	3 308 042	1 997 940	1 310 102	2 303 031	1 346 902	956 129	1 005 011	651 038	353 973
Amapá	235 929	135 705	100 224	215 348	122 371	92 977	20 581	13 334	7 247
Tocantins	681 219	406 543	274 676	475 328	276 201	199 127	205 891	130 342	75 549
Maranhão	2 913 896	1 642 654	1 271 242	1 880 961	1 025 762	855 199	1 032 935	616 892	416 043
Mato Grosso	1 485 807	878 684	607 123	1 103 376	628 903	474 473	382 431	249 781	132 650

Fonte: IBGE, 2005.

Em 2004, no Brasil, o percentual de participação feminino foi de 51,6%, mas a distância que separa a taxa masculina da feminina ainda era de 21,6 pontos percentuais. Na região Norte, esse percentual é um pouco menor (49,9%), mostrando que a distancia que separa os sexos é ainda maior (24,6%). O Pará, ao contrário da região Norte, se assemelha ao Brasil, conforme mostra a Tabela 33. Sobre o assunto informa o IBGE (2005):

A taxa de atividade é o indicador que mede a participação da população no mercado de trabalho que está empregada ou procurando trabalho levando em consideração o total da população em idade para trabalhar. A análise deste indicador tem revelado que a participação das mulheres no mercado de trabalho é cada vez maior.

Tabela 33: Taxa de Participação por situação de domicílio e sexo – 2004

País e Amazônia Legal	Total			Urbana			Rural		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Brasil	62,0	73,2	51,6	60,5	71,2	50,8	70,0	82,2	56,4
Norte	62,2	74,5	49,9	59,0	70,8	48,0	71,4	84,0	56,2
Rondônia	65,8	76,7	54,7	60,3	72,0	49,2	77,0	85,6	67,1
Acre	63,9	75,8	52,0	60,0	71,2	49,7	73,0	85,4	58,2
Amazonas	59,6	71,5	47,8	57,5	68,2	47,5	67,1	81,7	48,8
Roraima	55,9	69,2	42,1	55,4	65,9	44,9	58,1	80,9	29,2
Pará	62,4	75,2	49,4	58,9	71,4	47,3	72,0	84,6	56,5
Amapá	54,9	66,0	44,8	54,3	65,0	44,6	62,9	77,4	46,7
Tocantins	66,8	78,8	54,6	64,9	76,8	53,4	71,8	83,3	58,0
Maranhão	62,3	72,3	52,8	57,9	67,5	49,4	72,3	82,3	61,3
Mato Grosso	66,6	79,1	54,3	63,9	75,5	53,1	76,0	90,1	58,7

Fonte: IBGE, 2005.

Com relação à situação de domicílio verificou-se, na Tabela 33, que a taxa de atividade feminina nestas áreas era de 56,4% contra 50,8% nas áreas urbanas, no Brasil e no Norte rural. A menor taxa verificada para o total da população foi para o Amapá (54,3%) e a maior para Tocantins (64,9%), conforme consta da Tabela 33.

A análise da taxa de atividade por grupos de idade revelou que a taxa de atividade do grupo de 10 a 14 anos, idade imprópria por Lei para o trabalho, no Brasil foi de 11,1%, na região Norte 14,9% e no Pará foi de 16,9%. Na faixa dos 15 aos 17 anos a taxa de atividade foi semelhante no país e na região Norte, enquanto no Pará, ficou um pouco acima de 40%. A faixa etária que mais participa do mercado de trabalho é a dos 25 aos 49 anos. Destaque-se a elevada participação do grupo etário dos 60 aos 64, bem como a participação dos acima de 65 anos. As diferenças por sexo, quanto à participação dos diferentes grupos etários no mercado de trabalho, mostraram que, na população de 10 a 14 anos de idade, a atividade era de 14,7%, 19,8% e 22,3% para os meninos contra 7,4%, 9,7% e 11,1% para as meninas no Brasil, na região Norte e no Pará, respectivamente. De modo geral, a participação no mercado de trabalho, por sexo, não difere da geral, e em todas as faixas etárias a participação das mulheres é inferior à dos homens, conforme dados constantes da Tabela 34.

Tabela 34: Taxa de Participação por sexo e grupo de idade – 2004

País e Amazônia Legal	Total								Homens								Mulheres							
	Total	Grupos de idade							Total	Grupos de idade							Total	Grupos de idade						
		10 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 64 anos	65 anos e mais		10 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 64 anos	65 anos e mais		10 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 64 anos	65 anos e mais
Brasil	62,0	11,1	40,4	74,4	82,0	66,3	46,7	23,1	73,2	14,7	48,5	84,9	94,3	82,3	64,9	35,1	51,6	7,4	31,9	64,2	70,6	52,2	30,9	14,1
Norte	62,2	14,9	41,2	69,2	82,2	74,3	56,1	28,9	74,5	19,8	53,3	83,6	95,7	90,2	73,2	42,7	49,9	9,7	28,6	54,6	69,1	58,1	39,2	16,2
Rondônia	65,8	19,5	43,6	75,7	82,5	77,9	49,6	26,8	76,7	24,3	50,3	89,1	96,3	93,8	61,2	38,0	54,7	13,6	35,4	64,1	69,3	57,8	36,9	16,3
Acre	63,9	18,4	43,1	67,6	86,2	78,1	69,5	37,2	75,8	26,6	52,8	83,1	95,9	95,7	82,0	51,8	52,0	10,8	33,6	51,8	76,2	62,8	51,5	21,4
Amazonas	59,6	10,3	35,2	67,9	80,4	72,1	53,8	19,7	71,5	13,9	46,0	79,0	95,2	87,7	73,1	35,5	47,8	6,6	23,8	56,9	66,4	55,7	25,0	6,2
Roraima	55,9	9,0	27,9	61,5	76,5	66,5	67,1	31,0	69,2	12,8	37,3	71,9	91,7	88,5	76,3	52,7	42,1	5,6	18,8	49,6	60,5	39,0	56,8	7,4
Pará	62,4	16,9	43,2	68,4	82,7	73,6	55,2	30,5	75,2	22,3	57,0	85,0	96,2	89,5	71,7	43,8	49,4	11,1	29,0	51,0	69,3	58,4	42,0	18,5
Amapá	54,9	3,6	26,7	63,0	79,9	63,9	35,0	19,1	66,0	4,1	34,9	75,4	91,6	80,1	58,4	31,2	44,8	3,3	19,6	49,9	68,9	52,4	9,5	7,9
Tocantins	66,8	14,7	52,8	76,1	85,3	80,8	68,5	38,0	78,8	19,9	68,6	88,5	96,3	94,2	92,5	50,6	54,6	9,8	36,2	62,2	74,2	65,9	47,4	24,7
Maranhão	62,3	20,1	41,5	68,0	82,5	77,4	62,1	31,7	72,3	26,5	53,4	83,1	92,8	91,3	75,2	41,5	52,8	12,5	30,3	54,7	73,4	64,5	47,4	22,1
Mato Grosso	66,6	14,9	50,4	76,4	83,2	71,6	61,9	33,2	79,1	21,7	60,7	89,2	96,7	86,6	77,8	49,5	54,3	8,2	39,3	64,1	70,3	54,1	42,7	16,9

Fonte: IBGE, 2005.

A Tabela 35 mostra que o grupo mais ativo, no ano de 2004, foi o grupo com 9 a 11 anos de estudo, no Brasil, na região Norte e no Pará. Destaque-se que à medida que a escolaridade avança a distância em relação às taxas de atividade masculina e feminina se reduz. No entanto, no Pará as diferenças ainda são grandes entre homens e mulheres, pois embora os anos de estudo minimizem-nas, percebe-se que nesse Estado os homens permanecem dominando o mercado de trabalho.

Tabela 35: Taxa de Participação por anos de estudo e sexo – 2004

País e Amazônia Legal	Total					Homens					Mulheres				
	Grupos de anos de estudo					Grupos de anos de estudo					Grupos de anos de estudo				
	Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 anos e mais	Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 anos e mais	Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 anos ou mais
Brasil	52,2	51,7	57,9	75,2	82,5	69,2	63,7	70,5	85,3	86,8	36,1	39,7	45,6	66,7	79,0
Norte	59,5	53,5	58,5	74,7	85,7	74,7	66,5	72,8	86,2	89,4	42,2	38,3	44,4	65,1	82,9
Rondônia	57,6	61,5	61,9	76,5	88,9	73,1	73,8	72,6	87,6	92,7	42,3	47,5	49,0	68,4	85,5
Acre	71,3	54,2	54,9	74,4	83,6	83,3	66,0	70,3	85,0	86,9	55,6	41,7	40,7	65,2	81,1
Amazonas	56,7	44,8	54,2	75,4	85,6	72,8	58,1	67,3	86,7	89,9	38,5	29,6	42,1	65,1	82,1
Roraima	58,5	44,1	47,8	67,7	90,2	78,8	59,1	63,0	76,6	94,3	32,2	26,2	31,5	60,0	86,1
Pará	59,7	55,3	60,5	73,5	84,2	74,8	68,6	75,5	86,1	87,6	42,3	39,2	46,3	63,7	81,7
Amapá	48,5	36,6	48,8	69,5	85,2	67,2	44,3	64,2	80,3	86,9	33,2	28,4	34,9	59,6	84,0
Tocantins	60,7	57,6	63,4	82,1	88,0	74,0	69,9	80,3	91,9	91,9	44,6	43,6	44,8	74,0	85,4
Maranhão	61,1	58,8	55,7	72,6	90,3	72,9	68,2	67,9	83,4	96,5	47,3	48,1	45,1	65,3	86,8
Mato Grosso	55,4	60,1	62,5	78,6	85,3	74,3	72,4	78,0	89,1	90,4	36,4	45,7	46,3	69,6	81,9

Fonte: IBGE, 2005.

Analisando agora a população empregada (Tabela 36) percebe-se que no Brasil, em 2004, a distribuição da população ocupada por posição na função se dava da seguinte forma: 30,4% eram empregados com carteira, 22% eram trabalhadores por conta própria, 18,3% de empregados sem carteira, 7,7% trabalhadores domésticos, 7% eram não-remunerados, 6,6% eram militares e estatutários e 4,1% eram empregadores. A população considerada informal (empregados sem carteira e trabalhadores por conta própria) somava 40,3% da população ocupada.

Na região Norte, a distribuição da população por posição na ocupação se dava da seguinte forma: 17,8% eram empregados com carteira, 26,5% eram trabalhadores por conta própria, 20,5% de empregados sem carteira, 7% trabalhadores domésticos, 11% eram não

remunerados, 7,9% eram militares e estatutários e 3,7% eram empregadores. A população considerada informal somava 46,5% da população ocupada na região Norte, enquanto no Pará esse percentual era de 49,7%. No Pará o percentual de trabalhadores não-remunerados era significativamente maior (12,9%). Os maiores percentuais de empregados sem carteira estavam nos estados do Tocantins (25,3%) e Roraima (24,3%), no entanto, o percentual de trabalhadores não remunerados, do Pará, na Amazônia Legal só perde para o Maranhão (13,4%).

Tabela 36: Taxa de Participação por anos de estudo e sexo – 2004

País e Amazônia Legal	Total (1)	Total						
		Posição na ocupação (%)						
		Empregados		Militares ou estatutários	Trabalha- dores domésticos	Conta- própria	Emprega- dores	Não- remune- rados
		Com carteira	Sem carteira					
Brasil	84 596 294	30,4	18,3	6,6	7,7	22,0	4,1	7,0
Norte	6 439 834	17,8	20,5	7,9	7,0	26,5	3,7	11,0
Rondônia	770 629	20,9	15,8	9,0	6,5	23,2	3,9	12,8
Acre	282 112	16,0	17,1	9,7	8,4	26,8	2,6	11,4
Amazonas	1 284 367	22,9	15,7	8,6	7,7	29,4	2,0	8,8
Roraima	148 340	14,5	24,3	15,0	8,4	21,2	1,7	6,6
Pará	3 098 721	16,4	22,6	6,0	6,4	27,1	4,6	12,9
Amapá	204 364	16,7	22,5	13,8	7,8	29,8	0,9	6,7
Tocantins	651 301	12,9	25,3	10,1	7,8	21,5	4,0	6,3
Maranhão	2 719 423	10,8	19,0	5,1	6,4	33,3	2,4	13,4
Mato Grosso	1 401 007	25,3	23,6	7,5	7,6	19,7	3,7	7,5

Nota: Compreendem as pessoas de 10 anos e mais de idade.

(1) Inclusive trabalhadores na produção para o próprio consumo, trabalhadores na construção para próprio uso e sem declaração.

Fonte: IBGE, 2005.

A distribuição da população por posição na ocupação segundo o sexo é bem diferenciada. Entre as mulheres, o trabalho doméstico e não-remunerado (26,2%) supera o emprego formal (com carteira) (25,7%). A maior proporção de mulheres na categoria de militares e estatutários (8,8% contra 5,0% para os homens), por sua vez, está relacionada com o emprego público que, em muitos casos, é realizado por meio de concursos, permitindo o acesso mais igualitário para ambos os sexos. As regiões Nordeste e Norte apresentavam os maiores percentuais de mulheres não-remuneradas, que chegavam a 15,4% e 13,9%, respectivamente, da população ocupada feminina nestas regiões (IBGE, 2005).

A questão da desigualdade pode ser analisada associando as características de posição na ocupação e rendimento familiar, conforme Tabela 37. Os empregados sem carteira e os trabalhadores domésticos são as categorias com as maiores proporções de trabalhadores nessas categorias e vivem com um rendimento familiar de até ½ salário mínimo *per capita* (28,9% e 31,8%, respectivamente). Na região Norte, essas mesmas categorias a 33,7% e 46,5% e no Pará a 36,4% e 47,9%.

Tabela 37: Proporção da população ocupada, com rendimento médio mensal familiar *per capita* de até 1/2 e mais de 2 salários mínimos, por posição na ocupação (%)–2004

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Proporção da população ocupada, com rendimento médio mensal familiar <i>per capita</i> de até 1/2 e mais de 2 salários mínimos, por posição na ocupação (%) (1)											
	Empregados sem carteira		Empregados com carteira		Militares e estatutários		Trabalhadores domésticos		Conta-própria		Empregadores	
	Até 1/2	Mais de 2	Até 1/2	Mais de 2	Até 1/2	Mais de 2	Até 1/2	Mais de 2	Até 1/2	Mais de 2	Até 1/2	Mais de 2
Brasil	28,9	16,0	10,4	28,4	6,0	47,7	31,8	5,6	27,0	20,3	3,6	62,4
Norte	33,7	9,9	19,1	18,6	8,8	37,9	46,5	1,9	33,7	12,1	7,5	46,1
Rondônia	23,3	11,7	14,0	19,4	5,1	43,8	35,7	2,3	24,5	12,6	4,7	59,2
Acre	38,7	13,7	16,2	24,4	5,6	39,5	55,9	3,9	47,5	8,2	2,2	64,0
Amazonas	31,3	13,0	14,5	21,4	9,7	33,1	44,5	1,6	32,5	13,2	4,8	60,7
Roraima	34,6	10,2	15,9	20,4	7,3	37,9	56,0	5,6	47,0	11,4	12,5	68,7
Pará	36,4	8,2	23,5	16,6	10,6	36,1	47,9	1,9	35,2	11,5	10,0	38,5
Amapá	33,0	12,5	28,3	14,3	4,8	44,6	49,3	1,1	32,0	14,2	0,0	50,0
Tocantins	31,2	10,0	17,8	17,0	9,7	40,9	48,4	0,4	29,7	14,1	1,7	50,4
Maranhão	47,8	8,2	24,5	11,7	13,1	32,6	63,3	0,5	57,7	5,1	9,8	36,6
Mato Grosso	15,7	18,5	10,4	26,4	4,4	42,0	20,2	6,9	18,3	25,1	0,6	73,9

Nota: 1. Compreendem as pessoas de 10 anos e mais de idade.

2. Excluídos os pensionistas, empregados domésticos e parente do empregado doméstico.

Fonte: IBGE, 2005.

Em 2004, a dinâmica do emprego por grupamento de atividade revelou que tanto o Brasil quanto a região Norte e o Pará apresentaram situação semelhante, ou seja, a atividade que mais emprega é a de serviços, seguida pela agricultura, comércio, repartições e indústrias, conforme Tabela 38.

Tabela 38: Proporção da população ocupada, por grupamento de atividade – 2004

País e Amazônia Legal	Total (1)	Grupamentos de atividade (%)					
		Agrícola	Indústria	Construção	Comércio e reparação	Serviços (2)	Outras atividades
Brasil	84 596 294	21,0	14,7	6,3	17,3	33,7	6,8
Norte	6 439 834	28,6	11,4	6,5	17,4	31,7	3,8
Rondônia	770 629	36,2	12,1	6,2	14,5	27,6	3,3
Acre	282 112	34,0	5,2	7,2	12,2	38,2	3,2
Amazonas	1 284 367	23,4	14,5	6,3	17,8	33,4	4,4
Roraima	148 340	24,0	7,1	6,5	17,0	42,8	2,6
Pará	3 098 721	28,6	11,8	6,4	18,8	29,5	3,7
Amapá	204 364	9,2	8,8	8,7	19,1	47,8	6,2
Tocantins	651 301	34,8	6,9	6,5	15,0	33,2	3,6
Maranhão	2 719 423	42,4	6,7	5,1	16,1	27,0	2,7
Mato Grosso	1 401 007	30,0	9,8	6,3	18,9	30,3	4,7

Nota: Compreendem as pessoas de 10 anos e mais de idade.

(1) Inclusive outras atividades mal definidas ou não declaradas. (2) Alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicação; administração pública; educação, saúde e serviços sociais; serviços domésticos; outros serviços coletivos, sociais e pessoais.

Fonte: IBGE, 2005.

No mercado de trabalho brasileiro, os maiores rendimentos pagos em 2004 foram para empregadores (R\$ 2.366,30), militares e estatutários (R\$ 1.300,10) e para empregados com carteira (R\$ 784,60); por sua vez, os menores rendimentos observados foram para os trabalhadores domésticos (R\$ 355,20), empregados sem carteira (R\$ 435,70) e trabalhadores por conta própria (R\$ 598,50), conforme dados da Tabela 39.

Tabela 39: Rendimento médio mensal de todos os trabalhos da população ocupada, em reais – 2004

País e Amazônia Legal	Total	Posição na ocupação					
		Empregados		Militares e estatutários	Trabalha- dores domésticos	Conta- própria	Emprega- dores
		Com carteira assinada	Sem carteira assinada				
Brasil	765,90	784,60	435,70	1 300,10	355,20	598,50	2 366,30
Norte	633,60	655,90	405,20	1 102,00	305,10	502,00	1 830,70
Rondônia	755,60	668,60	498,00	1 143,60	298,00	588,60	2 504,10
Acre	686,50	750,30	458,00	1 301,40	307,50	400,10	2 545,60
Amazonas	659,90	739,60	440,60	1 069,30	305,60	514,00	1 973,10
Roraima	645,70	666,20	470,60	1 027,60	274,90	429,50	2 508,60
Pará	587,60	620,90	374,60	1 058,70	311,30	485,30	1 567,00
Amapá	696,60	503,40	492,20	1 379,60	302,40	653,10	1 718,70
Tocantins	615,10	555,90	368,70	1 068,60	286,00	461,90	2 089,20
Maranhão	472,80	563,10	370,50	1 185,90	289,50	255,90	2 318,80
Mato Grosso	823,90	783,20	548,50	1 142,60	326,60	766,10	2 755,90

Nota: 1. Rendimento mensal de todos os trabalhos das pessoas ocupadas de 10 anos e mais de idade com rendimento. 2. Exclusive as pessoas ocupadas sem declaração de posição na ocupação.

Fonte: IBGE, 2005.

A Tabela 39 revela que o rendimento médio pago no Estado do Pará só ganha do Maranhão. O rendimento médio recebido pelos empregados sem carteira também é baixo no Pará e só ganha dos recebidos nos Estados do Tocantins e Maranhão. “Em todas as categorias os homens ganham mais do que as mulheres. O rendimento médio das mulheres era mais próximo ao rendimento dos homens na categoria de empregados sem carteira (representa 93,9% do salário masculino), enquanto a distância era maior entre os trabalhadores por conta-própria (64,6%). Além da desigualdade por sexo, a desigualdade regional é bem marcante. Os menores rendimentos médios foram observados para as regiões Nordeste e Norte do País e os maiores para as demais regiões” (IBGE, 2005).

Ao comparar os rendimentos médios entre as regiões Norte e Centro-Oeste (que apresentou a melhor performance: R\$ 898,60), verificou-se que o rendimento médio no Norte representa cerca de 70,5% do rendimento médio observado no Centro-Oeste. Foi na categoria de trabalhadores domésticos que se evidenciou o menor grau de desigualdade entre a população ocupada. Os trabalhadores do Norte nesta categoria recebiam em média 86,7% do rendimento recebido por estes trabalhadores no Centro-Oeste. A maior diferença observada entre essas duas regiões foi na categoria dos militares e estatutários que foi de (64,35%) em relação ao rendimento dos mesmos trabalhadores no Centro-Oeste.

No Brasil, o emprego com carteira, seja pelo rendimento ou benefícios oferecidos, como o direito ao seguro-desemprego e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), ainda é o que mais desperta interesse por grande parte da população. A procura pelo emprego público (militares e estatutários) também tem crescido nos últimos anos, mas a oferta é mais restrita (a categoria absorve cerca de 7% da população ocupada). Com efeito, observou-se que os maiores rendimentos médios dos empregados com carteira estavam no Distrito Federal e em São Paulo (R\$ 1172,30 e R\$ 945,70, respectivamente), sendo que no Pará chegam a R\$ 1058,70.

A análise do rendimento-hora conjugada com a informação sobre escolaridade é comumente utilizada por teóricos que pesquisam sobre capital humano, para mostrar a importância da educação no desenvolvimento socioeconômico dos indivíduos. O rendimento-hora aumenta com a escolaridade. Em 2004, no Brasil, a população ocupada com até 4 anos de estudo recebia em média R\$ 2,40 por hora trabalhada, enquanto para a população com 12 anos ou mais de estudo o rendimento médio era de R\$ 13,00. Na região Norte era de R\$ 2,60 e R\$ 11,70, respectivamente, enquanto no Pará era de R\$ 2,50 e R\$ 11,70, conforme Tabela 40.

Tabela 40: Rendimento-hora da população ocupada, em reais, por sexo e grupos de anos de estudo – 2004

País e Amazônia Legal	Total	Grupos de anos de estudo			
		Até 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 anos e mais
Brasil	4,70	2,40	3,10	4,50	13,00
Norte	3,80	2,60	2,90	4,00	11,70
Rondônia	4,30	2,90	3,50	4,20	11,70
Acre	4,40	2,30	2,70	6,20	12,10
Amazonas	4,10	2,90	3,00	3,90	12,20
Roraima	4,60	3,30	2,90	4,60	14,40
Pará	3,50	2,50	2,70	3,70	11,70
Amapá	4,50	2,60	3,50	4,50	11,60
Tocantins	3,80	2,50	2,70	3,90	10,10
Maranhão	2,90	1,30	2,40	3,00	13,40
Mato Grosso	4,80	3,00	3,60	5,20	11,50

Fonte: IBGE, 2005.

De acordo com a Tabela 40, a passagem do nível mais baixo de escolaridade para a categoria seguinte (5 a 8 anos de estudo) significava um incremento de cerca de 29% no rendimento médio por hora do rendimento médio recebido no país, 12% na região Norte e 8% no Pará; assim como na categoria posterior, que representa o nível médio, o incremento comparado à categoria anterior era de 45% no país, 38,5% na região Norte e 37% no Pará. Por fim, a pessoa que possui o nível superior elevava o seu rendimento em 189% no país, 193% na região Norte e 216% no Pará, em relação àquela de nível médio. Na Amazônia Legal os mercados de trabalho que menos pagavam para aqueles com menor nível de instrução (até 4 anos de estudo), eram os do Maranhão (R\$ 1,30) e Pará/Tocantins (R\$ 2,50), enquanto os

mercados que melhor remuneravam os trabalhadores de nível superior (12 anos ou mais de estudo) eram os de Roraima (R\$ 14,40), Maranhão (R\$ 13,40) e Amazonas (R\$ 12,20), ficando o Pará na 6ª posição nessa categoria.

A desigualdade de rendimento no mercado de trabalho também pode ser visualizada comparando o intervalo que separa os mais pobres dos mais ricos. No Brasil, em 2004, de acordo com a Tabela 41 o rendimento médio dos 10% mais ricos da população ocupada era 16,2 vezes o rendimento médio dos 40% mais pobres. Na região Norte, foi 13 e no Pará foi 13,4.

A mesma Tabela 41 mostra que entre os 40% mais pobres o rendimento médio do Estado do Pará (R\$ 180,01) só foi superado pelos dos Estados do Maranhão (R\$ 87,20), Tocantins (R\$ 163,16) e Acre (174,37), enquanto entre os 10% mais ricos os rendimentos recebidos no Pará (R\$ 2416,53) só foram superados pelos dos Estados do Maranhão (R\$ 2384,53) e Roraima (R\$ 2375,39), de acordo com a Tabela 41.

Tabela 41: Rendimento-hora da população ocupada, em reais, por sexo e grupos de anos de estudo – 2004

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	40% mais pobres da população ocupada (em milhões)			10% mais ricos da população ocupada (em milhões)			Relação entre rendi- mentos médios (B/A)
	Total (A)	Rendi- mento médio mensal em reais	Rendi- mento médio mensal em salário mínimo	Total (B)	Rendi- mento médio mensal em reais	Rendi- mento médio mensal em salário mínimo	
Brasil	29,55	200,71	0,77	7,39	3 252,15	12,51	16,2
Norte	2,13	196,11	0,75	0,53	2 548,47	9,80	13,0
Rondônia	0,24	231,74	0,89	0,06	3 086,44	11,87	13,3
Acre	0,09	174,37	0,67	0,02	3 066,95	11,80	17,6
Amazonas	0,44	237,51	0,91	0,11	2 424,07	9,32	10,2
Roraima	0,05	206,86	0,80	0,01	2 375,39	9,14	11,5
Pará	1,02	180,01	0,69	0,26	2 416,53	9,29	13,4
Amapá	0,07	230,65	0,89	0,02	2 496,35	9,60	10,8
Tocantins	0,21	163,16	0,63	0,05	2 609,10	10,04	16,0
Maranhão	0,81	87,20	0,34	0,20	2 384,53	9,17	27,3
Mato Grosso	0,49	254,04	0,98	0,12	3 318,60	12,76	13,1

Fonte: IBGE, 2005.

5 POBREZA E O TRABALHO INFANTO-JUVENIL: UM DIAGNÓSTICO DO PROCESSO DE CAUSAÇÃO CIRCULAR NO ESTADO DO PARÁ

O capítulo dois do presente trabalho mostrou que o processo de causação circular é dinâmico e interativo, ou seja, as mudanças são mútuas e sucessivas, de maneira que as variáveis se misturam e se afetam ao mesmo tempo. Portanto, um evento positivo tende a influenciar outros e a criar um círculo virtuoso que se propaga e se expande, e um evento negativo tem efeito contrário, ou seja, aprofunda a crise que se inicia com ele. Dessa forma, analisar o processo de causação circular econômico e social do Estado do Pará torna-se fundamental para que se possa avaliar e, concomitantemente, conhecer as inter-relações existentes entre pobreza e trabalho infanto-juvenil no Estado do Pará. Esse é o objetivo do presente capítulo.

5.1 O CÍRCULO VIRTUOSO DA ECONOMIA

O capítulo dois desta pesquisa, que se concentra na explicação da causação circular a partir dos pressupostos de Myrdal (1960), mostra que, após iniciar um processo de crescimento em determinadas regiões, ocorre um movimento de fluxo de capitais, mercadorias e mão-de-obra para ampará-lo. Esse processo ocorre porque a região em questão já possui estruturas de transporte e comunicação melhoradas, níveis mais altos de educação e uma comunhão mais dinâmica de idéias e valores, na qual todos tendem a fortalecer as forças para a difusão centrífuga da expansão econômica ou remover os obstáculos ao seu funcionamento. Portanto, quando o Governo do Estado do Pará estabeleceu políticas que visavam ao crescimento econômico do estado, ele se aproveitou de fatores internos e externos de crescimento da economia, tais como o bom desempenho brasileiro no comércio exterior e a alta da demanda internacional por produtos como ferro e madeira, que constituem um dos

principais produtos da pauta de exportação do Estado. Aliado a isso, promoveu o redimensionamento da estrutura produtiva do estado, dotando-a de mecanismos que impulsionaram a indústria, setor mais dinâmico da economia, sem deixar de atender aos demais setores, como agricultura e serviços.

Assim, pelo exposto no capítulo três, fica evidente que atualmente a economia do Pará se encontra no epicentro de um círculo virtuoso. Essa afirmação é comprovada pelo desempenho do PIB, que tem crescido a taxas superiores à brasileira, o que significa dizer que existem efeitos em cadeia, para frente, atuando no estado e esses tiveram como propulsores:

- o apoio do setor público à verticalização da agroindústria, por meio de incentivos fiscais, e à industrialização, a qual demanda insumos dos respectivos produtos do setor agropecuário;

- a realização de obras públicas, por parte do Governo do Estado, no que tange à infraestrutura, como melhoria nas rodovias estaduais e vicinais, beneficiando o escoamento da produção do setor, com menores custos;

- progressivas medidas de apoio governamental à mecanização, aperfeiçoamento de técnicos, capacitação dos produtores, além de incentivo à formação de cooperativas.

Como dito anteriormente, essas ações governamentais propiciaram a evolução dos efeitos propulsores e geraram efeitos em cadeia para frente, de maneira que outros indicadores também têm evoluído, ou seja, mais empresas passaram a atuar no mercado, buscando se aproveitar desse crescimento e das vantagens oferecidas. O aumento das empresas gera maior produção, o que favoreceu o incremento das exportações. Esses dois fatores elevam, o estoque de emprego e a renda gerada no Estado. Todos esses indicadores reunidos criam um ciclo de auto-reforço que aumenta, cada vez mais, as perspectivas de crescimento econômico do Estado.

O próprio Governo Estadual admite que esses indicadores evidenciam e confirmam o surgimento de círculo virtuoso do crescimento, que vem propiciando “um novo perfil econômico e a sustentabilidade do desenvolvimento, que estão relacionados, como demonstrado, aos resultados do PIB, à evolução da produção industrial, ao estabelecimento de novas unidades industriais, à produção agrícola, à manutenção do bom desempenho das exportações, à gradual mudança no coeficiente de participação dos produtos manufaturados em relação aos *in natura* e com o aumento no estoque de emprego formal, entre outros” (SEPOF, 2005).

Myrdal, de acordo com o exposto no capítulo dois, afirma ainda que a política de investimento em capital físico ou mais precisamente em infra-estrutura, como a estabelecida no Estado, cria condições favoráveis para a formação de aglomerações de atividades mercantis, além de gerar externalidades para o capital privado que conduzem ao surgimento de um processo dinâmico de endogeneização do excedente econômico local, capaz de atrair excedentes de outras regiões, que produz efeitos multiplicadores crescentes e virtuosos. Logo, verificando o desempenho da economia do Estado, conclui-se que no Pará existem efeitos propulsores atuando no sentido de alavancá-la, no entanto, cabe perguntar se essa performance econômica está se revertendo em ganho social, ou seja, será que a qualidade de vida da população paraense vem melhorando em consequência do desempenho econômico? Alguns indicadores como, o PIB *per capita* e a remuneração média, levam a inferir que não. O próximo item faz uma análise mais precisa sobre o assunto.

5.2 O CÍRCULO VICIOSO DA POBREZA E DO TRABALHO INFANTO-JUVENIL

Analisando, isoladamente, alguns dados econômicos/sociais, como apontado no item anterior, fica fácil admitir que existe um círculo vicioso da pobreza agindo no Pará. De acordo

com o Atlas do Desenvolvimento Humano¹², do PNUD, embora a renda *per capita* média do Estado tenha crescido 19,13%, passando de R\$ 141,52 em 1991 para R\$ 168,59 em 2000, a desigualdade também cresceu, pois o Índice de Gini passou de 0,6 em 1991 para 0,7 em 2000. Para demonstrar o aumento da desigualdade, o Gráfico 4 mostra a porcentagem de renda apropriada por extrato da população.

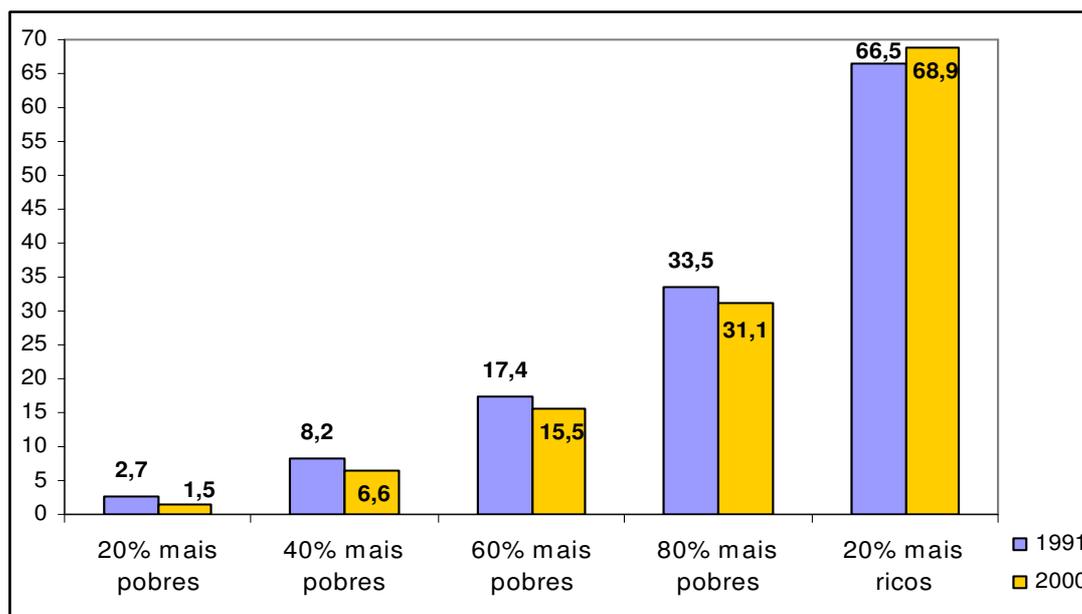


Gráfico 4: Porcentagem da Renda Apropriada por Extratos da População, 1991 e 2000
Fonte: Atlas do desenvolvimento humano, 2000.

O Gráfico 4 mostra que, em 1991, embora a renda apropriada pelos diferentes extratos da população já fosse desigual, os mais pobres ainda tinham mais acesso a ela. Em 2000, ao contrário, a desigualdade se acentua, de maneira que os mais pobres passam a deter cada vez menos renda. De acordo com o IBGE (2005), essa desigualdade está cada vez mais profunda, visto que, em 2003, os 40% mais pobres da população auferiram um rendimento médio *per capita* de R\$ 180,01, enquanto os 10% mais ricos receberam R\$ 2.416,53, valor esse, aproximadamente, 14 vezes superior ao anterior, comprovando o agravamento da desigualdade no Estado. Tal percepção leva a inferir que quanto maior for a desigualdade, menor a renda e maior a pobreza.

¹² O Atlas faz menção aos censos efetuados em 1991 e 2000 por retratarem informações mais completas.

A literatura econômica mostra que a pobreza não é um conceito fechado em si. Existe diferença entre pobreza absoluta e pobreza relativa. A pobreza absoluta está relacionada com as condições mínimas de sobrevivência, ou seja, considera pobre ou indigente todos os que têm uma renda inferior a certo valor monetário. Aqui, indigentes são aqueles que estão situados abaixo da linha de indigência, que corresponde ao valor monetário necessário para comprar uma cesta de alimentos que tenha a quantidade calórica mínima à sobrevivência, e pobres são as pessoas situadas abaixo da linha de pobreza, que acrescenta ao valor da linha de indigência as despesas com moradia, vestuário, transporte, saúde e educação. A pobreza relativa está ligada à exclusão social, ou seja, refere-se à confrontação do nível de vida do indivíduo com o da sociedade onde ele vive. Assim, a pobreza relativa é diferente de lugar para lugar (ROCHA, 2000).

Sen (1981) trata o conceito de pobreza a partir de três vertentes: (i) subsistência, (ii) desigualdade e (iii) externalidade. Enfatizando a privação de capacidades, essa abordagem concentra-se em privações que são intrinsecamente importantes, além da renda, que é importante instrumentalmente. Assim, considerando os conceitos levantados, percebe-se que, no Pará, de acordo com o Gráfico 5, a pobreza e a indigência têm se agravado, ou seja, a porcentagem de pessoas com um mínimo de acesso à renda cresceu. No entanto, esse crescimento foi mais intenso na indigência, que passou de 38% em 1991, para 51% em 2000 (intensidade da indigência). A intensidade da pobreza também avançou, atingindo 51% em 2000. Destaque-se que, embora a proporção dos pobres tenha evoluído, o maior crescimento foi da indigência, fazendo com que ambos os indicadores estejam num mesmo patamar em 2000, ou seja, os pobres têm perdido seu padrão de renda e consumo e, com isso, estão passando à indigência pela falta de condições de manter um mínimo de assistência a suas famílias.

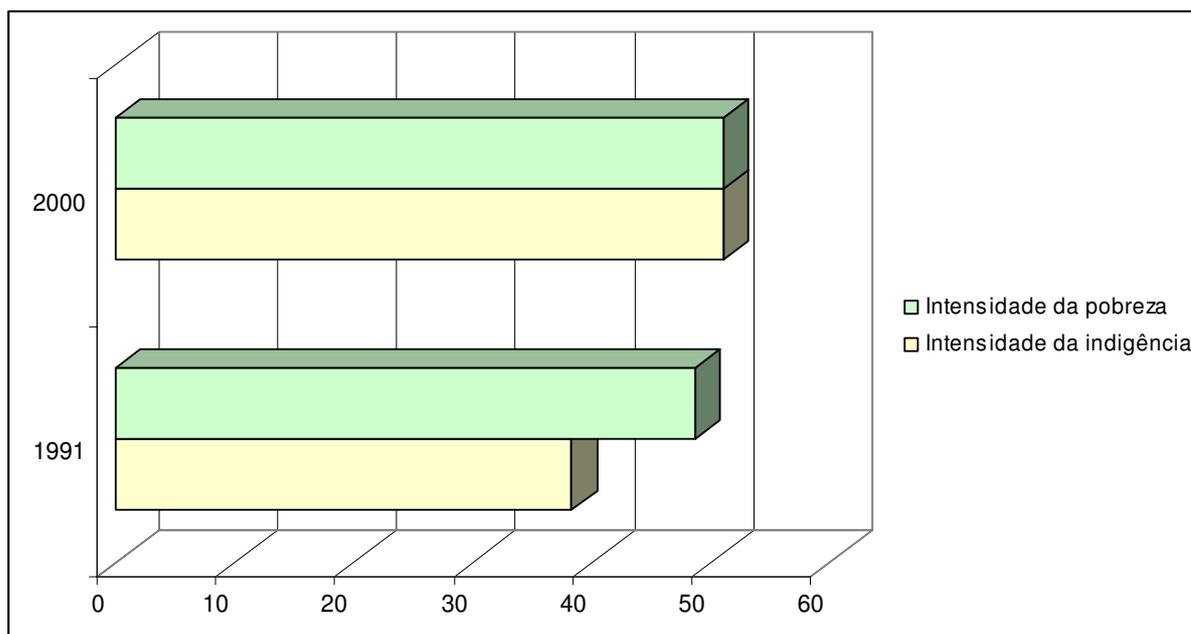


Gráfico 5: Pobreza e Indigência no Estado do Pará, 1991 e 2000

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano, 2000.

As principais causas do aumento da indigência, da pobreza e da desigualdade são as provenientes da dificuldade de acesso à educação e à renda. O crescimento da economia paraense nos anos mais recentes deveria ter acelerado esse processo, aumentando os rendimentos nominais e a renda da população. No entanto, como visto no capítulo 3, verificou-se que, dentre os indicadores alavancados na economia, o de menor desempenho foi justamente o da remuneração média, que teve um incremento, aproximadamente, 50% menor que o verificado pelo PIB no mesmo período. Esse pequeno crescimento da remuneração traz em seu escopo uma realidade que indica um aumento sistemático dos indicadores de consumo, expectativa de vida, educação e condições habitacionais, que, apenas de modo geral, repõe perdas, mas não apresenta ganhos reais que evidenciem uma redução progressiva das condições de pobreza e de indigência.

Um dos indicadores que apontam para o resultado acima é o do crescimento populacional, pois, de acordo com o Gráfico 6, a população paraense continua crescendo, tendo como base a queda da taxa de mortalidade e o aumento da expectativa de vida, o quer dizer que, enquanto a expectativa de vida da população paraense cresceu, aproximadamente, 9

anos, e a taxa de mortalidade se reduziu em quase 50%. Paralelamente a esse dois fatores há de se notar, que no Pará a taxa de fertilidade (23,3) e de natalidade (2,5) ainda são altas, mesmo após decréscimo de quase 50% em ambos.

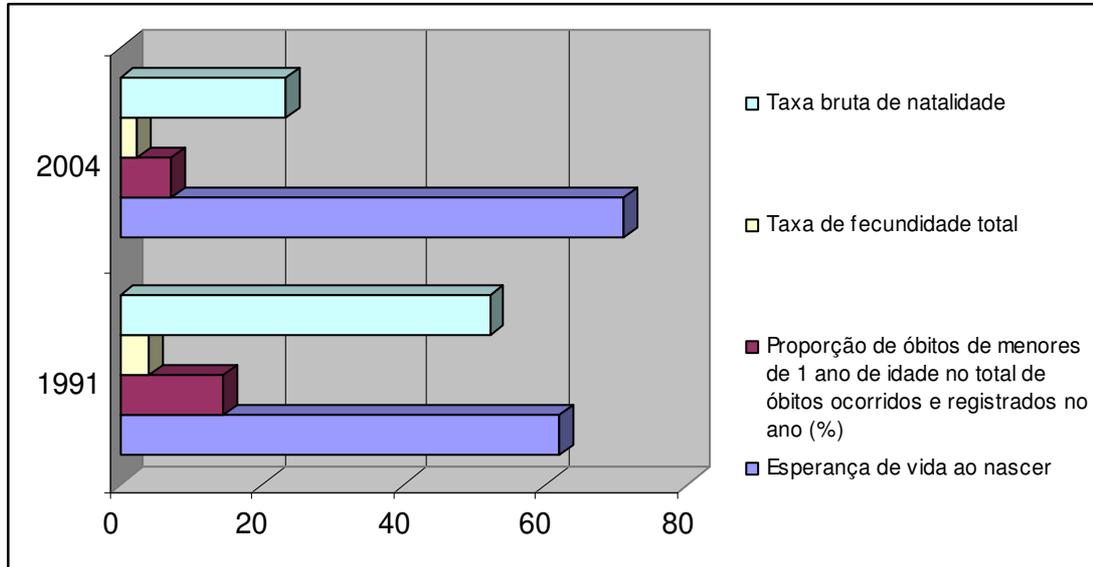


Gráfico 6: População urbana e rural do Pará – 1991 a 2004
 Fonte: IBGE, 2005

O incremento da expectativa de vida, o decréscimo da mortalidade e a manutenção de elevadas taxas de natalidade e de fertilidade favorecem o aumento populacional, conforme evolução demonstrada no Gráfico 7.

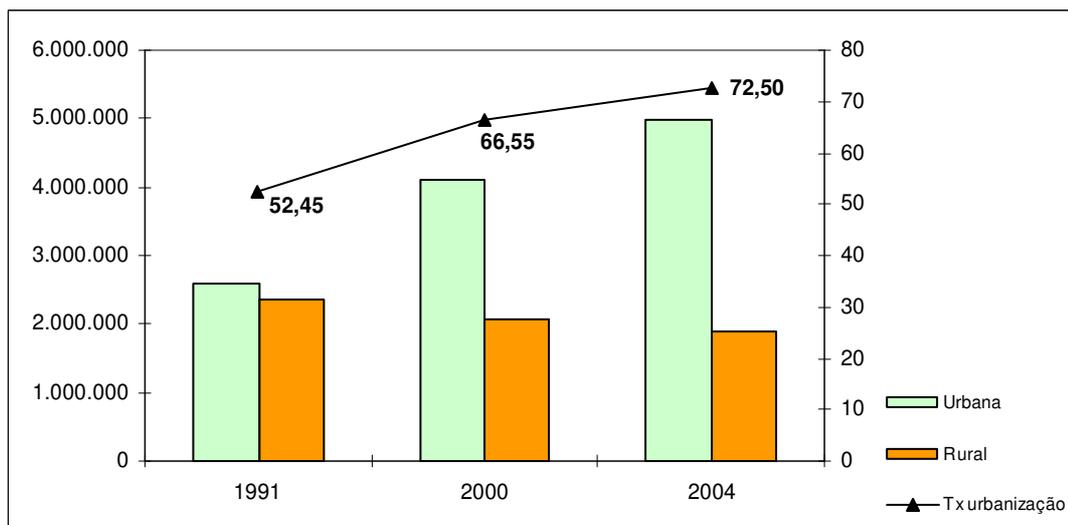


Gráfico 7: População urbana e rural do Pará – 1991 a 2004
 Fonte: IBGE, 2005

O Gráfico 7 mostra que o incremento populacional é constante, mas, em 1991, as áreas urbana e rural praticamente apresentavam o mesmo contingente, no entanto, o crescimento da população tem acelerado o processo de urbanização no Pará, ou seja, cada vez mais a área urbana está sendo o principal objetivo dos imigrantes, quer sejam eles oriundos da área rural, ou de outros Estados. Por isso, em 2004, aproximadamente 73% da população vivia nas cidades, o que acarretava, entre outras conseqüências, a queda na qualidade de vida das pessoas, pois quanto maior a taxa de urbanização, menor é o planejamento de ocupação e menor é o acesso aos serviços básicos e pior é a infra-estrutura de saneamento básico.

O Gráfico 8 mostra que o acesso aos serviços básicos de infra-estrutura teve um bom desempenho, no entanto, existem duas ressalvas a fazer. A primeira é quanto aos serviços de energia elétrica, que foram privatizados. Como um dos grandes objetivos da companhia de energia local era o de expandir sua demanda e o de evitar a fraude, ela ampliou a oferta e a demanda através da melhora no serviço e da fiscalização. A segunda ressalva diz respeito à água encanada, que permanece sob tutela do Estado, e que não apresentou o mesmo desempenho. Seu incremento foi de, aproximadamente, 20 pontos percentuais, passando de 37,7% em 1991, para 57,9% em 2004. Destaque-se que, mesmo com a evolução percebida, no tocante à água, quase metade da população paraense tem que utilizar fontes alternativas para suprir suas necessidades hídricas. Quanto à coleta de lixo, esse é um serviço que teve seu acesso praticamente dobrado de 1991 para 2004, mas, independentemente do resultado alcançado, só 85% da população urbana de 2004 tem direito de usufruí-lo.

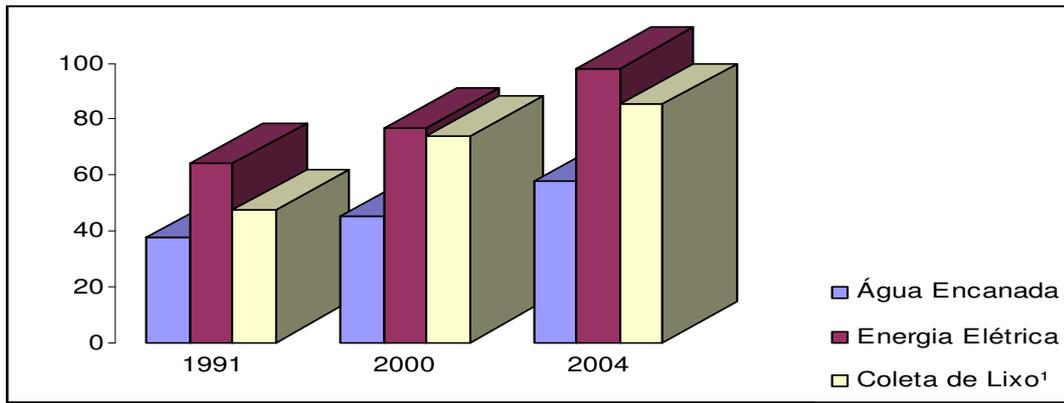


Gráfico 8: Proporção da população paraense com acesso a serviços básicos de infraestrutura

Fonte: IBGE, 2005

Esses indicadores mostram que o Estado vem tentando ampliar sua oferta de serviços públicos, porém ainda não foi capaz de acompanhar a urbanização e o crescimento populacional, deixando, então, de propiciar a melhoria de vida da sua população. O principal risco dessa incompatibilidade entre oferta e demanda por serviços públicos é o da saúde das pessoas, que pode ser prejudicada em função da falta de acesso à água e de coleta de lixo, principalmente.

Embora a categoria saúde não tenha sido objeto direto de estudo deste trabalho, aqui cabe uma breve discussão sobre os serviços ofertados pelo Estado à sua população. O Gráfico 9 mostra que, enquanto a mortalidade geral tem mantido um comportamento ascendente, a mortalidade infantil manteve-se, praticamente, estável, no período de 1996 a 2003.

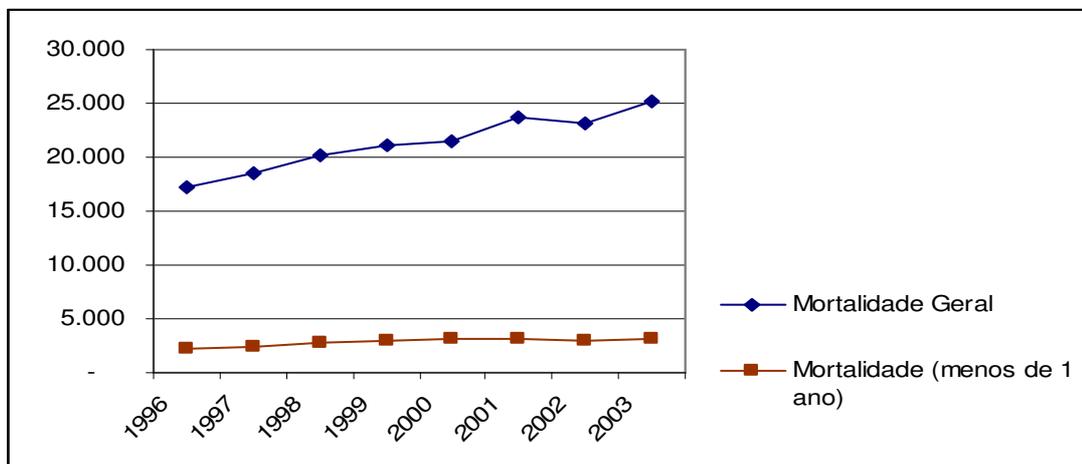


Gráfico 9: Mortalidade geral e infantil - 1996 a 2004

Fonte: SEPOF, 2005.

Sobre a mortalidade geral, o *site* da SEPOF mostra que as principais causas são: doenças do aparelho circulatório, respiratório e digestivo, além daquelas sem causas definidas que, no conjunto geral, levaram a um total de 504.731 mortes registradas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no ano de 2004.

Mesmo considerando os dados acima, percebe-se pelo Gráfico 10, que o número de leitos hospitalares mantém-se, praticamente, inalterado. Uma análise mais apurada mostra que o único período em que o número de leitos efetivamente cresceu foi em 2001, pois em 2002 houve uma involução do número de leitos e em 2003 esse indicador sofreu um pequeno incremento positivo, no entanto, não foi suficiente para repor o montante de 2001.

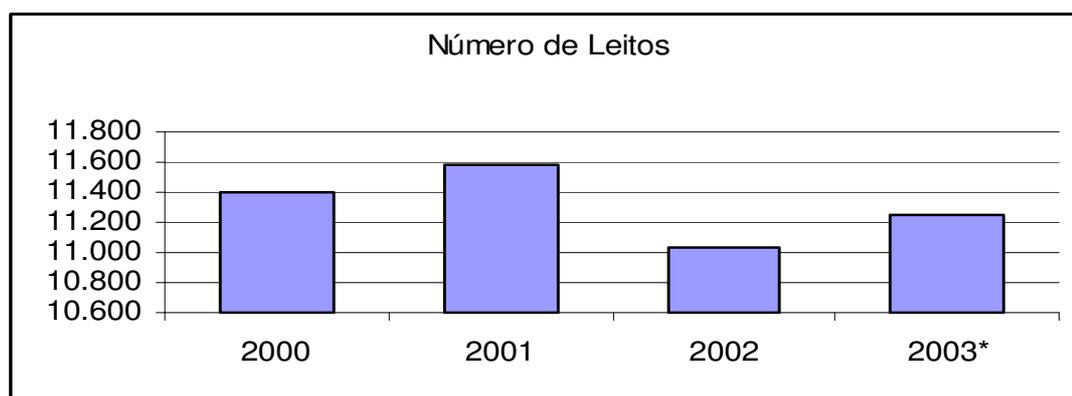


Gráfico 10: Número de leitos 2000 a 2003
Fonte: SEPOF, 2005.

A redução do número de leitos percebida no Gráfico 10 espelha-se no Gráfico 11, no qual se verifica que o número total de estabelecimentos de saúde, no Estado do Pará, teve o mesmo comportamento, ou seja, no período analisado, sofreu um incremento positivo em 2001, um decréscimo em 2002 e em 2003 tornou a haver um crescimento no número de estabelecimentos, no entanto, esse não foi suficiente para atingir o mesmo patamar alcançado em 2001. Ressalte-se que no *site* da SEPOF constam informações que demonstram que no período de 2000 a 2003 houve uma involução no número de Postos de Saúde do Pará, passando de 863 em 2000, para 795 em 2003.

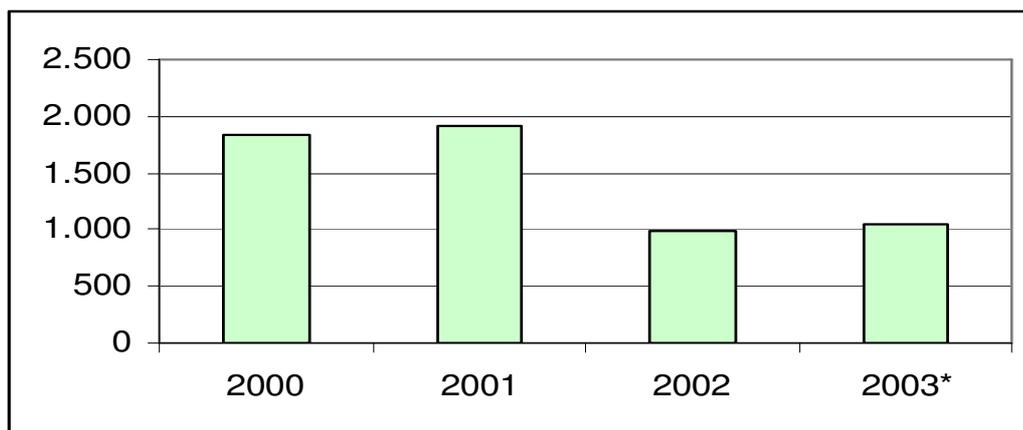


Gráfico 11: Número total de estabelecimento de saúde de 2000 a 2003
 Fonte: SEPOF, 2005.

Os indicadores apresentados levam a inferir, com relação à saúde, que:

- há deficiência no sistema de saúde, no que diz respeito à oferta de serviços à população, quer em quantidade como qualidade, gerando mortes em decorrência de ausência assistência médica.

- há inexistência de acompanhamento médico à população que possibilite diagnósticos precoces e protocolos de tratamento que visem a aumentar a sobrevivência das pessoas e a busca por formas de melhorar a qualidade de vida da população.

Como se sabe, a melhoria da saúde dos povos é compreendida como condição essencial para o sucesso de toda e qualquer estratégia de redução da pobreza, de diminuição de desigualdades e de garantia e proteção dos direitos humanos. Neste sentido, a prática de determinados estilos de vida pode evitar muitos problemas de saúde, razão pela qual a abordagem de temas que com esse se relacionam passa a ser de primordial importância no entendimento da qualidade de vida de uma população. Dentre eles cabe papel de destaque a educação.

Os sociólogos tendem a identificar duas funções sociais opostas na educação: a de ser um canal importante de ascensão e mobilidade social, e a de ser um mecanismo de reprodução e consolidação das desigualdades sociais. A diferença parece estar relacionada com a expansão das oportunidades de trabalho. Se as oportunidades estão em expansão, a educação

funciona como canal de ascensão, gerando inclusive um espaço para a competição meritocrática que altera, em certa medida, hierarquias sociais previamente existentes. Quando as oportunidades de trabalho não estão aumentando, a educação funciona sobretudo como um mecanismo de seleção e recrutamento que reproduz as desigualdades sociais existentes, dada a grande correlação que existe entre desempenho escolar e nível socioeconômico das famílias dos estudantes. Uma terceira possibilidade seria se a expansão da educação, ao gerar novas competências, causasse a expansão das oportunidades de trabalho (SCHWARTZMAN, 2004).

Nesse sentido, o que se percebe no Pará é que há um grande atraso escolar na população paraense, pois aos 10 anos de idade a criança que iniciou a 1ª série com 7 anos deveria estar completando, no mínimo, 4 anos de estudo. Aos 14 deveria completar 8 anos de estudo e aos 17 o adolescente deveria estar concluindo o ensino médio e, logicamente, completando 11 anos de estudo. No entanto, de acordo com o Gráfico 12, a faixa etária que apresenta mais anos de estudo no Pará é a dos 20 aos 24, com 7,2 anos, o que significa dizer que os jovens entram na idade adulta, de modo geral, sem conseguir concluir o ensino médio. Ao mesmo tempo, há que se notar que as crianças, de modo geral, não têm acesso a creches e ao ensino pré-escolar, bem como os idosos (acima de 60 anos) podem ser considerados como analfabetos funcionais, visto que apresentam, apenas, 2,5 anos de estudo.

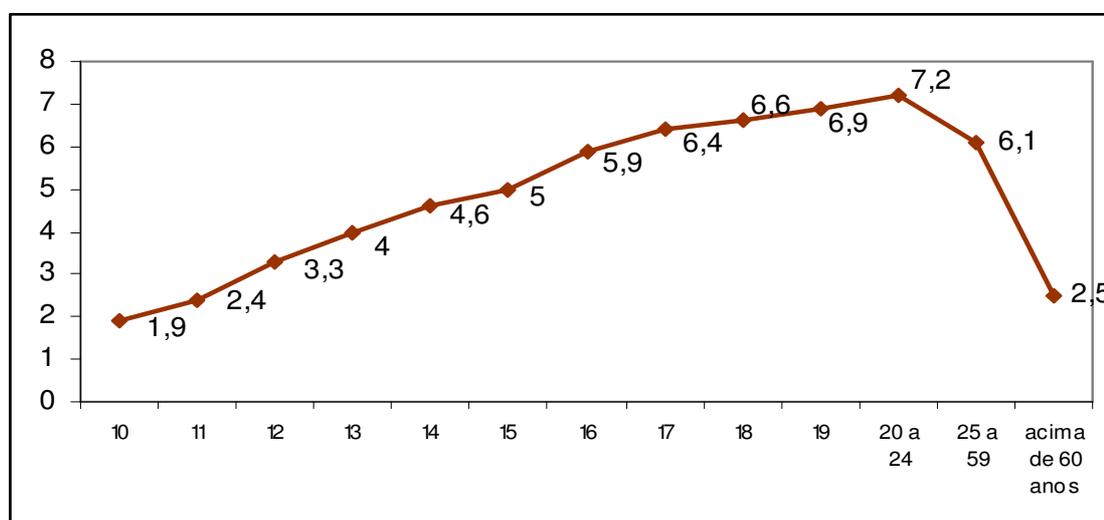


Gráfico 12: Anos de estudo por grupo de idade - 2004

Fonte: IBGE, 2005.

Os dados constantes do Gráfico 12 balizam as informações apresentadas no capítulo quatro deste trabalho, que versa sobre a qualidade de vida da população paraense, pois nele cita-se que apenas 77% dos estudantes matriculados na 4ª série irão concluir o ensino primário, com tempo médio de 6,2 anos de estudos. Quanto ao ensino fundamental a taxa média de conclusão, em relação aos matriculados, é de, aproximadamente, 33% e o fazem com uma média de 11 anos de estudo. Com isso, comprova-se o atraso escolar, uma vez que a 4ª série é concluída com 2,2 anos além do normal e o ensino médio excede em 3 anos o tempo normal de estudo.

Essa expectativa de conclusão do ensino médio se reflete, como um todo, nos anos de estudo da população adulta. O Gráfico 13 mostra que a maior parte da população adulta (25,9%) tem de 4 a 7 anos de estudos, seguida da parcela populacional (20,7%) com apenas 1 a 3 anos de estudo. Destaque-se que quanto mais anos de estudo (acima de 15 anos), menor é a proporção da população (4,2%), bem como a elevada participação das pessoas que não têm instrução ou que apresentam menos de 1 ano de estudo (18,1%).

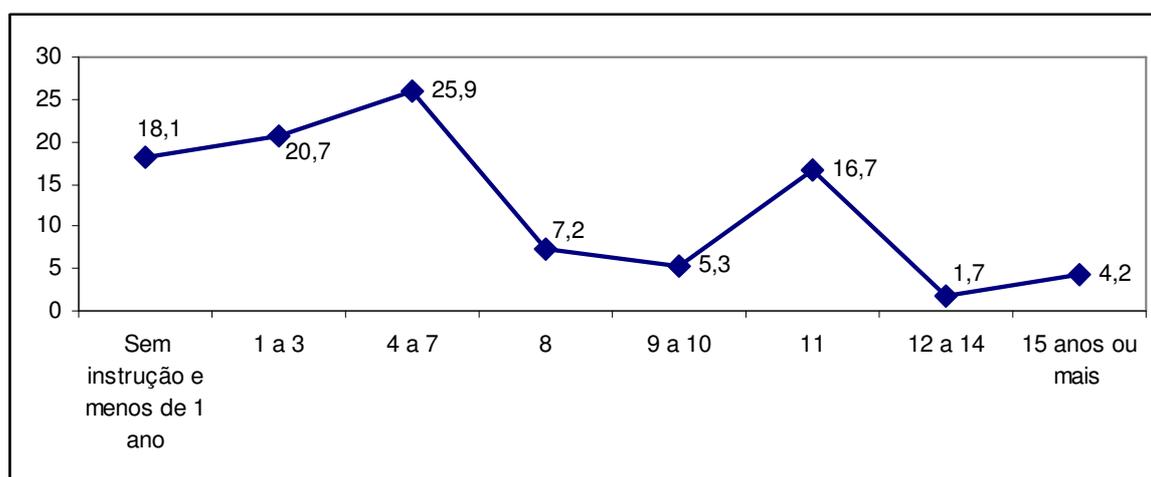


Gráfico 13: Anos de estudo da população acima de 25 anos - 2004
Fonte: IBGE, 2005.

A educação, embora seja preponderante sobre a qualidade de vida da população paraense, também é fortemente influenciada pela renda, pois quanto maior a renda maior é a possibilidade de uma pessoa permanecer mais anos na escola.

O Gráfico 14 mostra que enquanto a população que se encontra no 1º quinto de renda apresenta uma média de 3,7 anos de estudo, os que se classificam no 5º quinto têm uma média de 10,3 anos de estudo, ou seja, desconsiderando o atraso escolar, as pessoas que se encontram no último quadrante da renda têm mais do que o ensino médio completo, enquanto as que se posicionam no primeiro não completaram nem a 4ª série primária.

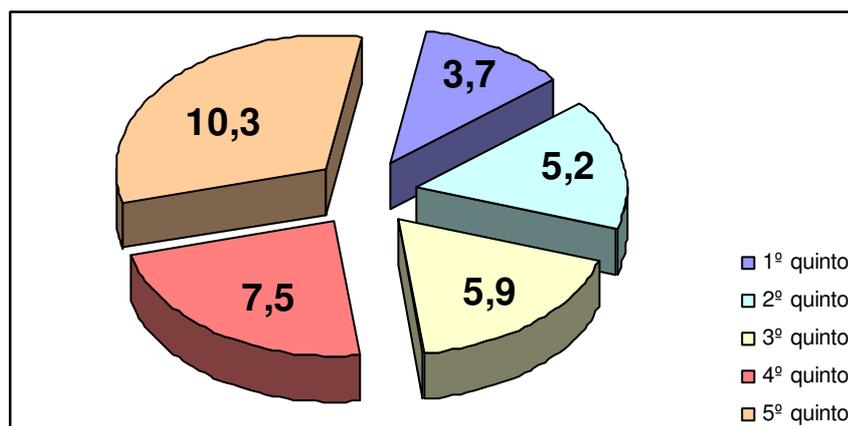


Gráfico 14: Média de anos de estudo da população de 25 anos ou mais de idade, por quintos de rendimento mensal familiar *per capita* – 2004
Fonte: IBGE, 2005.

Entre outras conseqüências, a desigualdade de renda acarreta uma diferenciação de qualificação para o trabalho e de padrão de vida, logo, afeta diretamente a qualidade de vida da população paraense. Assim, pelo verificado no Estado sobre os aspectos de qualidade de vida da população paraense, pode-se inferir que existem efeitos negativos em cadeia atuando no Pará, a saber:

- agravamento da desigualdade de renda;
- elevação da proporção dos pobres e da indigência;
- crescimento populacional constante com taxa de urbanização mantida em mais de 50%;
- os serviços de infra-estrutura e saneamento não foram capazes de acompanhar a urbanização e o crescimento populacional;

- deficiência no sistema de saúde, no que diz respeito à oferta de serviços à população, quer em quantidade como qualidade;

- grande atraso escolar com permanente evasão ao longo de todo o sistema educacional, o que acarreta baixa qualificação para o mercado de trabalho;

- falta de melhorias na qualidade do ensino oferecido.

A inter-relação desses fatores cria um processo em cadeia para trás que não possibilita quebrar o hiato entre crescimento e desenvolvimento, ou seja, enquanto for mantido o *status quo* dominante, os pobres continuarão pobres, com tendência a chegar na mendicância. Tal fato fica explícito pelo princípio da causalidade circular que, como processo social, gera um contínuo no qual uma coisa leva a outra e as mudanças entre elas são mútuas e sucessivas, tornando difícil distinguir o que é causa e o que é consequência uma da outra, pois as variáveis se misturam e se afetam ao mesmo tempo.

Esse é o caso da qualidade de vida da população paraense. O constante crescimento populacional aumenta a demanda por serviços públicos e propicia, concomitantemente, a elevação da urbanização. Como os efeitos da urbanização não são compensados e a demanda por serviços públicos não é integralmente atendida, piora a qualidade de vida da população, que se reflete na saúde das pessoas que passam a apresentar doenças variadas sem possibilidade de tratamento e acompanhamento. A falta da saúde, de modo geral, impede o trabalho e agrava a baixa renda percebida nas famílias, aumentando a carência alimentar e com ela as condições de saúde. Sem ter como suprir o mínimo necessário a suas famílias, as pessoas optam por outras formas de trabalho e, na maioria das vezes, recorrem a seus filhos como mão-de-obra infante-juvenil. Quando introduzidas no mercado de trabalho, as crianças e os jovens, de modo geral, são apartados do sistema educacional. Sem educação, as crianças e os jovens tornam-se adultos sem qualificação e com baixa expectativa de melhorar seu padrão de vida. São baixas as perspectivas, pois a educação é o principal correlato da

desigualdade de renda. Portanto, a educação também age no processo de causalção circular, criando um círculo vicioso da pobreza, que pode ser explicado pelo Gráfico 15.

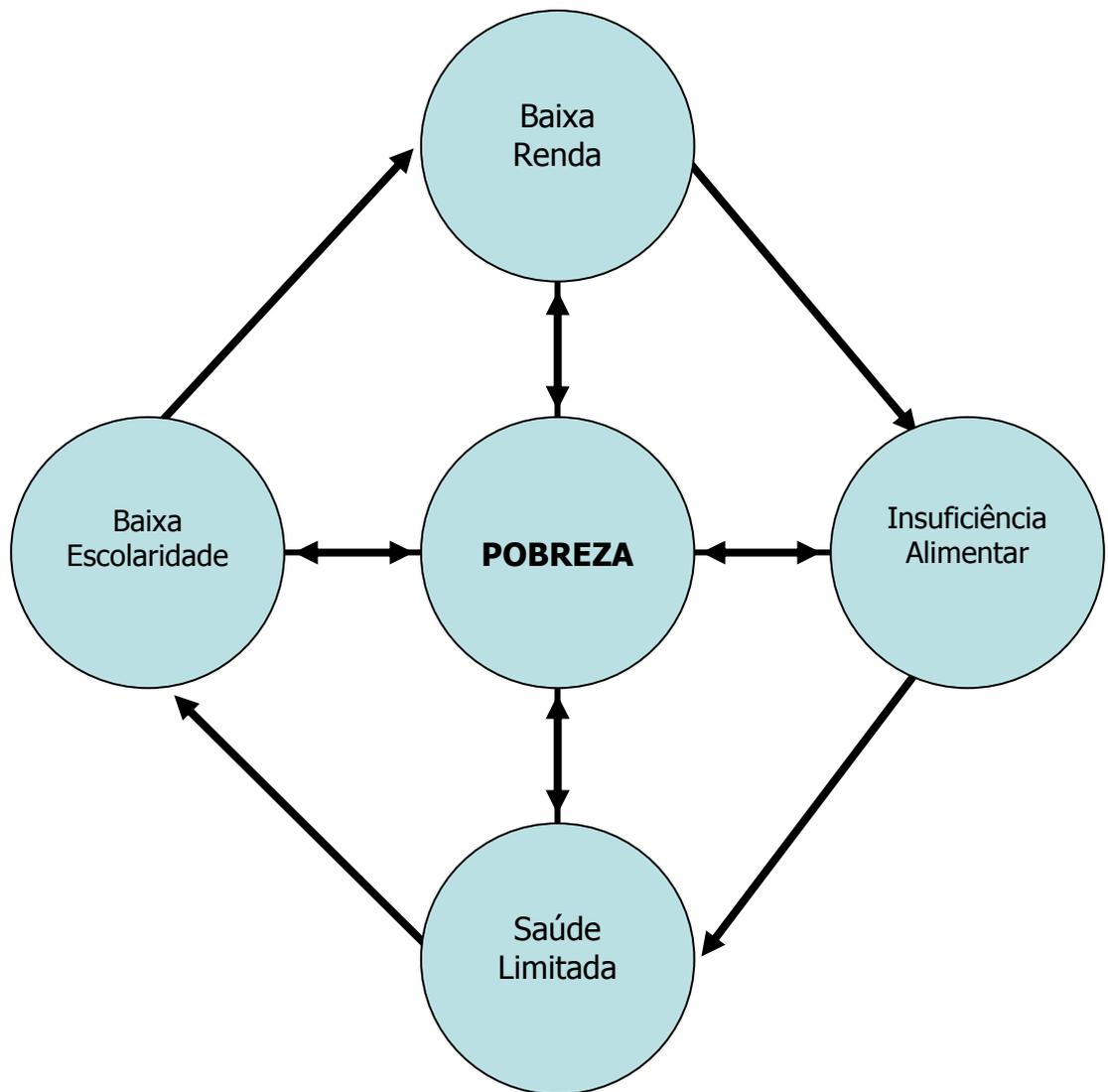


Gráfico 15: Círculo vicioso da pobreza
Fonte: adaptado pelo autor de Myrdal (1960).

Assim, se renda e educação têm uma correlação forte, o Gráfico 15 mostra que o processo de causalção circular gera um círculo de efeitos negativos que intensificam a pobreza e a incidência do trabalho infanto-juvenil, ou seja, quanto menor a escolaridade, menor a renda e maior é a insuficiência alimentar. Não se alimentando adequadamente, as pessoas não conseguem ter um bom aprendizado e, conseqüentemente, não obtêm boa posição no mercado

de trabalho, logo, serão mal remuneradas e, para suprir sua insuficiência de renda, terminam por colocar suas crianças e jovens para trabalhar. Ao ingressar no mercado de trabalho, mesmo que seja no informal, na maioria das vezes, saem da escola e culminam por reproduzir a vida dos pais, no tocante à pobreza e à incidência do trabalho infanto-juvenil.

Pelo exposto, observa-se que os rendimentos são parte integrante e determinante do processo de causação circular da pobreza e do trabalho infanto-juvenil. O objetivo do próximo capítulo é analisar o rendimento e seus efeitos no trabalho infanto-juvenil do estado do Pará.

6 O TRABALHO INFANTO-JUVENIL

O capítulo cinco mostrou que existem inter-relações entre pobreza, educação e saúde e que esses são fatores que tendem a intensificar a incidência da pobreza. O capítulo dois demonstrou que a educação pode ser um poderoso ativo para evitar a pobreza, pois, melhorando a educação das pessoas, elas têm mais chances de conseguir melhores empregos com melhor remuneração, logo, diminuem as desigualdades de salários e reduz-se o trabalho infanto-juvenil. Dessa forma, o presente capítulo tem por objetivo analisar a influência da renda e da educação sobre o emprego e sobre o trabalho infanto-juvenil.

6.1 DESIGUALDADE COMO CONSEQÜÊNCIA DO TRABALHO

A população economicamente ativa (PEA) do estado do Pará, totalizava em 2004, 3.308.042 pessoas, sendo que o percentual de homens nessa população era de 60,39%, e das mulheres 39,61%. Conforme demonstra o Gráfico 16, quase 70% desse segmento populacional encontrava-se na área urbana, enquanto a área rural concentrava apenas 30%.

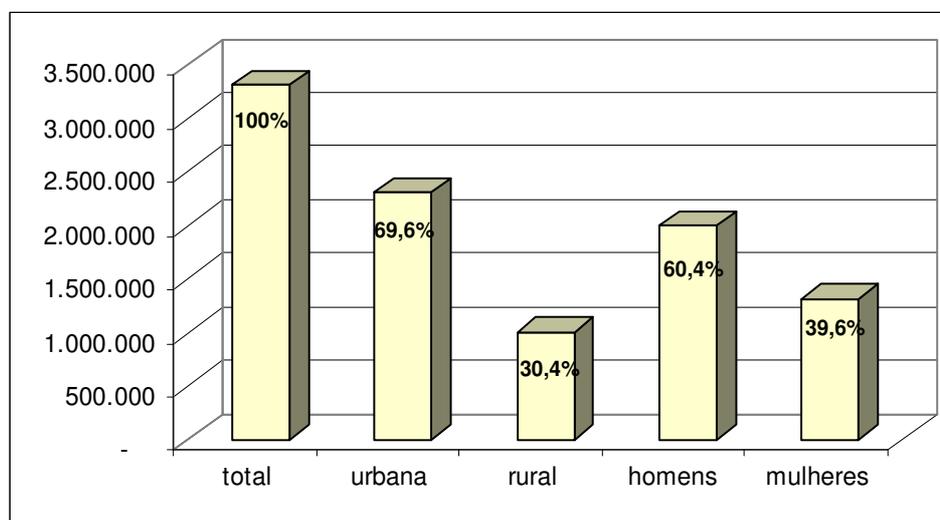


Gráfico 16: População Economicamente Ativa do Pará - 2004

Fonte: IBGE, 2006.

Cabe observar que a taxa de atividade do Estado é de 62,4% e a de desemprego é de 37,6%. A taxa de atividade masculina é de 75,2%, significando que as mulheres têm menor participação no mercado. Quanto à área do domicílio, a urbana apresenta Taxa de 58,9%. Se for considerada a atividade produtiva, o Gráfico 17 mostra que o segmento de serviços é o que mais emprega, seguido pela agricultura, comércio, indústria e construção.

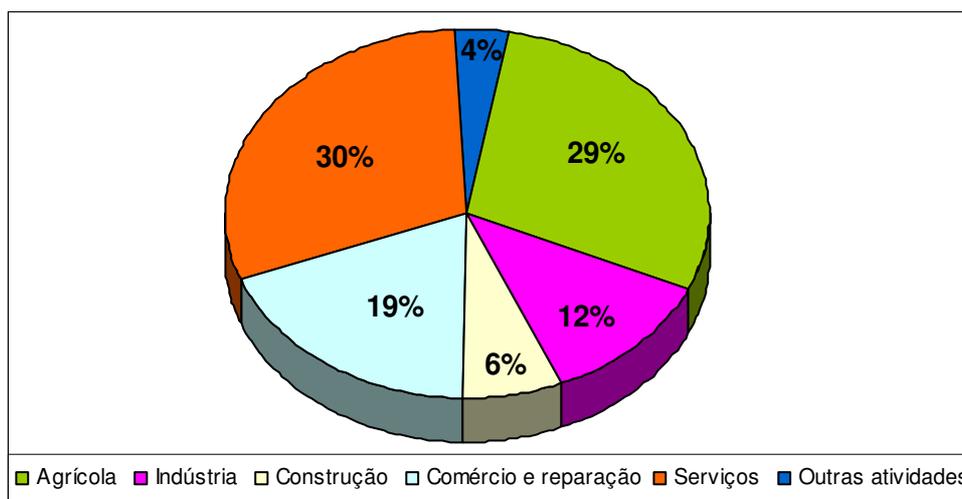


Gráfico 17: População Economicamente Ativa do Pará - 2004

Fonte: IBGE, 2006.

Quanto aos rendimentos recebidos, o Gráfico 18 mostra que, de maneira geral, a população ativa empregada recebe rendimentos médios de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo por mês. As únicas exceções acontecem na categoria dos empregadores e dos militares e estatutários, que recebem rendimentos superiores a 2 salários mínimos. Além disso, existe uma grande diferença dentro das categorias, ou seja, é mínimo o percentual de trabalhadores domésticos que recebem mais de 2 salários, fato que se repete na categoria dos empregados sem carteira assinada e dos empregados por conta própria.

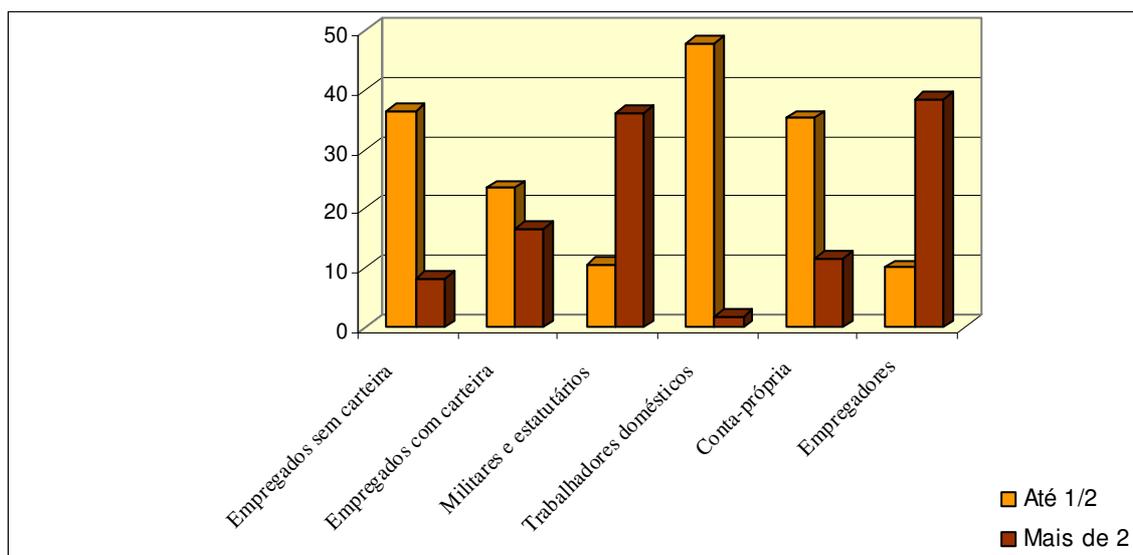


Gráfico 18: População Economicamente Ativa por categoria de emprego no Pará - 2004
Fonte: IBGE, 2006.

O Gráfico 18 mostra ainda que, do total da PEA, existe um percentual que trabalha sem carteira assinada e por conta própria, o que leva a inferir que a falta de empregos formais subjugua os trabalhadores a aceitarem serviços que lhes garantem baixa remuneração e, de modo geral, nega-lhes os direitos trabalhistas, ou seja, o mercado de trabalho paraense não é capaz de absorver a mão-de-obra ativa do Estado, conseqüentemente, a subsistência leva essas pessoas a procurarem formas alternativas de trabalho. Por outro lado, percebe-se que grande percentual das pessoas sobrevive com menos de $\frac{1}{2}$ salário, o que chama a atenção, porque tal remuneração não lhes garante condições e oportunidades de mudar sua condição de vida, pois não têm possibilidade de se alimentar com qualidade e regularidade, tendo poucas chances de concorrer no mercado de trabalho, tanto pelo aspecto lógico, quanto pelo aspecto intelectual.

Os filhos oriundos dessas famílias (que trabalham sem carteira assinada, por conta própria e que percebem menos de $\frac{1}{2}$ salário mínimo) não têm condições mínimas de se alimentar e estudar regularmente, pois começam a trabalhar, como forma de complementar a renda de suas famílias, passando a fazer parte de uma estatística que preocupa, não somente pela perda de oportunidades que essas crianças e jovens vão encarar no futuro, como também não estarão capacitadas para entrar no mercado de trabalho, uma vez que não obterão

qualificação adequada para tal, em função de não gozarem seus direitos previstos na Constituição Federal: educação e saúde. Essa é uma situação que se perpetua por longo tempo no Brasil e no Estado do Pará, assunto que será discutido no próximo item.

6.2 O TRABALHO INFANTO-JUVENIL

Trabalho infanto-juvenil é aquele realizado por crianças e adolescentes que estão abaixo da idade mínima para entrar no mercado de trabalho e que executam tarefas insalubres e perigosas, comprometendo sua integridade física, moral e psicossocial. Pelo verificado até agora neste trabalho, principalmente quanto ao analisado nos capítulos quatro e cinco, a principal causa de as crianças e jovens serem obrigados a trabalhar é a pobreza. O que ocorre é que as famílias de baixa renda precisam sobreviver e, para isso, travam uma verdadeira luta diária, em consequência, como provado no capítulo cinco, da limitada atuação governamental nas áreas de saúde, educação, moradia, saneamento básico, programas de geração de renda, entre outros.

Com base nessas informações, a pesquisa por amostra de domicílio (PNAD) do ano de 2001 constatou-se que no estado do Pará, das 1.281.308 crianças e jovens na faixa etária de 5 a 17 anos, 134.897 trabalhavam, o que significa 10,52% do total da população nessa faixa etária, conforme Tabela 42.

Tabela 42: Pessoas de 5 a 17 anos de idade, por situação de ocupação e situação do domicílio, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2001

Unidades da Federação	Pessoas de 5 a 17 anos de idade								
	Total	Urbana	Rural	Situação de ocupação na semana de referência					
				Ocupadas			Não ocupadas		
				Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Brasil	43 125 753	35 094 841	8 030 912	5 482 515	3 219 881	2 262 634	37 631 080	31 862 802	5 768 278
Rondônia	269 168	269 168	...	20 843	20 843	...	248 325	248 325	...
Acre	121 936	121 936	...	11 862	11 862	...	110 074	110 074	...
Amazonas	666 710	666 710	...	43 810	43 810	...	622 900	622 900	...
Roraima	74 301	74 301	...	4 463	4 463	...	69 838	69 838	...
Pará	1 281 308	1 281 308	...	134 897	134 897	...	1 144 867	1 144 867	...
Amapá	67 780	67 780	...	3 411	3 411	...	64 369	64 369	...
Tocantins	345 280	241 983	103 297	63 241	36 471	26 770	282 039	205 512	76 527

Fonte: PNAD, 2004.

A Tabela 42 mostra que na região Norte o Pará é o Estado que apresenta maior parcela da população nessa faixa etária. Além disso, considerando o total de crianças e jovens ocupados, verifica-se que também é o Estado da região que mantém maior número de pessoas nessa faixa etária ocupadas.

Segundo os dados da PNAD do ano de 1989, o equivalente a, aproximadamente, uma em cada cinco crianças e adolescentes, com idade entre 10 e 17 anos, já estava incorporada ao mercado de trabalho (19,4% do total desse grupo). É válido notar que a amostra sofreu modificações, ampliando-se a faixa etária para 5 a 17 anos, o que evidencia que houve uma redução significativa na participação de 20% em 1989 para 10,52% em 2001. No entanto, essa redução pode estar relacionada simplesmente com a ampliação da faixa etária, levando-se a pensar equivocadamente que ainda é menor o número de crianças colocadas para trabalhar.

Considerando a mesma faixa etária (5 a 17 anos) a Tabela 43 mostra que os homens representam 67,30%, ou seja, 90.791 contra uma participação feminina de 44.106, que representa 32,70% do total dos trabalhadores infanto-juvenis do estado do Pará.

Tabela 43: Pessoas de 5 a 17 anos de idade, por situação de ocupação e sexo - 2001

Unidades da Federação	Pessoas de 5 a 17 anos de idade								
	Total (1)	Homens (1)	Mulheres (1)	Situação de ocupação na semana de referência					
				Ocupadas			Não ocupadas		
				Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Brasil (2)	43 125 753	21 780 021	21 345 732	5 482 515	3 570 216	1 912 299	37 631 080	18 202 892	19 428 188
Rondônia (3)	269 168	136 924	132 244	20 843	13 693	7 150	248 325	123 231	125 094
Acre (3)	121 936	60 167	61 769	11 862	6 797	5 065	110 074	53 370	56 704
Amazonas (3)	666 710	332 198	334 512	43 810	27 275	16 535	622 900	304 923	317 977
Roraima (3)	74 301	38 440	35 861	4 463	3 090	1 373	69 838	35 350	34 488
Pará (3)	1 281 308	633 743	647 565	134 897	90 791	44 106	1 144 867	542 180	602 687
Amapá (3)	67 780	34 871	32 909	3 411	2 194	1 217	64 369	32 677	31 692
Tocantins	345 280	177 285	167 995	63 241	46 166	17 075	282 039	131 119	150 920

Fonte: PNAD, 2001

Cruzando o percentual de crianças e jovens com a frequência escolar, a Tabela 44 mostra que a parcela de crianças e jovens que freqüentavam a escola e estavam trabalhando ao mesmo tempo é menor do que a das crianças e jovens que só estão ocupadas, ou seja, do total de 134.897 ocupadas, 34.346 apenas se encontram trabalhando e estão longe da escola.

Tabela 44: Pessoas de 5 a 17 anos de idade, por frequência à escola e situação de ocupação na semana de referência, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2001

Unidades da Federação	Pessoas de 5 a 17 anos de idade								
	Total			Frequência a escola					
	Total	Situação de ocupação na semana de referência		Total	Freqüentavam		Total	Não freqüentavam	
		Situatão de ocupação na semana de referência			Situação de ocupação na semana de referência			Situação de ocupação na semana de referência	
		Ocupadas	Não Ocupadas		Ocupadas	Não Ocupadas		Ocupadas	Não Ocupadas
Brasil	43 125 753	5 482 515	37 631 080	38 690 783	4 400 454	34 280 780	4 429 306	1 081 579	3 346 916
Rondônia	269 168	20 843	248 325	230 958	15 530	215 428	38 210	5 313	32 897
Acre	121 936	11 862	110 074	104 866	8 392	96 474	17 070	3 470	13 600
Amazonas	666 710	43 810	622 900	585 766	34 816	550 950	80 944	8 994	71 950
Roraima	74 301	4 463	69 838	70 015	3 777	66 238	4 286	686	3 600
Pará	1 281 308	134 897	1 144 867	1 131 912	100 551	1 029 817	149 396	34 346	115 050
Amapá	67 780	3 411	64 369	64 124	2 924	61 200	3 656	487	3 169
Tocantins	345 280	63 241	282 039	300 587	53 750	246 837	44 693	9 491	35 202

Fonte: PNAD, 2001.

Vale ressaltar que a carga de trabalho dessas crianças e jovens é muitas vezes igual ou superior à da mão-de-obra adulta, como demonstram os dados da Tabela 45.

Tabela 45 - Pessoas de 5 a 17 anos de idade ocupadas, por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos - 2001

Unidades da Federação	Pessoas de 5 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência				
	Total	Grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos			
		Até 20 horas	21 a 39 horas	40 horas ou mais	Sem declaração
Brasil	5 482 515	2 286 847	1 356 840	1 836 598	2 230
Rondônia	20 843	6 129	3 884	10 830	-
Acre	11 862	5 643	2 605	3 614	-
Amazonas	43 810	11 607	13 634	18 569	-
Roraima	4 463	1 373	1 887	1 203	-
Pará	134 897	41 607	43 153	50 137	-
Amapá	3 411	1 462	1 218	731	-
Tocantins	63 241	25 716	17 491	20 034	-

Fonte: PNAD, 2001

A Tabela 45 mostra que no Pará aproximadamente 31% das crianças e jovens na faixa etária dos 5 aos 17 anos trabalham até 20 horas por semana, o que corresponde a uma jornada de trabalho de 5 dias por semana com carga horária de 4 horas diárias. Quando a carga horária semanal sobe para a faixa de 21 a 39 horas, o percentual de crianças e jovens cresce para 32%, correspondendo a uma jornada de 5 dias com carga horária de aproximadamente 8 horas diárias. Na faixa de 40 horas ou mais, 37% das crianças e jovens trabalham mais de 8 horas diárias, durante cinco dias por semana.

Quanto à remuneração dessa mão-de-obra percebe-se que está aquém da dos adultos como demonstra a Tabela 46. Do total de crianças e jovens ocupados (134.897), 56,37% (76.047) recebiam até 1 salário mínimo. Por outro lado, 49.180 declararam não receber remuneração pelo seu trabalho, perfazendo 36,46% do total dessa faixa etária, o que prova que além de mal remuneradas, muitas vezes essas crianças não obtêm renda em contrapartida de seu trabalho, o que aprofunda ainda mais a pobreza.

Tabela 46 - Pessoas de 5 a 17 anos de idade, ocupadas por classes de rendimento mensal do trabalho principal - 2001

Unidades da Federação	Pessoas de 5 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência				
	Total	Classes de rendimento mensal do trabalho principal (salários mínimos)			
		Até 1	Mais de 1	Sem rendimento	Sem declaração
Brasil	5 482 515	2 153 996	619 033	2 689 756	19 730
Rondônia	20 843	13 688	2 657	4 498	-
Acre	11 862	5 353	1 156	5 353	-
Amazonas	43 810	20 309	7 543	15 958	-
Roraima	4 463	2 403	515	1 545	-
Pará	134 897	76 047	9 515	49 180	155
Amapá	3 411	976	486	1 949	-
Tocantins	63 241	27 826	4 007	31 408	-

Fonte: PNAD, 2001

Ressalte-se que, de acordo com a Tabela 46, o Estado do Pará reproduz a situação do Brasil e dos demais Estados da região Norte, ou seja, a grande maioria das crianças e jovens na faixa etária dos 5 aos 17 anos, quando recebe algum tipo de remuneração por seu trabalho, de modo geral, recebe apenas 1 salário mínimo.

A conjugação dessas informações com os dados escolares do estado do Pará apresentados na Tabela 47 reflete a relação entre educação e trabalho infanto-juvenil, pois, embora a maior parte das crianças e jovens na faixa etária dos 5 aos 17 anos freqüentem a escola, em sua grande maioria, estão nas escolas públicas, tendo ainda uma pequena parcela que efetivamente não vai à escola. O fato de freqüentar escolas públicas ou de não ir à escola leva a inferir que essas são pessoas pertencentes a famílias de baixo poder aquisitivo que carecem de renda extra para suprir suas necessidades, o que é causa e conseqüência do trabalho infanto-juvenil. Ao contrário dessa situação, as crianças e jovens que freqüentam escolas particulares são oriundas de famílias com melhor renda que permitem que suas crianças permaneçam apenas estudando, freqüentando a escola e as atividades ali desenvolvidas habitualmente, como aulas obrigatórias ou ocupacionais, práticas de esportes,

lazer e outras atividades curriculares e extracurriculares, que ajudam a afastar essa população do processo de trabalho infanto-juvenil.

Tabela 47: Pessoas de 5 a 17 anos de idade, por freqüência à escola, e a rede de ensino que freqüentavam, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2001

Unidades da Federação	Pessoas de 5 a 17 anos de idade					
	Total	Freqüência a escola				
		Freqüentavam			Não freqüentavam	Sem declaração
		Total	Pública	Particular		
Brasil	43 125 753	38 690 783	33 279 019	5 389 832	4 429 306	5 664
Rondônia	269 168	230 958	200 914	30 044	38 210	-
Acre	121 936	104 866	90 538	14 328	17 070	-
Amazonas	666 710	585 766	534 710	51 056	80 944	-
Roraima	74 301	70 015	67 610	2 405	4 286	-
Pará	1 281 308	1 131 912	977 418	154 494	149 396	-
Amapá	67 780	64 124	63 149	975	3 656	-
Tocantins	345 280	300 587	271 078	29 509	44 693	-

Fonte: PNAD, 2001

Por todo exposto, pode-se afirmar que o trabalho infanto-juvenil ocorre de forma generalizada no Pará e deve ser ainda mais acentuado do que o aqui abordado, uma vez que a área rural do Estado não foi objeto da PNAD 2001. Além disso, as atividades agrícolas, de modo geral, são as que mais agregam pessoas no processo produtivo, principalmente quando se trata de cultura de subsistência realizada com mão-de-obra familiar, aí incluídas suas crianças e jovens.

A necessidade de auxílio nos afazeres domésticos, nas culturas de subsistência, conjugada com a importância de elevar a renda familiar, culmina por encaminhar as crianças e jovens para o trabalho, normalmente, afastando-as da escola. Essa situação faz com que no futuro não consigam uma formação profissional que lhes permitam obter melhores ganhos financeiros por seu trabalho e nem apresentem qualificação necessária para desempenhar tarefas mais complexas que requerem maior conhecimento.

Dessa forma, a manutenção de baixos níveis de escolaridade termina por empurrar o indivíduo ao subemprego, ao desemprego ou à ocupação de baixa qualificação e, portanto, de

menor remuneração, reproduzindo a situação de seus pais, num círculo vicioso de pobreza extremamente perverso, como demonstrado no Gráfico 19.

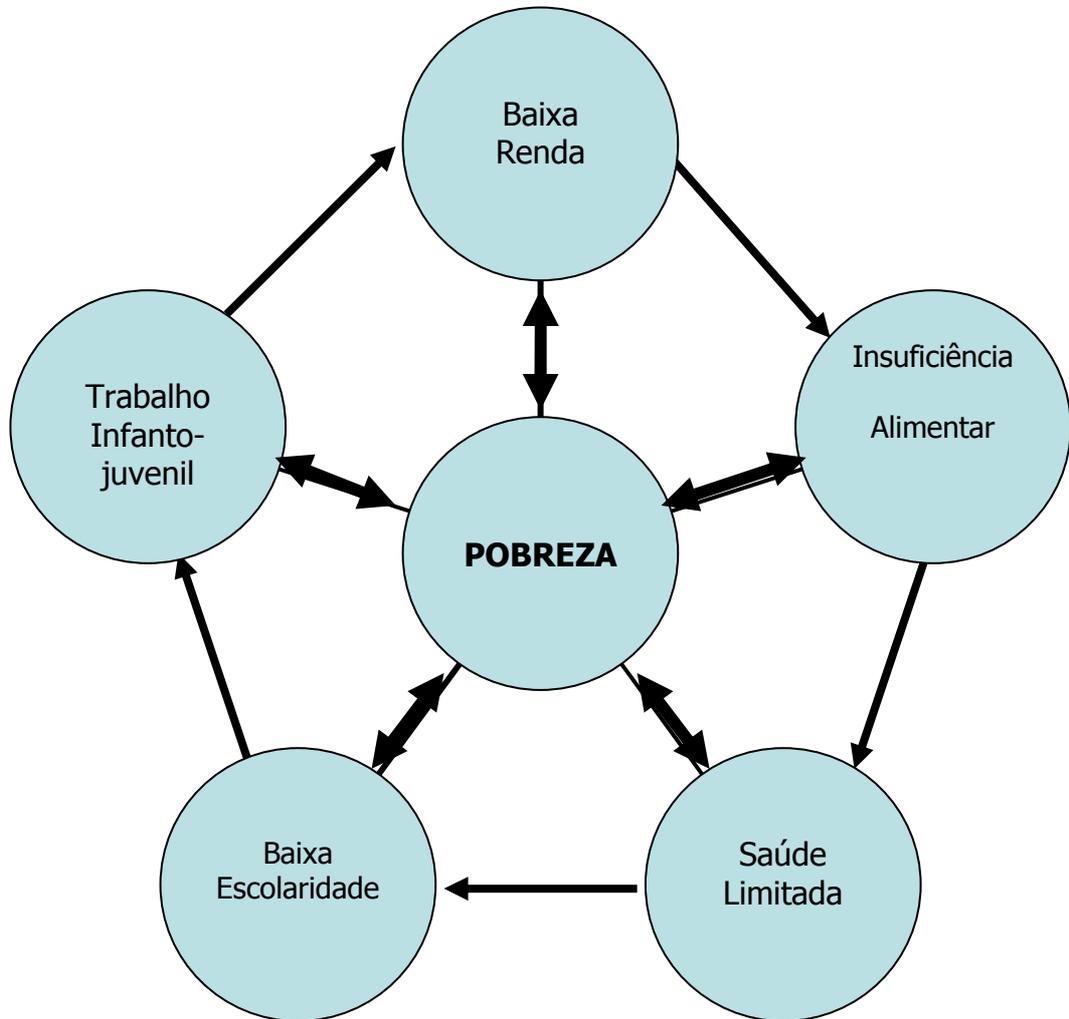


Gráfico 19: Círculo vicioso da pobreza e do trabalho infanto-juvenil
Fonte: adaptado pelo autor de Myrdal (1960).

As crianças e jovens que ingressam no círculo demonstrado no Gráfico 19 são forçadas a assumir responsabilidades em casa ou acabam indo elas mesmas buscar a complementação da renda familiar. Tal situação culmina com que, ao chegarem à fase adulta, essas mesmas crianças e adolescentes, reproduzindo a vida de seus pais. Ao ganhar pouco, não têm como se alimentar direito e terminam por não ter uma vida saudável. Por terem poucas opções e perspectivas e necessitarem de uma renda complementar, esses pais fazem seus filhos

buscarem atividades remuneradas para desempenhá-las, o que, de modo geral, os tiram da escola. O que essas crianças e jovens ganham com isso? Nada, pois sem a educação provavelmente não terão um futuro promissor.

Muitos pais acreditam que com seus filhos ingressando cedo ao trabalho terão dignidade e isso os afastará da criminalidade. Mas não é bem isso que geralmente acontece, pois passam a viver num clima de constante exploração infanto-juvenil, fato que atenta contra os direitos humanos e culmina com crianças e jovens que deixam a educação escolar de lado. Quebrar esse círculo vicioso da pobreza e do trabalho infanto-juvenil torna-se fundamental para que as pessoas possam ter um melhor padrão de vida e um futuro digno. Discutir esse assunto é o objetivo do próximo capítulo.

7 A RUPTURA DO CÍRCULO VICIOSO DA POBREZA E DO TRABALHO INFANTO-JUVENIL

Como demonstrado no capítulo dois do presente trabalho, Myrdal (1960) defendia a criação de políticas públicas de intervenção que pudessem contrariar os efeitos negativos que mantêm e acentuam o círculo vicioso da pobreza e do trabalho infanto-juvenil. Tais políticas devem propor reformas que melhorem a capacidade da população de suprir suas necessidades, dando-lhes maiores oportunidades de vida e gerando-lhes melhor qualidade de vida. A interferência estatal, se bem coordenada, pode criar meios de fortalecer os “efeitos propulsores”, eliminando, aos poucos, os efeitos negativos e gerando um círculo virtuoso do desenvolvimento social. Dessa forma, o presente capítulo tem por objetivo analisar as políticas públicas implementadas para esse fim, principalmente aquelas voltadas para a redução do trabalho infanto-juvenil e da pobreza. Para tanto, o capítulo está subdividido em duas partes. Na primeira etapa, apresentam-se as políticas e os investimentos realizados; e na segunda, faz-se uma análise dos resultados obtidos, projetando-se um cenário de longo prazo.

7.1 POLÍTICAS PÚBLICAS: PROGRAMAS E INVESTIMENTOS

De alguns anos para cá, tem se acentuado, no Governo, o entendimento quanto à idéia de que as disparidades sociais não permitem que os benefícios do crescimento sustentado sejam repartidos igualmente entre os diferentes grupos sociais. Por conta disso, ao longo do tempo, o governo federal vem promovendo políticas públicas de transferência de renda que visam, basicamente, a aumentar o poder aquisitivo das famílias e a possibilidade de as crianças permanecerem, apenas, estudando, sem comprometerem, todo o seu futuro, entrando no mercado de trabalho sem formação específica.

Dentre os vários programas em vigência no Brasil sob a tutela dos municípios paraenses, há que se destacar, em relação ao tema deste trabalho os seguintes:

Auxílio-Gás: Programa de transferência de renda a famílias carentes, para compensar o aumento do valor do gás de cozinha, efetivado a partir da abertura do mercado. Criado em 2002, com a edição da MP 18/2001, de 28/12/2001 (Artigos 5º e 6º), posteriormente convertida na Lei 10.453, de 13/05/2003, e instituído pelo Decreto 4.102, de 24/01/2002. A partir de outubro de 2003, com o lançamento do Programa Bolsa-Família, os beneficiários do Auxílio Gás começaram a ser integrados ao programa unificado. Público-alvo: Famílias de baixa renda prejudicadas com o fim do subsídio ao preço do gás de cozinha. Benefício concedido: repasse de R\$ 7,50 mensais por família. O recurso é pago bimestralmente, em parcelas de R\$ 15,00.

Bolsa-Alimentação: Programa de transferência de renda a famílias carentes para combater a mortalidade infantil e a desnutrição. Instituído pela Medida Provisória nº 2206, de 10/08/2001, e regulamentado pelo Decreto nº 3934, de 20/09/2001. A partir de outubro de 2003, com o lançamento do Programa Bolsa-Família, os beneficiários começaram a ser integrados ao programa unificado. Público-alvo: Crianças de 0 a 6 anos, gestantes e nutrizes de famílias com renda mensal *per capita* inferior a meio salário mínimo. Benefício concedido: R\$ 15 por beneficiário, até três beneficiários.

Bolsa-Escola: Programa de transferência de renda a famílias carentes para combater a evasão escolar e o trabalho infanto-juvenil. Criado pela Lei nº 10.291, de abril/2001, e regulamentado pelos decretos nº 3.823/01 e 4.313/02. A partir de outubro de 2003, com o lançamento do Programa Bolsa-Família, os beneficiários começaram a ser integrados ao programa unificado. Público-Alvo: Crianças de 7 a 14 anos com renda familiar mensal *per capita* inferior a R\$ 90. Benefício concedido: R\$ 15 por beneficiário, até 3 beneficiários.

Bolsa-Família: Programa de complementação de renda que beneficia famílias pobres. Instituído pela Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, posteriormente convertida na Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. O Bolsa Família unificou os seguintes programas de transferência de renda do Governo Federal: Bolsa-Escola, Auxílio-Gás, Bolsa-Alimentação e Cartão-Alimentação. Público-Alvo: Famílias com renda mensal *per capita* de até R\$ 100. Benefício concedido: Para famílias com renda mensal de até R\$ 50, benefício fixo de R\$ 50, tenham elas filhos ou não. Além do valor fixo, as famílias com filhos entre 0 e 15 anos têm um benefício variável de R\$ 15 por filho, até o limite de três benefícios. Para famílias com renda mensal acima de R\$ 50 e até o limite de R\$ 100, o Bolsa-Família paga mensalmente o benefício variável de R\$ 15 por filho de 0 a 15 anos, até o limite de três benefícios.

Cartão Alimentação: Programa de transferência de renda a famílias carentes em situação de insegurança alimentar. Criado pela Medida Provisória nº108, de 27 de fevereiro de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº 4.675, de 16 de abril de 2003. A MP foi convertida na Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, que institui o Programa Nacional de Acesso à Alimentação. A partir de outubro do mesmo ano, com o lançamento do Programa Bolsa-Família, os beneficiários começaram a ser integrados ao programa unificado. Público-alvo: Famílias com renda familiar mensal *per capita* inferior a meio salário mínimo. Benefício concedido: R\$ 50 mensais.

Outros programas, de igual importância, desenvolvidos no Brasil e sob a tutela do estado são:

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI): implantado desde 1999, está em atuação em 141 municípios paraenses, atende crianças de 07 a 14 anos que estejam desempenhando atividades consideradas perigosas, penosas, insalubres, prejudiciais ao seu desenvolvimento pessoal e social. É desenvolvido pela SETEPS em parceria com as

administrações municipais. Atua nas seguintes vertentes: concessão da bolsa criança-cidadã às famílias, manutenção das crianças e adolescentes na jornada ampliada e na escola, apoio socioeducativo e programas de geração de trabalho e renda para as famílias. Age como um Programa de Mobilização Social nos municípios, assessorando, monitorando e formatando ações socioeducativas, para a redução dos índices da exploração do Trabalho Infanto-juvenil. Atua com o suporte do Fórum Estadual do Trabalho Infanto-juvenil (conjunto de Instituições que interagem sobre o problema), dispondo ainda do apoio das Regionais de Proteção Social no acompanhamento direto nos municípios.

Agente Jovem: Programa de Desenvolvimento da Cidadania, destinado a jovens na faixa etária de 15 a 17 anos que se encontram em Situação de Risco Pessoal e Social. O participante é instrumentalizado por meio de oficinas socioeducativas para, mais tarde, retribuir com ações educativas à sua Comunidade – Protagonismo Juvenil. A SETEPS desenvolve ações de assessoramento e monitoramento, implementando as atividades nos 24 municípios onde o Programa está implantado.

Programa de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (Sentinela): Realiza ações especializadas para o atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, proporcionando-lhes serviços que permitem construir, num processo coletivo, as garantias de seus direitos fundamentais, o fortalecimento da auto-estima e a responsabilidade do direito à convivência familiar e comunitária em condições dignas. Com base na Doutrina de Proteção Integral, o Governo do Estado desenvolve o Programa de Mobilização Social, implementando políticas que reduzam os fatores de risco da situação de abuso e exploração sexual infanto-juvenil, tendo como suporte a Rede Estadual de Enfrentamento do Problema.

Educação Infantil (PAC - Programa de Atenção à Criança): Serviço de Ação Continuada que dá atendimento à crianças na faixa etária de 0 a 6 anos em creche e pré-

escola. É executado pelos municípios, sob a coordenação da SETEPS, incluindo atividades psico-pedagógicas e de apoio familiar para o desenvolvimento da criança e de seu grupo familiar para o exercício de cidadania.

Projeto Roda Moinho (Criança Desnutrida): Desenvolve ações de combate à desnutrição e mortalidade infantil em crianças de 0 a 5 anos de famílias carentes de/com comprovado risco social. É desenvolvido em 24 municípios em parceria com a Pastoral da Criança.

Assim, dada a existência de diversos programas, tanto no âmbito municipal quanto estadual, que promovam a transferência de renda visando a redução da pobreza e do trabalho infante-juvenil, deve-se analisar como esses investimentos estão sendo distribuídos para a população. O IBGE (2005) relata que de um total de 51.802.121 domicílios permanentes apenas 16% (8.059.643) recebiam dinheiro de programa social, em 2004. Desse percentual, apenas 4% (324.430) corresponde aos domicílios paraenses, ante um total de 1.668.834 que não recebem dinheiro de programa social do Governo, o que demonstra a pequena possibilidade de acesso, no Brasil e no Pará.

O Gráfico 20 compara os Estados da Amazônia Legal mostrando que a mesma situação do Brasil se repete em todos eles, ou seja, poucos são os domicílios permanentes contemplados com dinheiro de programas sociais. É possível observar também que dentre os Estados da Amazônia Legal, o Pará é o segundo colocado em relação ao percentual de domicílios assistidos, ou seja, mesmo tendo uma população superior à de todos os outros, recebe menos auxílio que o Maranhão. Por outro lado, há que se notar também que as observações constantes dos capítulos quatro e cinco demonstram ser esses os Estados que mais carecem de ajuda para reverter a grande desigualdade de renda existente.

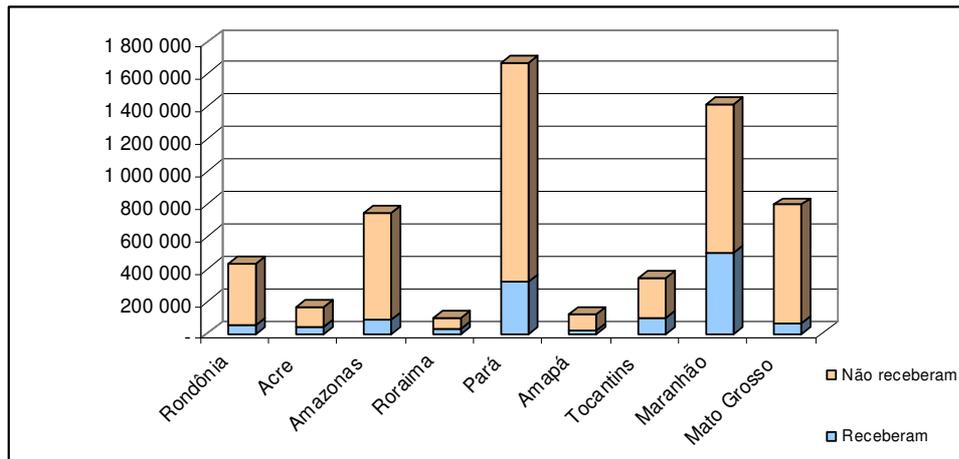


Gráfico 20: Domicílios permanentes, por recebimento de dinheiro de programa social do governo no mês de referência - 2004

Fonte: IBGE, 2005.

Os domicílios paraenses que tiveram acesso a auxílio governamental receberam, em média, até meio salário mínimo, como demonstra o Gráfico 21.

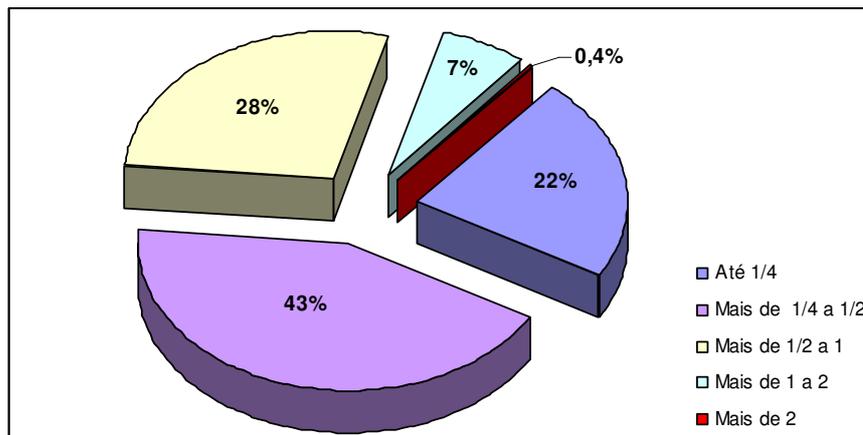


Gráfico 21: Domicílios permanentes, por recebimento de dinheiro de programa social do governo e classes de rendimento mensal domiciliar per capita - 2004

Fonte: IBGE, 2005.

De acordo com o Gráfico 21 e considerando o salário mínimo de R\$ 300,00 (ano base de 2005), pode-se inferir que 43% dos domicílios permanentes recebiam até R\$ 150,00; 28% percebiam até R\$ 300,00 e 22% até R\$ 75,00. Isso significa dizer que, de modo geral, 65% receberam até R\$ 150,00. No entanto, muito resta a fazer, pois de acordo com o Gráfico 22 a maior parte dos recursos destinados ao Pará advém do programa bolsa-escola (72%), valor

correspondente a R\$ 18.796.330,00, em março de 2006, demonstrando a pouca margem de ação disponível no Estado.

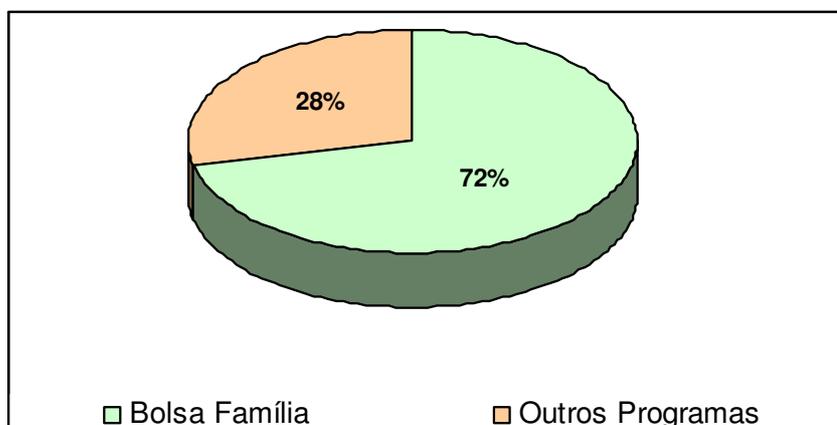


Gráfico 22: Investimento em Programas Sociais e de Transferência de Renda no Estado do Pará – mar/2006

Fonte: Ministério do desenvolvimento Social, mar/2006.

Quanto ao orçamento do Governo Federal para esse fim, cabe observar que gradativamente o volume de recursos para os programas sociais e de transferência de renda estão se elevando. No entanto, o montante investido ainda representa muito pouco diante das necessidades, principalmente ao se constatar que, considerando o montante do PIB, todo o valor investido não ultrapassa 0,3% do PIB Nacional, no ano de 2003, de acordo com a Tabela 47.

Tabela 47: Investimento em Programas Sociais e de Transferência de Renda - Brasil

Investimento	1999	2000	2001	2002	2003
Agente Jovem	900.000	10.100.000	18.698.762	43.263.639	43.604.146
Auxílio-Gás	-	-	-	606.903.015	800.203.134
Bolsa-Alimentação	-	-	393.345	118.811.565	264.420.355
Bolsa-Escola	-	-	409.795.290	1.532.202.990	1.429.510.350
Bolsa Família	-	-	-	-	572.404.152
Cartão Alimentação	-	-	-	-	290.134.510
PETI	81.944.239	122.888.179	252.887.222	386.301.925	394.376.904
Sentinela	-	-	6.020.000	16.173.142	16.173.142
Total	82.844.239	132.988.179	687.794.619	2.703.656.276	3.810.826.693
PIB Nacional (R\$ milhão)	973.846	1.101.255	1.198.736	1.346.028	1.514.924
% do PIB	0,01%	0,01%	0,06%	0,20%	0,25%

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social, 2006.

Analisando, por outro lado, a distribuição dos recursos, o Gráfico 23 mostra que enquanto em 1999 o PETI e os Programas Sentinela e Agente Jovem eram os únicos

existentes, a partir de 2000, foram sendo ampliados de maneira que, em 2003, parte dos recursos destinados ao Bolsa-Escola foram redistribuídos para os programas de bolsa-família e Cartão Alimentação. Ao mesmo tempo, aumentou a participação do bolsa-alimentação e diminuiu a do Auxílio-Gás.

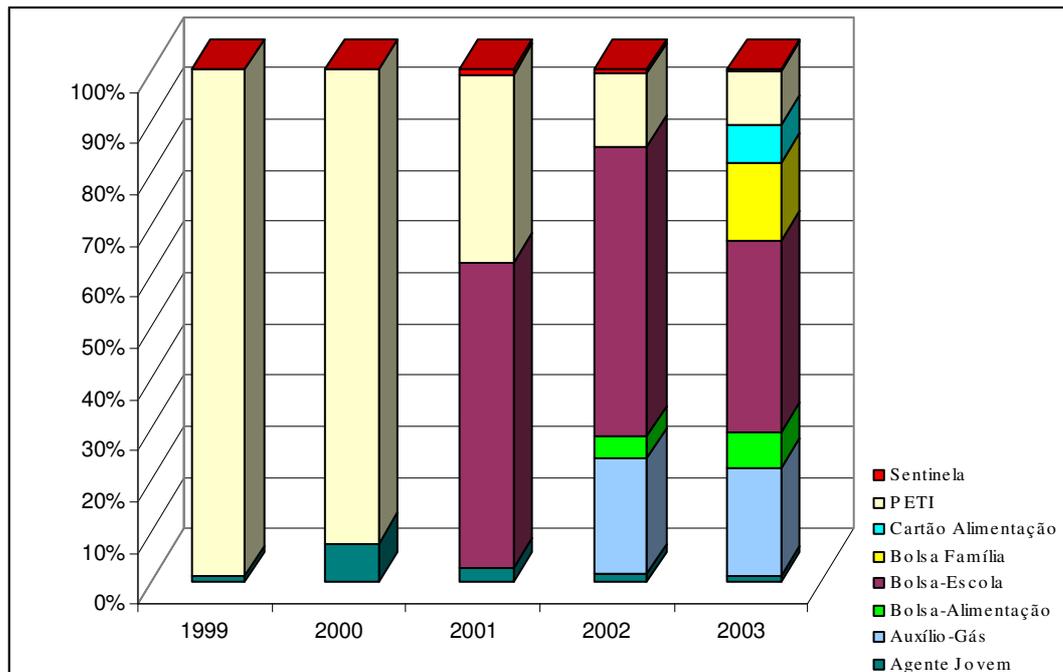


Gráfico 23: Distribuição percentual do investimento em Programas Sociais e de transferência de Renda

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social, 2006.

Por conta do que se verifica no Gráfico 23, pode-se afirmar que há um esforço, por parte do Governo, em melhorar a performance social. Apesar disso, é importante assegurar que os indicadores sociais melhorem, pois, de acordo com o capítulo cinco a distribuição de renda permanece desigual, quer seja no Brasil ou no Pará. Assim, perpetua-se a pobreza e o trabalho infante-juvenil, uma vez que conforme estão sendo aplicados esses recursos nada mais se faz do que subsidiar essa situação. Nesse sentido, pode-se deduzir que as despesas públicas na área social, assim como estão sendo aplicadas, são instrumentos pouco eficazes para a redistribuição de renda. Portanto, políticas públicas devem ser redirecionadas paulatinamente para o aumento da eficiência dos programas sociais, calcada na continuidade por meio do

fortalecimento gradual dos programas já existentes e na melhoria dos serviços prestados, assunto discutido no próximo item.

7.2 A BUSCA DE NOVOS CAMINHOS

A exclusão social impede os grupos vulneráveis de adquirirem qualificações adequadas às demandas do mercado de trabalho, o que contribui para o alto nível de desemprego e informalidade entre esses grupos, além de perpetuar a desigualdade na distribuição de renda e a manutenção do trabalho infanto-juvenil. Dessa forma, o principal desafio a esse respeito é fortalecer as políticas sociais, principalmente, em dois aspectos: educação e saúde. Isso pode ser alcançado por meio do contínuo redirecionamento da despesa pública em favor da saúde preventiva e do ensino fundamental, que tendem a beneficiar mais a população de baixa renda. Com respeito à ampliação do acesso ao ensino fundamental, cabe reconhecer a importância do FUNDEF (um fundo para financiar despesas subnacionais com o ensino fundamental, baseado em um valor mínimo de despesa por estudante e transferências federais complementares), que trouxe impacto positivo sobre os índices de matrículas escolares. Isso também é verdade em termos de concepção e prestação de serviços, em programas de transferência de renda, incluindo os programas que fazem parte do bolsa-família. No entanto, há que se reformular seu planejamento e administração.

É bem verdade que através de programas como o bolsa-família e o bolsa-escola há a transferência de renda, mas ela, por si só, é ineficaz. Deve-se estabelecer um apoio integral as famílias beneficiadas, ou seja, enquanto as crianças e jovens são mantidos na escola, seus familiares, principalmente seus pais, devem ser assistidos. Essa assistência diz respeito a uma melhor qualificação educacional e profissional que lhes permita adquirir novas esperanças, a partir de novas oportunidades. Atrelado a esse apoio é importante manter uma assistência

social que resgate o espírito de cidadania das pessoas e lhes despertem o amor próprio, fundamental ao convívio social. Assim, resgatando-lhes a cidadania e dando-lhes novas e melhores oportunidades de acesso ao mercado de trabalho, as pessoas efetivamente rompem o círculo vicioso da pobreza e passam a iniciar um processo virtuoso a partir dos efeitos propulsores: melhor emprego, mais dignidade, melhor alimentação, mais saúde, mais disposição, maior salário e maior poder aquisitivo. Destaque-se que os efeitos propulsores do desenvolvimento social geram reflexo no crescimento econômico, pois maior poder aquisitivo significa maior consumo, que conduz a maior produção e a mais postos de trabalho, num fluxo constante que agrega o econômico e o social, desde que a renda gerada no fluxo produtivo continue a circular na economia entre todos os participantes do processo.

Em reconhecimento ao fato de que a pobreza pode ser aliviada e que a distribuição de renda pode ser melhorada a longo prazo, por meio do acúmulo de capital humano, o uso contínuo da frequência escolar como condição para a inscrição em programas de transferência de renda é altamente aconselhável, bem como o monitoramento adequado do cumprimento das condicionalidades desses programas. Faz-se necessário acompanhar a frequência e o desempenho escolar para que se tenha absoluta certeza de que o dinheiro investido está realmente tirando as crianças e jovens do trabalho e mantendo-os na escola. É de suma importância que as políticas públicas busquem reduzir, cada vez mais, o analfabetismo, promovendo a universalização do ensino fundamental e principalmente, a correção do fluxo escolar, combatendo a evasão e o atraso escolar ao longo de todo o processo, além de melhorar a qualidade do ensino oferecido pela rede pública.

O conjunto dessas medidas irá permitir às famílias manter as crianças na escola e aos jovens oportunidades de prosseguimento de seus estudos. Essas ações são fundamentais para evitar que os gargalos hoje existentes no acesso aos níveis médio e superior de ensino se agravem bem como permitem, o incremento da escolaridade da população. O fortalecimento

da educação é compreendido neste trabalho, como o grande alavancador da sociedade, pois é comprovado que com mais anos de estudo, maior é a capacidade do ser humano entender seu meio e buscar maneiras de atender a seus objetivos de vida. Logo, maiores são suas chances de obter um melhor emprego e ter acesso a maior parcela da renda. Com mais renda, mais perspectivas as crianças e jovens têm de permanecer na escola e isso cria um círculo virtuoso do desenvolvimento social. Para tanto, a escola deve oferecer a seus alunos:

- professores bem preparados;
- ambiente escolar tranqüilo;
- boas condições de espaço físico e material pedagógico;
- interação e coesão entre os departamentos administrativo e pedagógico;
- organização e disciplina;
- participação da comunidade;
- atendimento e encaminhamento adequado aos alunos que apresentam dificuldades;
- metodologia condizente com a realidade, que desperte interesse e participação dos alunos;
- formas de avaliação que valorizem realmente o conhecimento adquirido em vez de assumirem caráter punitivo pela falta de determinados conhecimentos.

Quanto à saúde, deve-se ampliar o número de leitos hospitalares e a quantidade de unidades de atendimento. Neste sentido, vale lembrar que no início do ano de 2006 o Governo Estadual inaugurou um novo hospital na área metropolitana de sua capital, bem como está construindo outras unidades no interior do Estado para melhorar e ampliar o atendimento. É certo que apenas essas ações não são suficientes, mas mostram o caminho de um novo Pará.

Além disso, é importante lembrar que não adianta melhorar a educação e a qualificação profissional se no Estado não existirem postos de trabalho suficientes para demandar essa mão-de-obra. Nesse sentido, é imprescindível fortalecer atividades produtivas que gerem

maior volume de empregos, a exemplo do turismo. A atividade turística, nos últimos anos, vem sendo apoiada pelo Governo Estadual. Prova disso encontra-se em nossa capital e em diversos interiores, a exemplo de Salinópolis e Marudá, municípios que foram contemplados com obras de infra-estrutura voltadas para o turismo. No entanto, não basta criar a infra-estrutura, é preciso atrair empreendedores dispostos a investir no Estado e na demanda, além de formar as pessoas para trabalhar nesse segmento. O passo que falta é aumentar a oferta de produtos e serviços turísticos (que de modo geral geram muitos postos de trabalho), bem como as campanhas de marketing com esse objetivo.

Novamente, vale lembrar que somente com a integração de todas essas ações é que o Estado poderá reverter o círculo vicioso da pobreza e do trabalho infanto-juvenil, criando efeitos propulsores, a partir da melhoria da qualidade de vida e do resgate da cidadania social, como demonstra o Gráfico 24.

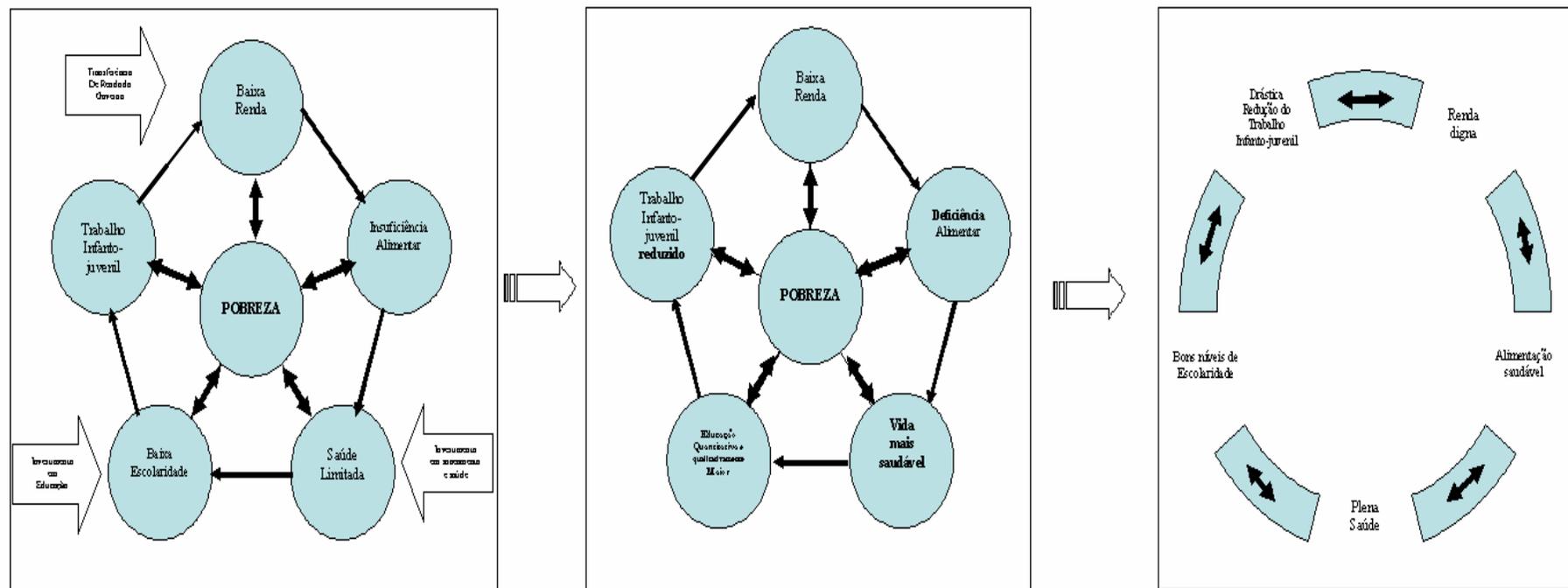


Gráfico 24: A quebra do círculo vicioso da pobreza e do trabalho infanto-juvenil
 Fonte: adaptado pelo autor de Myrdal (1960).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As crianças e jovens que trabalham têm a infância e a adolescência roubadas porque as atividades próprias das diversas etapas de seu desenvolvimento, na família, na escola e na sociedade, são atropeladas. Brincar, descobrir o prazer da leitura, exercitar o raciocínio nos jogos, ter tempo para criar, tudo isso lhes é negado. Em troca do que lhes é roubado, assumem as tarefas domésticas do seu lar e/ou a responsabilidade de complementar a renda de suas famílias. Na realidade, o que ocorre é o aprofundamento da exclusão social e o cerceamento dos direitos humanos dessas crianças e jovens. Essa é uma situação que deve ser acompanhada e exterminada. Portanto o crescimento econômico não pode ser objetivo isolado do planejamento governamental. É importante melhorar o padrão de vida das sociedades e isso só pode ser verificado se existirem efeitos propulsores para reverter esse processo. Nesse contexto, tanto o Brasil quanto o Pará enfrentam esse desafio: reverter a desigualdade de renda e com ela a incidência da pobreza e do trabalho infante-juvenil.

A manutenção das desigualdades empurra as pessoas a trabalhos com salários baixos dentro da economia informal. Para a grande maioria das pessoas sobram os piores empregos, sem proteção social, formação profissional, capital, terra ou crédito. Isso prova que a desigualdade gera uma rede de pobreza, trabalho infante-juvenil e exclusão social. Logo, a promoção e o desenvolvimento das pessoas requerem a adoção e a ampliação das políticas sociais, especialmente no tocante aos gastos públicos com saúde e educação, pois esses são capazes de gerar impacto positivo, de *quebrar* o círculo vicioso da pobreza. Tais alterações devem seguir três orientações básicas: universalização dos serviços de saúde e educação básicas; implementação de programas sociais focalizados, com uma melhor seleção de

beneficiários e administração; e a maior participação dos governos estaduais e municipais nas despesas sociais e das comunidades locais.

O aumento da cobertura da educação secundária é o primeiro nessa lista de prioridades. Da mesma forma, a necessidade de melhorar a qualidade da educação básica e do atendimento de saúde continua sendo importante desafio. Além de melhorar o bem-estar da população, a expansão dos programas de saúde preventiva e de saneamento básico pode trazer efeitos positivos na diminuição das despesas com atendimento médico. Dado que as restrições fiscais continuam limitando a expansão dos gastos sociais, esse tipo de despesa deve ser priorizado. Mesmo assim, permanece o fato de que o Pará ainda não foi capaz de melhorar drasticamente a educação básica e a saúde. No entanto, a experiência fornece lições importantes para atingir um progresso rápido no bem-estar básico da sociedade, mas essa mesma experiência ensina que não há soluções mágicas ou atalhos no caminho do desenvolvimento socioeconômico. É preciso tempo e paciência para constatar resultados.

Por essa ótica, a educação é entendida como básica para esse processo de mudança, pois a partir dela as crianças e jovens desenvolvem:

- auto-estima;
- autonomia – independência;
- criatividade;
- habilidades intelectuais;
- interesses múltiplos;
- controle emocional;
- capacidade de percepção e resolução de problemas;
- sociabilidade;
- capacidade de enfrentamento;
- relação de amizade e confiança com colegas, professores ou parentes.

Essas habilidades contribuem para que o cidadão do mundo que ainda se encontra em formação provável, possível, venha a constituir-se como realização; como expressão e símbolo de outra sociedade, onde poderá surgir a humanidade, não só como utopia, mas também como realidade. Neste sentido, a escola passa a ter uma função de integração social, ou seja, é a mola propulsora da garantia de um melhor emprego no futuro. Para isso, é preciso que as políticas públicas, no âmbito dos programas sociais, a exemplo do Bolsa-Escola e Bolsa-Família, desenvolvam mecanismos de controle e administração dos recursos disponibilizados às famílias, ou seja, é preciso verificar, a frequência escolar, o calendário letivo e o acompanhamento familiar para que o investimento feito se reverta para a formação integral da criança e do jovem. Ao mesmo tempo, será prestada assistência médica e dentária, bem como assistência social para as famílias, orientando-as a melhores práticas e dando-lhes a oportunidade de seus filhos frequentarem cursos que os qualifiquem para garantir um bom emprego e auferir uma maior renda.

Dessa forma, os formuladores de políticas sociais devem legislar com vistas a um desenvolvimento integrado, que incorpore e fortaleça a sociedade em busca da justiça e da igualdade econômica e social. Cabe aos governantes criar políticas de emprego que se viabilizem pela da ampliação da atividade econômica do Estado, entendido aí o número de empresas atuantes no mercado. A partir daí, pode haver mudança social, pois a congregação de todas essas ações contribui decisivamente para a formação cultural do indivíduo e da coletividade, compreendendo as condições de transformação da população, em que o homem, esteja em condições de se inserir nas mais diversas formas de sociabilidade.

REFERÊNCIAS

A DINÂMICA DA ECONOMIA PARAENSE 2002-2004. Belém: SEPOF/DIEPI, 2005. Disponível em <http://www.sepof.pa.gov.br>. Acesso em 12 jan 2006.

ALVES, G. **Trabalho e mundialização do capital**: a nova degradação do trabalho na era da globalização. Londrina: Praxis, 1999.

ANÁLISE DO EMPREGO FORMAL CELETISTA DO ESTADO DO PARÁ EM 2004. Belém: SEPOF/DIEPI, 2005. disponível em <http://www.sepof.pa.gov.br>. Acesso em 12 jan 2006.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Cortez, 1998.

_____. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARVATE, Paulo Roberto; BIDERMAN, Ciro. **Economia do Setor Público**. Rio de Janeiro. Elsevier, 2004, p.339-364.

ARBACHE, JORGE SABA. Pobreza e Mercados no Brasil. *In Pobreza e Mercados no Brasil, uma análise de políticas públicas*. São Paulo: CEPAL - Escritório no Brasil, Department for International Development (DFID), 2003.

ASPECTOS COMPLEMENTARES DE EDUCAÇÃO E ACESSO À TRANSFERÊNCIA DE RENDA DE PROGRAMAS SOCIAIS - 2004. IBGE: 2006. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 15 fev 2006.

BARROS, Ricardo Paes de. **Poverty among headed households in Brazil**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1993. Texto para Discussão n. 310.

_____; MENDONÇA, Rosane (1995). **Os determinantes da desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1995. Texto para Discussão nº 377.

_____; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. **Education and Equitable Development**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2000a. Disponível em <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em 15 jan 2006.

_____. **Evolução da Pobreza e da Desigualdade**: marcos preliminares para a política social no Brasil. Rio de Janeiro: Caderno Adenauer n. 1, Fundação Adenauer, 2000b.

_____; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. **A Estabilidade Inaceitável**: desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. disponível em <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em 20 abr 2006.

_____ ; CORSEUIL, Carlos Henrique; CURY, Samir. **Salário Mínimo e Pobreza no Brasil: Estimativas que consideram Efeitos de Equilíbrio Geral**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001, texto para discussão n. 779.

BASU, Kaushik. **Child Labor: Cause, Consequence and Cure**, with remarks on International Labor Standard. 1999.

BRAGA, R. **A restauração do capital: um estudo sobre a crise contemporânea**. São Paulo: Xamã, 1996.

BRANDÃO, Carlos Antonio. **Teorias, Estratégias e Políticas Regionais e Urbanas Recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento**. Curitiba: Revista Paranaense de Desenvolvimento, n. 107, jul/dez 2004.

CAVALCANTE, Luís Ricardo Mattos Teixeira. **Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização**. Bahia: Universidade Federal da Bahia, 2002. Disponível em <http://www.desenbahia.gov.br/recursos/new>. Acesso em 05 mai 2006.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. **Os limites do desenvolvimento e do turismo**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará. 2003. Revista de turismo e patrimônio cultural, vol. 1, n. 2. Disponível em <http://www.passosonline.org>. Acesso em 07 mai 2006.

DUPAS, Gilberto. **A lógica da economia global e a exclusão social**. São Paulo: Scielo Brasil, 1998, Estudos avançados, vl.12 n. 34. Disponível em <http://www.scielo.br>. Acesso em 25 mai 2006.

EHRENBERG, Ronald G.; SMITH, Robert S. **A Moderna Economia do Trabalho**. Teoria e Política Pública. São Paulo. Makron Books, 2000, 5 ed.

FERRO, Rodrigues Andrea. **Avaliação do impacto dos programas de Bolsa Escola no Trabalho Infantil no Brasil**. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciência) – Programa de pós-graduação em Economia aplicada, São Paulo: ESALQ.

GAMA, Alfredo O. **O Tamanho do Problema**. São Paulo: Revista exame, v. 34, n. 5. P.66-72, mar 2000.

GONÇALVES, Renato. **O trabalho infantil e a agenda social**. Rio de Janeiro: Revista do BNDES, 1997, vl. 4, n. 7.

ILAH, Nadeem; ORAZEM, Peter F.; SEDLACEK, Guilherme. **The implications of Child Labor for Adult Wages, Income and Poverty: perspective evidence from Brazil**. Iowa: States University Iowa, 2002. Disponível em <http://www.grade.org.pe/eventos>. Acesso em 13 dez 2005.

JATENE, Simão Robson et all. **A meia-vida da criança na Amazônia**. Série Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia, 3. Belém. UNAMAZ, UFPA, 1993.

KASSOUF, Ana Lúcia. **Aspectos Socioeconômicos do Trabalho Infantil no Brasil**. 2000. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de pós-graduação em economia, administração e sociologia, São Paulo: ESALQ. Disponível em <http://www.cepea.usp.br>. Acesso em 03 fev 2006.

LEMOS, José de Jesus Sousa; FRAZÃO, José Mário Ferro; CAMPOS, José Ribamar Silva. **Diagnóstico em áreas de pobreza do Maranhão: estudos de caso.** Anais do XXXVII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 1999.

LIMA, Eriksom Teixeira; CARVALHO JUNIOR, Mário C. de. **Políticas sociais podem ser associadas a políticas de desenvolvimento?.** Rio de Janeiro: Revista do BNDES, v. 10, n. 19, p. 241-264, jun 2003.

MAGALHÃES, Leonardo Rodrigues Lagoeiro de. **Mobilidade intrametropolitana e difusão espacial do processo de urbanização.** Barcelona: Universidade de Barcelona. Scripta Nova. Revista eletrônica de geografia e ciências sociais, 2005, vol. IX, núm. 194. disponível em <http://www.ub.es/geocrit>. acesso em 2 mai 2006.

MAPA DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL 1992-1997. IBGE, 2001. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 15 fev 2006.

MEDEIROS, Marcelo. **A construção de uma linha de riqueza a partir de uma linha de pobreza.** Rio de Janeiro: IPEA, 2001, texto para discussão n. 812.

MOREIRA, R. **Os períodos técnicos e os paradigmas do espaço e do trabalho.** Rev. Ciência Geográfica, 2000, (Seção Bauru/AGB), Ano VI-Vol II, nº 16, maio/agosto, p. 04-08.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas.** Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

NERI, M. **Efeitos informais do salário mínimo e pobreza.** Rio de Janeiro: IPEA, 2000, texto para Discussão n. 724.

NICÁCIO, José Ângelo. **Elementos necessários para o planejamento da sustentabilidade dos municípios de médio e pequeno porte.** 2002. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – UFSC, Santa Catarina. Disponível em <http://www.teses.eps.ufsc.br> Acesso em 14 abr 2005.

OLIVEIRA, João Barbosa. **Renda per capita, desigualdades de renda e educacional, e participação política no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 2001, texto para discussão n. 827.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO – TRABALHO INFANTIL 2001. IBGE, 2003. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 15 mar 2006.

PEARCE, David; MARKANDYA, Anil; BARBIER, Edward B. **Blueprint for a green economy.** London: Earthscan Publications Limited, 1991, 192p.

PIB PARAENSE MANTÉM A TRAJETÓRIA DE CRESCIMENTO MAIOR DO QUE A DO BRASIL. Belém: SEPOF-DIEPI, 2005. Disponível em <http://www.sepof.pa.gov.br>. Acesso em 23 jan 2006.

PICOLOTTO, Volnei da Conceição. **Pobreza como privação de capacitações no Rio Grande do Sul.** Anais do VIII Encontro de Economia da Região Sul - ANPEC SUL 2005.

POPULAÇÃO JOVEM NO BRASIL. IBGE. 1999. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 15mar 2006.

PSACHAROPOULOS, G. (1991). **Time Trends of the Return to Education: Cross-National Evidence,** Economics and Education Review.

RAMOS, Lauro; VIEIRA, Maria Lúcia. **Desigualdade de rendimentos no Brasil nas décadas de 80 e 90: evolução e principais determinantes.** Rio de Janeiro: IPEA, 2001, texto para discussão n. 803.

RATTNER, Henrique. **Crescimento ou desenvolvimento? Crescimento para quem?** Rio de Janeiro: Instituto de Economia, 2004. disponível em <http://www.ie.ufrj.br>. Acesso em 20 abr 2006.

_____. **Sobre exclusão social e políticas de inclusão.** Rio de Janeiro: Revista espaço acadêmico, ano II, n. 18, nov. 2002.

ROCHA, Sonia. **Pobreza e desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real.** Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Texto para discussão n. 721.

_____. **Opções metodológicas para a estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 2000, texto para discussão n. 720.

_____. **Pobreza no Brasil: o que mudou nos últimos 30 anos?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004, texto para discussão n. 720.

SCHWARTZMAN, Simon; SCHWARTZMAN, Felipe Farah. **O Trabalho Infantil no Brasil.** Disponível em <http://www.schwartzman.org.br>. Acesso em 03 fev 2006.

_____. **As causas da Pobreza.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004. Disponível em <http://www.schwartzman.org.br>. Acesso em 20 abr 2006.

_____. **Redução da desigualdade, da pobreza, e os programas de transferência de renda.** Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, 2006. Disponível em <http://www.shwartzman.org>. Acesso em 10 mai 2006.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo, companhia das letras, 2000.

_____. **Poverty and Famines: an essay on entitlement and deprivation.** New York: oxford university press, 1981.

_____. **Choice welfare and measurement.** Oxford: Blackwell, 1982.

_____. **On economic inequality.** Oxford: Clarendon paperbacks, 1997.

SILVA, Jorge Antonio Santos. **Turismo, crescimento e desenvolvimento: uma análise urbano-regional baseada em cluster.** 2004. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Disponível <http://www.eumed.net/tesis/jass/1.pdf>. Acesso em 4 mai 2006.

SINGER, Paul Israel. **Economia Política do Trabalho: elementos para uma análise histórico-estrutural do emprego e da força de trabalho no desenvolvimento capitalista.** São Paulo, HUCITEC, 1997.

SÍNTESE DOS INDICADORES SOCIAIS 2005. IBGE: estudos e pesquisas, informações econômicas e socioeconômicas n. 17, 2005. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 10 jul 2006.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico.** São Paulo: Atlas, 2000.

THOMAZ Jr, A. **Qualificação do trabalho: adestramento ou liberdade?** Revista Eletrônica do II Colóquio Internacional de Geocrítica. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2000. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit>. Acesso em 14 mar 2006.

_____. **O desenho societal dos sem terra no Brasil.** Campinas: Revista da Abra, 2001, v. 28, n. 25.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)